

Mecanismo Independente de Avaliação (IRM): Brasil Relatório Período 2016–17

Fabro Steibel, Pesquisador Independente

Tabela de Conteúdos

Resumo Executivo	2
I. Introdução	8
II. Contexto	10
III. Liderança e processo multissetorial	14
IV. Compromissos	24
1. Dados Abertos no Governo Federal	27
2. Transparência sobre os Recursos Públicos	31
3. Política de Acesso à Informação do Governo Federal – celeridade e qualidade das respostas às solicitações de informação	35
4. Política de Acesso à Informação do Governo Federal – Proteção a identidade de solicitantes de informação	39
5. Efetividade de Mecanismos de Participação da Política Nacional de Participação Social	43
★ 6. Recursos Educacionais Digitais	47
7. Dados Abertos e Governança da Informação em Saúde	52
8. Prevenção à Tortura, a Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes no Sistema Prisional	56
9. Espaços de Inovação para Gestão e Serviços Públicos	60
10. Avaliação e Simplificação de Serviços Públicos	64
11. Inovação Aberta e Transparência no Legislativo	68
12. Fomento a Governo Aberto em Estados e Municípios	72
13. Transparência e Inovação no Judiciário	75
14. Participação Social no Ciclo de Planejamento do Governo Federal	79
15. Dados Abertos e Transparência Ativa em Meio Ambiente	83
16. Mapeamento e Gestão Participativa para a Cultura	87
V. Recomendações gerais	91
VI. Metodologia e fontes	94
VII. Requisitos de elegibilidade	97

Resumo Executivo



Brasil Relatório do 1º ano

Plano de ação: 2016-2018
Período analisado: 2016-2017
Ano de publicação do relatório IRM: 2018

O terceiro plano de ação conseguiu envolver um grupo maior e mais diverso de colaboradores, tanto no processo de consulta quanto na fase de implementação do plano. O principal desafio para o próximo Plano é promover compromissos que sejam mais ambiciosos.

DESTAQUES

Compromisso	Resumo
Recursos Educacionais Digitais	Trabalhar com pesquisadores, gestores, professores e empreendedores para estabelecer um novo modelo de recursos educacionais digitais que inclua uma plataforma online com recursos gratuitos.
Dados penitenciários	Prevenir a tortura e os tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes no sistema prisional através da colaboração com a sociedade civil na implementação e gestão de uma base de dados nacional com dados gerados das inspeções prisionais.
Política de Acesso à Informação no Governo Federal	Ampliar mecanismos para garantir mais celeridade e qualidade das respostas às solicitações de informação e divulgação adequada do rol de documentos classificados, e proteger a identidade de solicitantes, em casos justificáveis, por meio de ajustes nos procedimentos e canais de solicitação.

PROCESSO

O governo e as organizações da sociedade civil lideraram em conjunto o desenvolvimento do Plano de Ação por meio de um processo colaborativo. Através de votação online a sociedade civil pode priorizar temas e posteriormente as propostas junto ao governo em oficinas de cocriação. Durante a implementação do plano, o governo sediou reuniões de monitoramento que incluíram discussões com o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil, sobre cada compromisso em particular, e sobre o processo como um todo.

Quem participou?

		Governo		
Sociedade civil		Nenhuma / pouca participação	Círculo restrito à instituições já engajadas ou associadas a estas	Participação significativa de instituições governamentais
	Participação para além de membros já engajados			✓
	Participação apenas de membros já engajados			
	Nenhum ou pouco engajamento da sociedade civil			

Pela primeira vez o Plano contou com participação de representantes do Judiciário e do Legislativo. Uma gama diversa de ministérios, agências independentes, e governos sub-nacionais também participaram do processo. Houve ainda participação de novos atores da sociedade civil, com detalhe para o engajamento de representantes do setor privado.

Grau de participação das partes interessadas

Mecanismos de participação	Durante a consulta	Durante a implementação
Colaboração: Houve diálogo interativo E a sociedade ajudou a construir a agenda	✓	✓
Envolvimento: O governo prestou contas sobre como os insumos públicos foram considerados		
Consulta: A sociedade civil teve a possibilidade de enviar contribuições		
Informe: O governo forneceu informações à sociedade civil acerca do Plano de Ação.		
Não houve participação		

Requisitos de cocriação exigidos pela OGP

Disponibilidade do cronograma e do processo Cronograma e processo disponibilizados previamente para consulta	✓
Aviso prévio	✓

Consulta público foi avisada com antecedência	
Campanha de divulgação Governo promoveu atividades para envolvimento da sociedade civil	✓
Canais de consulta plurais Consultas online e presenciais foram realizadas	✓
Registro de atividades e feedback Comentários recebidos foram compilados e respondidos	✓
Fórum permanente multissetorial Mecanismo multissetorial implementado e ativo com regularidade	✓
Relatório de auto-avaliação do governo O governo publicou o relatório de auto-avaliação?	✓
Total	7 de 7

Agiu de forma contrária ao processo da OGP? Um país age de forma contrária ao processo da OGP quando qualquer uma das seguintes ocorrem: <ul style="list-style-type: none"> • O governo desenvolveu o plano de ação sem consultar a sociedade civil usando processo online ou off-line. • O governo não colaborou com os investigadores IRM que produzem os relatórios do país. • O relatório do IRM identifica ausência de progresso na implementação de todos os compromissos assumidos no plano de ação. 	Não
--	-----

DESEMPENHO DOS COMPROMISSOS

Após o 1º ano de implementação, a maioria dos compromissos está em andamento, alguns ainda em estágios iniciais de progresso. Sobre impacto, embora dois compromissos tenham potencial transformador, a maioria dos demais (10 ao todo) possuem potencial de impacto pequeno.

Status de implementação do Plano de Ação

Plano de ação 2016-2018	
Compromissos completados até o 1º ano de implementação	0 de 16 (0%)
Média da OGP de compromissos completados até o 1º ano	18%

Status de implementação dos Planos de Ação anteriores

Plano de Ação 2013-2016	
Compromissos completados, durante o 1º ano de implementação	31 de 52 (60%)
Compromissos completados, ao final da implementação	34 de 52 (65%)
Plano de ação 2012-2013	
Compromissos completados, durante o 1º ano de implementação	25 de 32 (78%)
Compromissos completados, ao final da implementação	N/A

Impacto potencial

Plano de Ação 2016-2018	
Compromissos transformadores, Plano atual	2 de 16 (13%)
Média OGP de compromissos transformadores	16%
Compromissos transformadore, Plano de Ação 2013-2016	3 de 52 (6%)
Compromissos transformadore, Plano de Ação 2012-2013	N/A

Compromissos estrelados

Plano de Ação 2016-2018	
Compromissos estrelados, durante o 1º ano de implementação	1 de 16 (6%)
Número máximo na OGP de compromissos estrelados, no mesmo Plano de Ação	5
Compromissos estrelados, Plano de Ação 2013-2016	1 de 52 (2%)
Compromissos estrelados, Plano de Ação 2012-2013	N/A

RECOMENDAÇÕES DO IRM

1. Redesenhar a metodologia de consulta, para incentivar o governo e a sociedade civil a alcançar compromissos mais ambiciosos.
2. Abordar temas importantes da agenda pública, como o financiamento de partidos políticos e o combate à corrupção
3. Engajar ainda mais o setor privado na implementação de compromissos, para expandir os modelos de negócios abertos e o interesse do setor na promoção de princípios de governo aberto.
4. Envolver outras áreas do governo, como o Ministério Público, o governo subnacional de São Paulo, e demais casas legislativas que institucionalizaram mecanismos de governo aberto.
5. Estabelecer um Plano de Ação de transição para a OGP, de modo a garantir a sustentabilidade das atividades após as eleições gerais.

RESUMO DOS COMPROMISSOS

Título do compromisso	Estruturade compromisso exemplar (Ano 1)*	Compromisso finalizado (Ano 1)	Resumo das atividades entregues
1. Dados abertos no governo federal	Não	Não	O compromisso visa desenvolver dois projetos pilotos de abertura de dados na qual a abertura de dados governamentais seja alinhada com a demanda da sociedade civil. Os pilotos estão em planejamento.
2. Transparência	Não	Não	O compromisso visa melhorar mecanismos de transparência ativa, mas até o momento afora o

a sobre os Recursos Públicos			mapeamento de dados e consultas preliminares realizadas, a implementação de melhorias finais é limitas.
3. Política de Acesso à Informação - documentos classificados	Não	Não	O compromisso visa reformar processos de resposta à pedidos de informação baseados no tipo da classificação de documentos. Já existe metodologia de reformulação desenvolvida, como também análise técnica das implicações jurídicas envolvidas.
4. Política de Acesso à Informação - identidade de solicitantes	Não	Não	Para remediar a possível seletividade na prestação de pedidos de informação com base na identidade de solicitantes, o compromisso já realizou dois estudos preliminares sobre como proteger a informação de ser usada de forma discriminatória.
5. Efetividade de Mecanismos de Participação	Não	Não	O compromisso busca integrar mecanismos existentes de participação social, associando isso a diretrizes de políticas públicas conjuntas. A implementação no 1º ano foi limitada frente aos resultados finais.
6. Recursos Educacionais Digitais	Sim	Sim	O compromisso pretende cocriar de forma multissetorial um modelo de avaliação, aquisição, fomento e distribuição de Recursos Educacionais Digitais. O modelo a ser desenvolvido ainda está em andamento.
7. Dados Abertos em Saúde	Não	Não	O compromisso pretende criar mecanismos de transparência ativa com base em pedidos de acesso à informação passados. As entregas do compromisso estão em estágio inicial.
8. Prevenção de tortura no Sistema Prisional	Sim	Não	O compromisso busca produzir e dar transparência a dados que reduzam abusos como a tortura no Sistema Prisional. No período, algumas consultas sobre os entregáveis foi feita, mas ainda não há resultados concretos.
9. Espaços de inovação para gestão e serviços públicos	Não	Não	Com objetivo de criar uma rede colaborativa para inovação no setor público, o governo realizou treinamentos, eventos multissetoriais, e consolidou uma presença online. Para ir além, uma possibilidade é o fomento ao desenvolvimento em si de projetos de inovação.
10. Avaliação e simplificação de serviços públicos	Não	Não	O compromisso busca aprimorar o feedback de cidadãos em relação aos serviços online prestados, embora as atividades desenvolvidas foquem na performance já avaliada dos serviços oferecidos.
11. Inovação aberta e transparência no Legislativo	Não	Não	O compromisso busca promover atividades de governo aberto na Câmara dos Deputados, e a implementação verificada foca na organização de ações de governo aberto enquanto materiais informativos.
12. Fomento ao governo aberto em	Não	Não	O compromisso visa melhorar indicadores de transparência em instâncias subnacionais, através da disseminação de melhores práticas. No primeiro

estados e municípios			ano, entregáveis públicos do compromisso ainda estavam em andamento.
13. Transparência e inovação no Judiciário	Não	Não	O compromisso visa implementar o Processo Judicial Eletrônico na Justiça Eleitoral, e embora em andamento, ressalta-se a importância de ampliar o acesso aos processos agora digitalizados.
14. Participação social no Ciclo de Planejamento do governo federal	Não	Não	O compromisso visa aumentar a participação social na formulação e acompanhamento do Plano Plurianual, e até o momento um mapeamento de atividades e melhorias em aplicativos digitais para auxiliar no processo estão em desenvolvimento.
15. Dados abertos e transparência ativa no meio ambiente	Não	Não	O objetivo do compromisso é dar transparência a bases específicas importantes relacionadas ao meio ambiente. Até o momento um plano institucional foi criado, um grupo de monitoramento está ativo, mas a abertura de dados está ainda planejada.
16. Mapeamento e gestão participativa na Cultura	Não	Não	O governo implementou um sistema de informações da Cultura com indicadores em 37% dos estados, e em 23 cidades. Atividades de treinamento no uso de dados foram iniciadas, mas outras atividades para melhorar o mapeamento e gestão de dados na Cultura estão ainda em andamento.

* Compromissos que, após avaliação do IRM, são classificados como mensuráveis, relevantes e com impacto potencialmente transformador.

🟢 Compromissos que além de bem estruturados também estão substancialmente ou completamente finalizados.

SOBRE O AUTOR

Fabro Steibel assina este report como pesquisador independente. É também o Diretor Executivo do ITS Rio - Instituto de Tecnologia & Sociedade do Rio (itsrio.org), professor de inovação e tecnologia na ESPM Rio (Brasil) e fellow em governo aberto pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Possui pós-doc em consultas públicas pela Universidade das Nações Unidas (Macao), doutorado pela Universidade de Leeds (UK), e mestrado pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Há mais de dez anos trabalha com pesquisa e projetos aplicados sobre tecnologia e sociedade para organizações como Unesco, Parlamento Europeu, Comissão Europeia, Mercosul e IDRC, além de publicar na área de inovação, governo aberto e tecnologia.

A Parceria para Governo Aberto (OGP) é uma iniciativa internacional, voluntária, em torno de compromissos concretos de governos para seus cidadãos, com o objetivo de promover a transparência, a participação social, o combate à corrupção e a utilização de novas tecnologias que fortaleçam a governança democrática.

I. Introdução

A Parceria para Governo Aberto (OGP) é uma iniciativa internacional multissetorial de múltiplos stakeholders, que busca assegurar compromissos concretos dos governos perante seus cidadãos, de modo a promover a transparência, a empoderar os cidadãos, a combater a corrupção e a aproveitar novas tecnologias, com vistas a fortalecer a governança. A OGP oferece um fórum internacional para diálogo e compartilhamento entre governos, organizações da sociedade civil, e o setor privado, os quais contribuem para uma busca comum de governo aberto.

O Brasil, um dos oito países cofundadores da OGP, iniciou sua participação formal em 15 de setembro de 2011, quando o governo brasileiro declarou sua intenção de participar da iniciativa¹. O Brasil também sediou a primeira Cúpula Mundial, a OGP Summit, em Brasília em 2012.

Para participar da OGP, os governos devem demonstrar um comprovado comprometimento em abrir o governo, e, para tal, devem obedecer a um conjunto de critérios (mínimos) de desempenho. Indicadores objetivos e de terceiros são usados para determinar a extensão do progresso do país em cada um dos critérios: transparência fiscal, divulgação de ativos do funcionário público, engajamento do cidadão e acesso à informação. Vide Seção VII: Requerimentos de Elegibilidade, para mais detalhes.

Todos os governos participantes da OGP desenvolvem planos de ação da OGP, que elaboram compromissos concretos, com o objetivo de mudar a prática para além do *status quo* durante um período de dois anos. Os compromissos podem basear-se nos esforços existentes, identificar novas etapas para concluir as reformas em andamento ou iniciar ações em uma área totalmente nova.

O Brasil desenvolveu seu Terceiro Plano de Ação Nacional de janeiro de 2016 a outubro de 2016². O período oficial de implementação do plano de ação é de 1º de dezembro de 2016 até 30 de junho de 2018. O relatório deste ano abrange o processo de desenvolvimento do plano de ação e o primeiro ano de implementação, de dezembro de 2016 a junho de 2017. A partir de 2015, o Mecanismo Independente de Avaliação (IRM) começou a publicar relatórios de final de mandato sobre o status final do progresso, ao concluir-se o período de dois anos do plano de ação. Quaisquer atividades ou progressos ocorridos após o primeiro ano de implementação (junho de 2017) serão avaliados no relatório de final de mandato. O governo publicou sua autoavaliação em setembro de 2017³.

Para atender aos requisitos da OGP, o Mecanismo Independente de Avaliação (IRM) da OGP fez parceria com Fabro Steibel, pesquisador independente, que realizou essa avaliação do desenvolvimento e implementação do terceiro plano de ação do Brasil. Com o objetivo de reunir as vozes de várias partes interessadas, o avaliador IRM participou de algumas das reuniões de monitoramento oficiais, organizou uma pesquisa e realizou entrevistas online com membros do governo e da sociedade civil. O IRM visa a informar o diálogo corrente em torno do desenvolvimento e da implementação de compromissos futuros. Métodos e fontes são detalhados na Seção VI deste relatório (Metodologia e Fontes).

¹ Parceria para Governo Aberto, *Declaração de Governo Aberto*, Setembro de 2011, <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/arquivos/declaracao-governo-aberto.pdf>.

² “Conheça a versão final do 3º Plano de Ação Nacional na Parceria para Governo Aberto,” Governo Federal brasileiro, última modificação em 21 de Março de 2017, <https://goo.gl/hKUiyq>.

³ “Devolutiva - Relatório Intermediário de Autoavaliação” Governo Federal brasileiro, 22 de Setembro de 2017, <https://goo.gl/VU5rML>.

II. Contexto

O terceiro plano de ação foi desenvolvido por meio de um processo colaborativo entre o governo e as organizações da sociedade civil (OSCs). Isso constitui uma grande melhoria em relação ao processo do segundo plano de ação, no qual muitas OSCs perderam a confiança no processo da OGP no país. Os temas, os compromissos e os marcos do terceiro plano de ação refletem esse processo colaborativo coliderado pelo governo e pela sociedade civil. Esta cooperação também levou a colaboração durante a fase de implementação do plano de ação nacional. Outros destaques do processo incluem avanços na conexão com outros ramos do governo (Legislativo e Judiciário, por exemplo) e outras entidades federais (como a iniciativa da OGP na cidade de São Paulo). A versão final do plano de ação inclui 16 compromissos, que se enquadram em quatro eixos: Temas estruturantes de governo aberto; Governo aberto e garantia de Direitos; Inovação e melhorias de serviços públicos; Rumo a um Estado aberto.

2.1 Pano de fundo

Ocorreram grandes mudanças no ambiente político durante o último ano do segundo plano de ação e na fase de consulta do terceiro plano de ação. O processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff começou no final de 2015 e continuou ao longo de 2016. Rousseff foi destituída do cargo em 31 de agosto de 2016, após o que seu vice-presidente, Michel Temer, assumiu a presidência.

A presidência de Temer levou a uma sequência de mudanças de liderança e de políticas no âmbito da Controladoria-Geral da União, que coordena o processo da OGP. As mudanças levaram a atrasos na fase de cocriação do terceiro plano. A presidência de Temer também mudou o marco regulatório do órgão. Ele renomeou a instituição como Ministério da Transparência e Controladoria Geral, e diminuiu o número de cidades e de agências auditadas. A decisão de Temer repercutiu em críticas de organizações da sociedade civil que participaram da fase de consulta, como a Transparência Internacional¹. Outro ponto de crítica da instituição, por parte da sociedade civil, foi o rebaixamento de status institucional do órgão, que antes era ligado direito a Presidência e passou a ser um ministério com nível hierárquico similar aos demais ministérios que deveria controlar².

A presidência de Temer também envolveu grandes escândalos de corrupção, como uma votação no Congresso, em agosto de 2017, para permitir acusações criminais contra o presidente por suspeitas de crime de corrupção³, o que fez de Temer o primeiro Chefe de Estado, em posse, a ser formalmente acusado de crime. A investigação criminal, para ser aceita e seguir ao Supremo Tribunal Federal precisaria do voto de pelo menos 190 dos 513 deputados e de 42 dos 81 senadores⁴, o que não ocorreu e, com isso, o processo foi rejeitado no Congresso. Outro fator a ser mencionado no período foi o baixo índice de aprovação da Presidência, que no período atingiu o seu menor nível histórico (quando em junho de 2017 a aprovação chegou ao patamar de 5%)⁵.

Entre os vários escândalos de corrupção e as investigações que ocorreram durante o período do plano de ação, a Operação Lava Jato⁶ é uma das que mais ganharam destaque na imprensa, na opinião pública e na evolução dos acontecimentos. Realizada pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal, e pelo Judiciário, a operação expôs a corrupção sistêmica que envolveu financiamento de partidos políticos e de executivos de empresas.

A Operação Lava Jato foi responsável pela prisão de grandes figuras políticas (como o presidente da Câmara dos Deputados de 2015–16, Eduardo Cunha). Levou, igualmente, à prisão de altos executivos do setor privado (como Marcelo Odebrecht, diretor-presidente da Odebrecht, e Joesley e Wesley Batista, da JBS)⁷. Em paralelo, grandes manifestações ocorreram em diversas ocasiões, com participantes demonstrando apoio a favor e contra políticos no poder e/ou investigados, indicando baixo grau de confiança nas instituições públicas⁸. No período, o nível de confiança nos políticos caiu drasticamente, e atingiu os níveis mais baixos desde a redemocratização⁹.

A recessão econômica durante o período, que registrou também níveis sem precedência na história recente do país, constitui outro fator importante para compreender o contexto nacional. De acordo com dados do Banco Mundial¹⁰, o Produto Interno Bruto do país em 2016 regrediu para os níveis de 2009, e o declínio na pobreza, em queda nos

Últimos dez anos, foi interrompido e regressaram aos níveis de 2012. O Presidente Temer abordou a economia como uma questão fundamental, de modo a priorizar o crescimento econômico e o controle dos gastos públicos¹¹. Ao mesmo tempo, o nível de confiança no setor privado foi registrado também em declínio¹².

Esses eventos, no entanto, não afetaram os principais índices internacionais relacionados à governança no país. A pontuação do Brasil na “Freedom House”, por exemplo, caiu apenas dois pontos entre 2016 a 2017¹³. Já a pontuação do Brasil no Barômetro de Dados Abertos, por outro lado, aumentou entre 2015 e 2016 em três dos quatro índices (em particular, nos indicadores de Políticas do Governo, Ação do Governo, Cidadãos e Direitos Civis), registrando queda apenas no Índice Empreendedorismo e Negócios¹⁴. Por fim, a posição do Brasil caiu apenas ligeiramente no Índice de Percepção da Corrupção realizada pela Transparência Internacional¹⁵. Registrou-se ainda índices positivos de crescimento de ações de integridade e transparência no setor privado¹⁶.

2.2 Escopo do Plano de Ação em Relação ao Contexto Nacional

Embora do ponto de vista do governo a metodologia utilizada para formulação do segundo Plano de Ação foi satisfatória, do ponto de vista das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) a percepção foi diferente, e críticas foram feitas à seleção feita pelo governo de compromissos a serem implementados. Como reflexo desse movimento, o interesse da sociedade civil na implementação do segundo Plano foi baixa, mesmo que o governo tenha deixado aberto o caminho para participação das OSCs nesta fase.

Já o processo de consulta do terceiro plano de ação seguiu um caminho diferente. Para desenvolver a lista de compromissos incluídos neste terceiro plano, governo e sociedade civil cooperaram desde o início, em cada aspecto do processo de tomada de decisão. Ambos os lados colaboraram no desenvolvimento dos temas, problemas e identificação de soluções possíveis. O processo também foi mais amplo, e incluiu outras áreas do governo, como também governos de outros níveis federados.

De forma colaborativa, o processo de consulta do Plano se iniciou pela identificação de temas. Na sequência, o governo e a sociedade civil lideraram alternadamente o processo de priorização. Como tal, 16 compromissos foram desenvolvidos e incluídos no plano de ação atual, e refletem as prioridades, desafios e oportunidades cocriados por aqueles que participaram do processo.

Os 16 compromissos foram ainda organizados em quatro eixos de desafios. O eixo "temas estruturantes" (compromissos 1-5 e 14), por exemplo, refere-se a ações transversais relacionadas ao governo aberto, e inclui compromissos como o aperfeiçoamento da política de acesso à informação no governo federal, e a maximização da participação social no plano orçamentário. O eixo "garantia de direitos" (compromissos 6-8 e 15-16) inclui cinco compromissos que versam sobre os direitos dos cidadãos em áreas como educação, saúde, sistema penitenciário, e cultura. Por último, nos eixos "inovação e melhoria de serviços públicos" (compromissos 9-10) e "rumo a um estado aberto" (compromissos 11-13), o foco foi promover a cultura da inovação para além do governo executivo federal. É o caso do compromisso coordenado pela Câmara dos Deputados, que promove a institucionalização do Parlamento Aberto (compromisso 11), como também um compromisso específico para incentivar ações de governo aberto nos estados e municípios (compromisso 12), e outro compromisso coordenado pelo Judiciário para implantar processos judiciais eletrônicos na Justiça Eleitoral (compromisso 13).

Cabe notar que todos os compromissos estão relacionados aos valores da OGP e abordam importantes desafios do governo aberto no país. Nenhum deles, entretanto, contempla diretamente as questões centrais do contexto nacional como financiamento de partidos políticos e a corrupção no setor público-privado. Mesmo assim, cabe notar que no processo de colaboração esses temas tiveram abertura de serem priorizados, mas não o foram. Isso indica portanto que a ausência desses temas presentes no contexto nacional não foram, por diversos motivos, os temas de fato priorizados para implementação pelos participantes tanto do governo como da sociedade civil.

¹ Deutsche Welle, "Como o Governo Temer Desidratou o Ministério da Transparência," Carta, 30 de Junho de 2017, <https://www.cartacapital.com.br/politica/como-o-governo-temer-desidratou-o-ministerio-da-transparencia>.

² Comentários recebidos pelo avaliador IRM por email, do Article 19, durante o período de publicação deste report, em 24 Abril 2018.

³ "Câmara livra Temer e barra denúncia de Janot", *El País*, 3 de Agosto de 2017, https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/02/politica/1501673588_289747.html.

⁴ Luiz Ruffato, "Enquanto isso, em Brasília", *El País*, 02 de Agosto de 2017, <https://goo.gl/1npXqM>.

⁵ "Aprovação de Michel Temer cai para 5% e chega ao pior índice da história" *Globo.com*, 27 de Julho de 2017, <https://goo.gl/UUkiV1>.

⁶ "Caso Lava Jato," Ministério Público Federal, <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/>.

⁷ Jonathan Watts, "Operation Car Wash: Is This the Biggest Corruption Scandal in History?" *The Guardian*, 1o de Junho de 2017, <https://www.theguardian.com/world/2017/jun/01/brazil-operation-car-wash-is-this-the-biggest-corruption-scandal-in-history>.

⁸ "Brazil: Profile" Freedom in the World 2017, Freedom House, <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2017/brazil>.

⁹ Jamil Chade, "Brasileiro é quem menos confia em político, diz pesquisa mundial", *Estadão*, 11 de Maio de 2016, <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,brasileiro-e-quem-menos-confia-em-politico--diz-pesquisa-mundial,10000050380>.

¹⁰ "Brazil," Data, The World Bank, <https://data.worldbank.org/country/Brazil>.

¹¹ Paula Adamo Idoeta, "What the Economy Says about the First Year of Government Fear," *BBC Brazil*, 11 de Maio de 2017, <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39813073>.

¹² Ludmilla Souza, "Cai percepção de piora da economia entre comerciantes", *Agência Brasil*, 17 de Janeiro de 2018, <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-01/cai-percepcao-de-piora-da-economia-entre-comerciantes>.

¹³ Brazil: Profile," Freedom in the World 2017, Freedom House.

¹⁴ "Brazil," Country Detail, Open Data Barometer, World Wide Web Foundation, https://opendatabarometer.org/4thedition/detail-country/?_year=2016&indicator=ODB&detail=BRA.

¹⁵ "Corruption Perceptions Index 2017," Surveys, Transparency International, 21 de Fevereiro de 2018, https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2017.

¹⁶ “Transparência em Relatórios Corporativos,” Transparência Internacional Brasil, <http://transparenciacorporativa.org.br/trac2018/>.

III. Liderança e processo multissetorial

O processo de consulta foi colaborativo e participativo, e executado em comum acordo entre o *Grupo Executivo do Comitê Interministerial Governo Aberto (GE-CIGA)* *Grupo de Trabalho da sociedade civil para assessoramento do Grupo Executivo (GT)*. Foram realizadas todas as etapas-chave de consulta, incluindo aviso prévio do calendário e processos das consultas, e atividades de promoção. As consultas realizadas foram substanciais, houve diálogo interativo entre governo e sociedade civil, e o GT ajudou a construir a agenda do processo. Houveram alguns atrasos na agenda inicial, que foram superados (e demonstram a confiança dos pares no processo, frente a um cenário nacional de grande instabilidade política). Durante a fase de implementação foram realizadas ainda reuniões periódicas entre governo e sociedade civil, todas documentadas de forma clara e pública, através da Internet.

3.1 Liderança

Esta seção descreve a liderança e o contexto institucional da OGP no Brasil. A Tabela 3.1 resume a estrutura do processo no país, ao passo que a seção a seguir fornece detalhes adicionais.

Tabela 3.1: Liderança da OGP

1. Estrutura	Sim	Não
Há uma pessoa de contato da OGP no país claramente indicada?	X ¹	
	Multiplas	Única
Há uma instituição única que lidere as atividades da OGP no país?		X ²
	Sim	Não
A Presidência está envolvida na liderança da OGP no país?	X	
2. Mandato legal	Sim	Não
O compromisso do governo de participar da OGP está estabelecido por um mandato legal e público?	X ³	
O compromisso do governo de participar da OGP está estabelecido por um mandato legal e vinculante?	X	
3. Continuidade e instabilidade	Sim	Não
Houve troca da organização envolvida na liderança das iniciativas da OGP no país, durante a fase de implementação do Plano Ação?		X
Houve troca de Presidência durante a fase de implementação do Plano de Ação?	X	

No Brasil, o Comitê Interministerial de Governo Aberto (CIGA), liderado pelo Ministério da Transparência, Supervisão e Controladoria-Geral, supervisiona as atividades da OGP. O CIGA foi estabelecido por um Decreto presidencial em

Setembro de 2011. Ao constituir-se como órgão de decisão que compreende 18 ministérios, a liderança do CIGA foi atribuída à Casa Civil da Presidência da República, que também ocupa uma das cadeiras. O Grupo Executivo do CIGA (GE-CIGA) compreende sete instituições governamentais⁴. O GE-CIGA é responsável pela elaboração e pela apresentação do plano de ação nacional para a aprovação do CIGA, pela realização de consultas e pelo monitoramento da implementação do plano.

Tanto o CIGA quanto o GE-CIGA têm poder legal para impor mudanças de política em outras instituições dentro do governo. O governo federal alocou uma equipe para o GE-CIGA a fim de supervisionar a execução do plano de ação. O governo também dedicou uma linha no orçamento do governo federal para atividades relacionadas à OGP, como parte das alocações para o Ministério da Transparência, Supervisão e Controladoria Geral e para as atividades do Secretário de Transparência e de Prevenção da Corrupção. O funcionário público de carreira Otávio Castro Neves, diretor da Divisão de Transparência e Controle Social, lidera este trabalho.

Quanto à participação institucional da Sociedade Civil, um Grupo de Trabalho informal existiu em abril de 2012 para apoiar as atividades do GE-CIGA, durante a fase de consulta do 2o Plano de Ação, mas deixou de ser ativo durante a implementação. O GT porém foi institucionalizado em 2014, e no final de 2015 iniciou as atividades a partir de processo eleitoral de seus representantes⁴. O GT consiste em sete organizações eleitas pelos pares por meio de uma chamada pública. O grupo participou durante as fases de consulta e de implementação do terceiro plano de ação, e desempenha um papel consultivo (sem poder formal de tomada de decisões vinculantes no que se refere às atividades do GE-CIGA ou do CIGA). Na prática, contudo, o GE-CIGA e o GT tiveram uma participação típica de colaboração (e não de apenas consulta) no processo, embora uma das reivindicações da sociedade civil é que esse processo seja formalizado institucionalmente, o que foi acordado pelo governo com as entidades participantes à época da criação do GT⁵.

Por fim, vale salientar que o Brasil é um sistema altamente federalizado, o que implica um limite institucional do governo federal obrigador a governos subnacionais participarem do processo. Não obstante, o progresso nos compromissos demonstrou que houve participação voluntária e substantiva de governos subnacionais no processo.

3.2 Cocriação do Plano de Ação

Esta subseção descreve o processo pelo qual o governo colaborou com organizações não-governamentais no desenvolvimento do plano de ação. Ressalte-se que a lista disponível de instituições participantes na Tabela 3.2 abaixo é cumulativa (soma-se de uma fase para outra), porque todos os participantes da Fase 1 (i.e., priorização de temas e subtemas) foram convidados a participar da Fase 2 (i.e., workshop de formulação de compromissos). As fases do desenvolvimento do plano são descritas na Figura 3.1 abaixo. O único compromisso que não foi realizado em duas etapas, e que não incluiu a sociedade civil em sua formulação, foi o compromisso 13. Isso se deveu à aceitação tardia de uma instituição Judiciário para aderir ao plano, e foi notado como um ponto positivo do processo tanto por entrevistados da sociedade civil como do governo⁶.

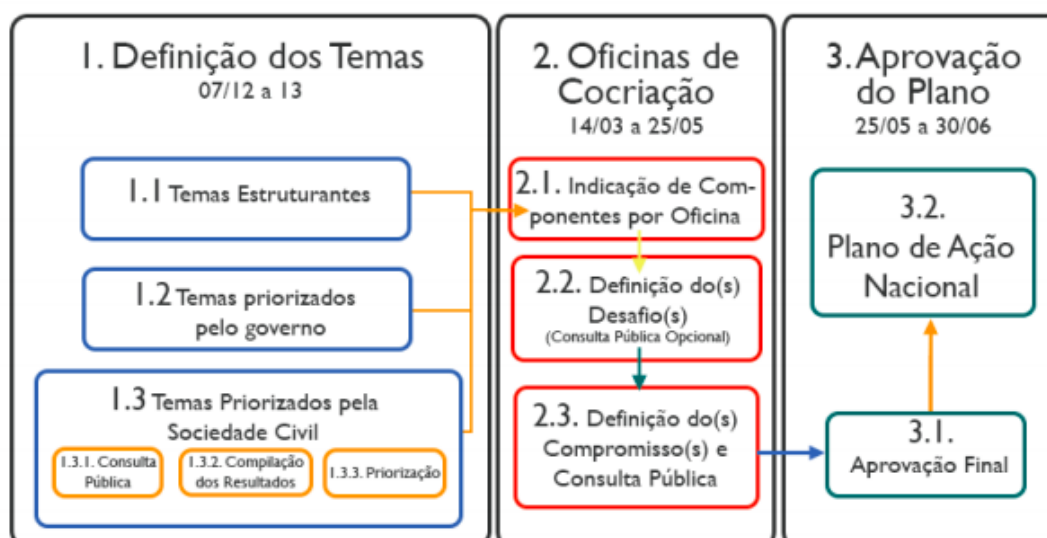
Tabela 3.2 Participação de instituições do governo na OGP no país

Como se deu a participação das instituições?	Minitérios, Departamentos e Agências subordinadas	Poder Legislativo	Poder Judiciário (incluindo agências quase-judiciárias)	Outros (incluindo órgãos constitucionalmente independentes e agências independentes)	Governos sub-nacionais
Fase de Consulta: Instituições do governo que participaram da fase de consulta do Plano, incluindo as não necessariamente responsáveis por algum compromisso.	22 ⁷	4 ⁸	0 ⁹	15 ¹⁰	8 ¹¹
Fase de redação: Instituições do governo que participaram da proposição de algum compromisso do Plano de Ação.	22	4	1	15	8
Implementação: Instituições do governo envolvidas na implementação de algum compromisso, em posição de liderança ou não.	22	4	1	15	8

No Brasil, o desenvolvimento do Plano de Ação baseou-se em uma metodologia estruturada¹², que envolveu a colaboração entre o governo e a sociedade civil, descrita abaixo. O Ministério da Transparência, Supervisão e Controladoria-Geral elaborou a metodologia e aprovou-a e atualizou-a em parceria com o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil (GT). O processo de consulta ocorreu em três fases.

Durante a primeira etapa, o GT e o GE-CIGA definiram um conjunto de temas gerais (“temas estruturantes”)¹³. Posteriormente, dois grupos (um liderado pelo governo e outro liderado pela sociedade civil) identificaram uma lista de temas que, mais tarde, foram usados para estabelecer oficinas de cocriação.

Figura 3.1 Processo de cocriação



No que concerne ao governo, as reuniões internas (pelo menos uma para cada compromisso) giraram em torno de cinco temas: avaliação do serviço público; governança aberta de dados e de informações sobre Saúde; governo aberto para a Cultura; racionalização dos serviços públicos; e prevenção de tratamento degradante, desumano ou humilhante no sistema penitenciário. Conforme ilustrado na Tabela 3.2, houve ampla participação dentro do governo. Os participantes da reunião incluíam instituições do poder Executivo, como também órgãos do Legislativo, Judiciário, e instituições subnacionais. Em suas discussões internas, o governo destacou a necessidade de combinar os compromissos da OGP com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), referente a nova agenda de desenvolvimento das Nações Unidas, conhecida como a Agenda 2030.

A consulta dos temas priorizados pela sociedade civil aconteceu por meio do site Participa.br¹⁴, aberto e gratuito para participação. Lá, o público sugeriu temas a serem priorizados, que uma vez organizados pelo GT foram colocados no site para priorização da sociedade civil. Esta etapa recebeu 678 votos online nos diversos temas e resultou na priorização de cinco temas: mecanismos de participação cidadã, transparência dos recursos públicos, fomento de governo aberto nos estados e nos municípios, inovação e governo aberto na educação, e dados abertos e transparência ativa nas questões ambientais.

Os 10 temas (5 priorizados pelo governo, e 5 pela sociedade civil), somados à 3 temas estruturantes previamente definidos, e também um específico sobre Parlamento Aberto, foram usados então para organizar as oficinas de cocriação, atividade esta que continuou a ser financiada pelo governo, contando agora com reuniões presenciais. Todas as reuniões foram documentadas e publicadas online, incluindo fotos dos materiais cocriados e tópicos discutidos¹⁵.

Cada workshop foi desenhado ainda para ter representação equilibrada entre governo e sociedade civil, principalmente na sua coordenação. Cada grupo foi liderado por um coordenador e por um vice-coordenador, um provindo do governo e outro da sociedade civil. De acordo com o relatório do governo, entre Abril e Outubro de 2016, foram realizadas 27 oficinas de cocriação.

Os convites do GE-CIGA e as listas de e-mail do GT evidenciam o engajamento de atores multissetoriais no processo de formulação do Plano. Cento e cinco pessoas participaram dos workshops de cocriação. Dessas, 48 representavam o governo

(federal, estadual e municipal), e 57 representavam a sociedade civil (inclusive a academia e o setor privado - por exemplo, a Microsoft). As atas de cada workshop foram prontamente disponibilizadas para consulta online (com recursos visuais utilizados para pensar a concepção¹⁶). 51 organizações da sociedade civil participaram de ambas as fases de consulta e foram convidadas todas a participar da fase de implementação (uma relação dos participantes de cada compromisso é listada online)¹⁷.

O uso do Participa.br e o processo de priorização da sociedade civil mostraram-se eficazes na expansão da diversidade de organizações envolvidas na OGP. No segundo Plano de Ação, por exemplo, nenhum representante da sociedade civil com interesse em meio ambiente participou do processo, enquanto já no desenvolvimento do terceiro Plano de Ação houve inclusive um painel sobre isso, com engajamento de diferentes entidades da sociedade civil com interesse no tema. Outra evolução do processo foi a participação de representantes do setor privado, como os da Colab.re e os da Microsoft.

Neide de Sordi, membra do GT, mencionou que a fase de consulta teve reuniões construtivas, ao apontar o envolvimento de instituições governamentais anteriores e novas. Os representantes do governo também falaram favoravelmente da fase de consulta. Um representante do governo (Augusto Herrmann, compromisso 1) foi favorável, mas também foi crítico. Segundo ele, o Plano de Ação deve promover marcos que aloquem recursos para melhor implementar as atividades.

O governo brasileiro seguiu todos os requisitos para consulta durante o desenvolvimento, a implementação e a revisão do Plano de Ação da OGP, conforme resumido na Tabela 3.3 abaixo. A metodologia e as regras de consulta foram publicadas online no início do processo, e as reuniões foram disponibilizadas online sempre que possível. Dos 16 compromissos, apenas um, que envolveu o Judiciário, não foi desenvolvido com a colaboração de membros da sociedade civil desde o começo. O governo incluiu unilateralmente esse compromisso particular em um estágio posterior do processo (após a fase de consulta, mas antes que o Plano de Ação fosse apresentado ao público). O governo justificou a decisão ao apontar o benefício de incluir, ainda que tardiamente, o Poder Judiciário no Plano de Ação pela primeira vez (e pelo compromisso já estar, por outras vias, no planejamento da instituição). A percepção dos entrevistados da entrada do compromisso contudo foi positiva, por representar o ingresso de uma instituição do Poder Judiciário no processo da OGP no país.

Tabela 3.3: Processo da OGP no país

Etapas executadas: 7 of 7						
Antes	1. Cronograma e processos			2. Aviso prévio		
	Cronograma e etapas do processo foram publicadas online antes da consulta?	Sim	Não	Comunicação foi feita com antecedência?	Sim	Não
		X			X	
	3. Promoção das atividades			4. Uso de canais diversificados		
	Governo realizou atividades de promoção das atividades?	Sim	Não	4a. Consultas feitas pela Internet:	Sim	Não
		X			X	
				Sim	Não	

				4b. Consultas em eventos presenciais:	X	
	5. Documentação & Feedback					
	Contribuições foram organizadas e comentadas				Sim	No
					X	
	6. Fórum multissetorial ativo					
Durante	6a. Foi criado um forum multissetorial?	Sim	Não	6b. O forum foi ativo regularmente?	Sim	Não
		X			X	
	7. Relatório de Auto-avaliação do governo					
Depois	7a. O relatório anual de auto-avaliação foi publicado?	Sim	Não	7b. O relatório foi disponibilizado na língua local e em Inglês?	Sim	Não
		X			X	
	7c. Foi aberta consulta pública por ao menos duas semanas?	Sim	Não	7d. O relatório respondeu as recomendações do IRM?	Sim	Não
		X			X	

O IRM adaptou, para fins da OGP, a Escala de Participação (Spectrum of Participation) da International Association for Public Participation (IAP2)¹⁸. A tabela abaixo mostra níveis de influência da sociedade no plano de ação. De baixo para cima, a tabela mostra níveis cumulativos de participação. De acordo com o espírito da OGP, a maioria dos países devem almejar alcançar “colaborar”.

Tabela 3.4: Nivel de participação social

Nível do aporte público		Durante a elaboração do Plano	Durante a implementação do Plano
Empoderamento	O governo delegou o poder-decisório a grupos da sociedade civil		
Colaboração	Houve diálogo interativo E a sociedade ajudou a construir a agenda	X	X
Envolvimento	O governo prestou contas sobre como os insumos públicos foram considerados		
Consulta	A sociedade civil teve a possibilidade de enviar contribuições		
Informe	O governo forneceu informações à sociedade civil acerca do Plano de Ação		
Sem participação	Sem participação		

3.3 Participação durante a fase de implementação

Como parte de sua participação na OGP, os governos comprometem-se a identificar um fórum para permitir consultas multilaterais regulares acerca da implementação

da OGP. Isso pode ser realizado mediante uma entidade previamente existente ou por uma nova entidade. Esta seção resume essa informação.

Durante a implementação, o governo empregou uma metodologia detalhada¹⁹. As reuniões de acompanhamento incluíram tanto o governo quanto o GT. Até a redação deste relatório, as reuniões haviam sido realizadas em Fevereiro e em Julho de 2017 para discutir da implementação de cada compromisso. As reuniões foram transmitidas online, e todos os envolvidos na fase de consulta foram convidados antecipadamente a ela por e-mail. Atas de cada reunião foram disponibilizadas online para consulta, em curto espaço de tempo²⁰.

Com antecedência o anfitrião da reunião (CGU) fornece um endereço online e presencial para todos envolvidos, enviando entre 4-6 meses antes de cada reunião. O avaliador IRM participou, por videoconferência, de dez dessas reuniões e observou que elas seguem uma agenda pré-organizada. Nas reuniões, a sociedade civil e o governo discutem a implementação dos compromissos, com ao menos dois relatores designados para atualizar o andamento do compromisso, um provindo da sociedade civil e outro do governo. A troca de idéias pareceu intensa, mas sempre cordial.

Em alguns casos, os representantes das OSCs pressionaram os funcionários do governo por esforços mais impactantes. Os representantes do governo deram receberam bem as críticas, e vice-versa, como quando um funcionário do governo pediu aos representantes das OSCs, durante a reunião, que eles se engajassem mais no desenvolvimento de um entregável.

3.4 Autoavaliação

Os Artigos de Governança da OGP exigem que os países participantes publiquem um relatório de autoavaliação três meses após o final do primeiro ano de implementação. O relatório de autoavaliação deve ser disponibilizado para comentários públicos por um período de duas semanas. Esta seção avalia a conformidade com esses requisitos e a qualidade do relatório.

O governo brasileiro organizou seu relatório de autoavaliação organizado por compromisso. As informações foram retiradas das reuniões regulares de consulta, de relatórios bimensais enviados pelo governo (disponibilizados online)²¹, como também de coleta de dados providas de evento presencial realizado em agosto de 2017. Transmitido online, o evento contou com representantes do governo e da sociedade civil, que relataram o progresso da implementação do compromisso da OGP²².

O Ministério da Transparência, Supervisão e Controladoria Geral compilou informações relevantes e publicou o relatório de autoavaliação para comentários públicos no Participa.br, em 15 de agosto de 2017²³. O relatório recebeu cinco comentários, todos do mesmo autor, o qual inclusive participa tanto do GT quanto das reuniões regulares de implementação²⁴. Apesar do baixo número de comentários, as organizações da sociedade civil e o público puderam participar do processo de monitoramento por meio de reuniões regulares de implementação, que talvez configure como um canal mais efetivo de participação, o que sugere que o processo de participação da sociedade civil é permanente, ao invés de pontual. Nota-se contudo que permanece como desafio ao país engajar atores da sociedade civil para além dos já mobilizados na fase de consulta do Plano, ou já em contato próximo com projetos anteriores realizados com o governo.

A qualidade do relatório de autoavaliação é alta. O relatório inclui a avaliação do governo sobre o progresso de cada compromisso e marco. Além disso, o governo fornece uma descrição geral dos resultados do compromisso, e geralmente cita atas de reuniões e documentos que fornecem evidências. O governo igualmente informa sobre os desafios e os atrasos na implementação, e os passos seguintes para a implementação.

3.5 Respostas às recomendações anteriores do avaliador IRM

Após o primeiro ano de implementação do Plano de Ação anterior o avaliador IRM produz cinco recomendações que devem ser observadas na elaboração do Plano de Ação posterior. A análise abaixo documenta se o governo abordou as recomendações do IRM em seu relatório de autoavaliação, e se o governo incorporou as recomendações ao processo do Plano de Ação atual.

Tabela 3.5: Recomendações anteriores do IRM

	Recomendação	Relatório de autoavaliação endereçou a contribuição?	A recomendação foi integrada ao Plano de Ação?
1	Mecanismos de participação social na governança da OGP no Brasil	Sim	Sim
2	Articulação com outros poderes	Sim	Sim
3	Articulação com entes federados	Sim	Sim
4	Reinclusão dos compromissos potencialmente transformadores ou moderados, mas não implementados	Sim	Sim
5	Inclusão de compromissos nas prioridades nacionais.	Sim	Sim

Das cinco recomendações, o governo deu resposta a todas elas, tanto no relatório de autoavaliação como as integrou ao Plano de Ação atual.

A recomendação 1 visava ampliar o reconhecimento e o envolvimento de organizações da sociedade civil. A institucionalização e início de atividades do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil (GT), tanto como o aprimoramento do mecanismo de colaboração adotado durante a fase de consulta do Plano, incluindo as atualizações regulares do site da OGP demonstram a resposta positiva do governo em ampliar o envolvimento da sociedade civil nas atividades da OGP no país.

As recomendações 2 e 3 visavam expandir o papel das instituições governamentais participantes para além do poder executivo federal. O terceiro Plano de Ação nacional incluiu representantes de outros ramos do governo (por exemplo, o Poder Legislativo e Judiciário) e representantes subnacionais (por exemplo, a Prefeitura de São Paulo).

As recomendações 4 e 5 foram abordadas indiretamente, mas mesmo assim respondidas. Elas versam sobre a reinclusão de compromissos do Plano de Ação relevantes, mas não finalizados, e sobre a inclusão de temas de prioridade nacional. Como houve estreita colaboração entre organizações governamentais e da

sociedade civil no processo de formulação do Plano, e espaço para esses temas serem trabalhados, a resposta do governo às recomendações do IRM foi clara e positiva.

¹ Parceria de Governo aberto, Governo Federal Brasileiro, <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/>.

² “Comitê Interministerial de Governo Aberto,” Parceria para Governo Aberto, Governo Federal Brasileiro, 11 Dezembro 2014, <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/no-brasil/comite-interministerial>.

³ “Decreto de 15 de Setembro 2011, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/dsn/dsn13117.htm.

⁴ Ministério da Transparência, Supervisão e Controladoria-Geral do Brasil; Chefe de Gabinete da Presidência da República; Casa Civil da Presidência da República; Ministério das Finanças; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Ministério das Relações Exteriores; e Ministério da Justiça e Cidadania.

⁵ Comentários recebidos por email pelo avaliador IRM, do Artigo 19, durante a fase de pré-publicação desse relatório, em 24 Abril 2018.

⁶ “Etapas de Elaboração do Planos de Ação”, Parceria para Governo Aberto, Governo Federal Brasileiro, modificado pela última vez em 24 de Fevereiro de 2017, http://www.governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/tansparencia-judiciario/copy_of_priorizacao-dos-desafios.

⁷ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça; Departamento Penitenciário Nacional; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) - Secretaria-executiva/diretor de programa; Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República (formerly the Ministério do Desenvolvimento Agrário); Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações; Ministério da Cultura; Ministério da Educação; Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC); Ministério da Justiça e Cidadania; Ministério da Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Ministério da Saúde; Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (formerly the Ouvidoria-Geral da União/CGU); Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Ministério do Turismo; Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC) do Ministério Meio Ambiente; Secretaria-Executiva (SECEX) do Ministério do Meio Ambiente; Secretaria de Governo; Serviço Florestal Brasileiro.

⁸ Câmara dos Deputados, Interlegis, Laboratório Hacker, and Senado Federal.

⁹ Tribunal Superior Eleitoral (later phases only).

¹⁰ Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); Banco Central do Brasil; Comissão Mista de Reavaliação de Informações; Escola Nacional de Administração Pública (ENAP); Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) - presidente interino; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Instituto Federal de Educação; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Ministério Público Federal; Universidade de Brasília; Universidade Federal de Minas Gerais.

¹¹ Nível Estadual, incluindo DF (executivo): Governo do Distrito Federal, Governo do Estado do Mato Grosso. Nível Municipal (executivo): Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública de São Paulo, Conselho das Ouvidorias de Defensorias Públicas, Prefeitura de São Paulo, Prefeitura de Fortaleza. Legislative, state level: Câmara Municipal de São Paulo and Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

¹² “Parceria para Governo Aberto”, *Metodologia do 3 Plano de Ação Nacional do Brasil*, <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/metodologia-diagramada.pdf>.

¹³ Ver, por exemplo, compromisso 1. “Open Data Workshops,” Parceria para Governo Aberto, Governo Federal Brasileiro, last modified 24 Fevereiro 2017, <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-Plano-de-Acao-de-acao-brasileiro/dados-abertos/Oficinas-dados-abertos>.

¹⁴ “3o Plano de Ação— Temas propostos para Formulação dos Compromissos de Governo Aberto” Participa.br, 17 Dezembro 2017, <http://www.participa.br/governoaberto/noticias-da-ogp/3o-Plano-de-Acao-de-acao-proponha-temas-para-formulacao-de-acoas-de-governo-aberto>.

¹⁵ “Open Data Workshops,” Parceria para Governo Aberto, Governo Federal Brasileiro.

¹⁶ “Monitoramento do 3º Plano de Ação,” Parceria para Governo Aberto, Governo Federal Brasileiro, 18 de Dezembro 2014, <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-Plano-de-Acao-de-acao-brasileiro>.

¹⁷ Agenda Pública, Artigo 19, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia, Associação Brasileira de Saúde Coletiva, Associação de Juízes pela

Democracia, Associação para Prevenção da Tortura, Bruna Santos (Universidade Columbia), Casa das Redes, Cidades Democráticas, Centro de Inovação para Educação Básica Brasileira, Coalizão Brasil Clima, Floresta e Agricultura, COLAB/USP, Colegiado Setorial Música, Educadigital, EOKOE, FGV - DAPP, Fundação Getúlio Vargas, GPOPAI/COLAB-USP, GT Sociedade Civil, Imafloa (Coordenação), Imazon, INESC, Inesc (GT), Infoamazônia, Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, Instituto de Defesa do Consumidor, Instituto de Estudos Socioeconômicos, Instituto de Fiscalização e Controle, Instituto Natura, MariaLab, Meu Município, Microsoft, Nossa São Paulo, Observatório do Código Florestal, Observatório Social de Brasília, Observatório Social do Brasil, ONG THYDÊWÁ - Potyra Te Tupinambá - mensagens da terra, Open Knowledge Brasil, Pastoral Carcerária, Proteste, Reclame Aqui, Rede Nossa São Paulo, Rede pela Transparência e Participação Social, Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis (Instituto Soma Brasil), Rede Urbana de Ações Socioculturais, Rodas da Paz, SEDUC Fortaleza, Transparência Brasil, Transparência Internacional, e Veduca.

¹⁸ International Association for Public Participation, *IAP2's Public Participation Spectrum*, 2014, http://c.ymcdn.com/sites/www.iap2.org/resource/resmgr/foundations_course/IAP2_P2_Spectrum_FINAL.pdf.

¹⁹ “Encontros de Monitoramento de Compromissos,” Parceria para Governo Aberto, Governo Federal Brasileiro, 12 Março 2011, http://www.governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-Plano-de-Acao-de-acao-brasileiro/dados-abertos/reuniao_meio%20ambiente.

²⁰ Ver, por exemplo, Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, *Relatório de Status de Execução de Compromisso*, http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/2017-20-abril-rse_1.pdf.

²¹ “Monitoramento e implementação do 3º Plano de Ação”, Parceria para Governo Aberto, Governo Federal Brasileiro. <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro>

²² Ministério da Transparência, “2 Reunião Geral de Coordenadores de Compromisso de 3 Plano de Acao Nacional,” YouTube, 9 Agosto 2017, <https://www.youtube.com/watch?v=9Ypli3EJ6MU&feature=youtu.be>.

²³ “Public Consultation—Intermediate Report of Self-Assessment 3o Plano de Ação,” Participa.br, 15 Agosto 2017, <http://www.participa.br/governoaberto/noticias-da-ogp/consulta-publica-relatorio-intermediario-de-autoavaliacao-3o-Plano-de-Acao-de-acao>.

²⁴ “Devolutiva—Intermediate Report of Self-Assessment 3o Plano de Ação,” Participa.br, 22 September 2017, <http://www.participa.br/governoaberto/noticias-da-ogp/devolutiva-relatorio-intermediario-de-autoavaliacao-3o-Plano-de-Acao-de-acao>.

IV. Compromissos

Até o fim do 1º ano de implementação do Plano, a maioria dos compromissos do terceiro Plano de Ação do Brasil encontra-se em um estágio preliminar de implementação, tendo 13 dos 16 compromissos finalização limitada ou em atraso. Quanto à ambição, dois dos compromissos são potencialmente transformadores, ao passo que 10 compromissos têm um impacto potencial pequeno.

Todos os governos participantes da OGP desenvolvem Plano de Ações de ação com compromissos concretos, a serem implementados em um período de dois anos. Os governos ainda compartilham durante o período estratégias específicas desenvolvidas para implementação dos compromissos, e detalhes das ações em andamento.

Os compromissos devem ser apropriados às circunstâncias e aos desafios particulares de cada país. Os compromissos também devem ser relevantes para os valores da OGP, estabelecidos nos Artigos de Governança da OGP, e na Declaração de Governo Aberto, assinados por todos os países participantes da OGP¹.

O que faz de um compromisso, um bom compromisso?

Ao reconhecer que a obtenção de compromissos governamentais abertos geralmente envolve um processo plurianual, os governos devem anexar prazos e referências aos seus compromissos que indicam o que deve ser realizado a cada ano, sempre que possível. Este relatório detalha cada um dos compromissos que o país incluiu em seu Plano de Ação e analisa o primeiro ano de sua implementação.

Os indicadores usados pelo IRM para avaliar os compromissos são os seguintes:

- **Especificidade:** Esta variável avalia o nível de especificidade e de mensurabilidade de cada compromisso. As opções são:
 - **Alta:** a linguagem do compromisso fornece atividades claras e verificáveis, além de resultados mensuráveis, para alcançar o objetivo do compromisso.
 - **Média:** a linguagem do compromisso descreve atividade que é objetivamente verificável, e inclui as entregas, porém essas submissões não são claramente mensuráveis ou relevantes para a realização do objetivo do compromisso.
 - **Baixa:** a linguagem de compromisso descreve a atividade que pode ser interpretada como verificável, mas requer alguma interpretação por parte do leitor para identificar o que a atividade se propõe a fazer e para determinar quais seriam as submissões.
 - **Nenhuma:** a linguagem de compromisso não contém atividades, submissões ou marcos mensuráveis.
- **Relevância:** Esta variável avalia a relevância do compromisso para os valores da OGP. Com base em uma leitura atenta do texto do compromisso conforme expresso no Plano de Ação, as questões norteadoras para determinar a relevância são:
 - **Acesso à Informação:** O governo divulgará mais informações ou melhorará a qualidade das informações disponibilizadas ao público?

- **Participação Cívica:** O governo criará ou melhorará oportunidades ou capacidades para o público informar ou influenciar decisões?
 - **Responsabilidade Pública:** O governo criará ou melhorará oportunidades para responsabilizar os funcionários por suas ações?
 - **Tecnologia e Inovação para Transparência e Accountability:** A inovação tecnológica será usada em conjunto com um dos outros três valores da OGP para promover a transparência ou a prestação de contas?²
- **Impacto potencial:** Esta variável avalia o impacto potencial do compromisso, se concluído como escrito. O avaliador IRM usa o texto do Plano de Ação para:
 - Identificar o problema social, econômico, político ou ambiental;
 - Estabelecer o status quo no início do Plano de Ação; e
 - Avaliar o grau em que o compromisso, se implementado, afetaria o desempenho e enfrentaria o problema.

Os compromissos estrelados são considerados compromissos exemplares da OGP. Para receber uma estrela, um compromisso deve atender a vários critérios:

- Compromissos estrelados precisam ter grau de especificidade “média” ou “alta”. Isso porque o compromisso estrelado deve estabelecer atividades e etapas claramente definidas, de modo a permitir um julgamento sobre seu impacto potencial.
- A linguagem do compromisso deve deixar clara sua relevância para a abertura do governo. Especificamente, deve estar relacionada a pelo menos um dos valores da OGP de Acesso à Informação, Participação Cívica, e/ou Accountability pública.
- O compromisso precisa ter impacto potencial "transformador", quando implementado, ou mesmo ainda durante a fase de implementação³.
- O governo deve apresentar um progresso significativo nesse compromisso durante o período de implementação do Plano de Ação, de forma a receber uma avaliação de implementação "substancial" ou "completa".

Com base nesses critérios, o Plano de Ação do Brasil continha um compromisso com estrela, a saber:

- *Compromisso 6. Estabelecer um novo modelo para avaliar, adquirir, fomentar e distribuir Recursos Educacionais Digitais (RED), no contexto da cultura digital*

Por fim, ressalta-se que os dados e tabelas apresentados nessa sessão encontram-se detalhados, com muito mais riqueza de dados, na plataforma OGP Explorer⁴, que conta inclusive com o mesmo grau de detalhamento para todos os países participantes da OGP.

Visão geral dos compromissos

O Plano de Ação inclui quatro eixos de compromissos: Temas estruturantes de governo aberto; Governo aberto e garantia de Direitos; Inovação e melhorias de serviços públicos; Rumo a um Estado aberto. O texto dos compromissos nas seções a seguir é copiado diretamente do Plano de Ação oficial. Os prazos para a implementação, os marcos e as instituições responsáveis e de apoio são todos extraídos do texto do Plano de Ação também.

Em termos de implementação, 13 dos 16 compromissos têm progresso limitado e estão atrasados, de acordo com os cronogramas estabelecidos no Plano de Ação. Três compromissos têm conclusão substancial e estão dentro do prazo. Quanto ao desenho, 10 dos 16 compromissos têm um impacto potencial pequeno. Quatro têm impacto potencial moderado, e dois são potencialmente transformadores. Como mencionado anteriormente, todos os compromissos são relevantes para os valores da OGP de governo aberto. Para mais detalhes, consulte as seções de compromissos individuais a seguir.

¹ *Parceria para Governo Aberto: Articles of Governance*, Junho 2012 (updated Março 2014 and Abril 2015), https://www.opengovpartnership.org/sites/default/files/attachments/OGP_Articles-Gov_Apr-21-2015.pdf.

² *IRM Procedures Manual*, <https://www.opengovpartnership.org/documents/irm-procedures-manual>

³ The International Expert Panel changed this criterion in 2015. Para mais informações, ver “IRM to Raise the Bar for Model Commitments in OGP,” *Parceria para Governo Aberto*, 6 Maio 2015, <http://www.opengovpartnership.org/node/5919>.

⁴ “Welcome to the OGP Explorer,” *Parceria para Governo Aberto*, <http://bit.ly/1Rm3Ufq>.

I. Dados Abertos no Governo Federal

Texto do compromisso:

Identificar e implementar mecanismo para reconhecer problemas solucionáveis ou mitigáveis a partir da oferta de dados pelo governo, que atenda expectativas de demandantes e ofertantes

O compromisso visa aumentar a participação do governo e da sociedade nas discussões sobre dados abertos, com vistas a garantir a conexão entre o que o cidadão busca e o que o governo oferece, considerando não somente dados, mas também ferramentas de tecnologia da informação e formas de disponibilização de informações adequadas. Para implementar esta iniciativa, o compromisso prevê a realização de ações de comunicação voltadas para a mobilização e sensibilização da sociedade e o aproveitamento de canais institucionais para discussões, presenciais e virtuais, serão fundamentais.

1.1 - Identificar, dentre os atores envolvidos em cada ação, o provedor de recursos necessários e articular a forma de viabilizar os marcos previstos no planejamento

1.2 - Analisar a participação social em dados abertos através de canais virtuais durante o processo

1.3 - Ações de comunicação integrada para a mobilização e sensibilização / Aproveitar canais institucionais, presenciais e virtuais para discussão de oferta e demanda de dados abertos

1.4 - Capacitação para reconhecer problemas solucionáveis com temas (design thinking) – MS, MMA, MJ, Minc, MEC / Identificar, com órgãos do governo, problemas concretos que possam ser resolvidos com dados abertos

1.5 - Sistematizar as informações e os problemas identificados na capacitação

1.6 - Identificar dados com potencial para mitigar os problemas, assegurada a harmonia dos interesses dos atores

1.7 - Montar uma agenda coletiva com os diversos atores da sociedade para utilização de dados abertos

1.8 - Priorização de dois problemas identificados

1.9 - Implementação de dois projetos piloto com uso de dados abertos e que garanta conexão entre demanda e oferta

Instituição responsável: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Instituições de apoio: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Câmara dos Deputados; Ministério da Justiça e Cidadania; Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Secretaria de Governo; Grupo Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação da Universidade de São Paulo (GPOPAI-USP); Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC); Open Knowledge Brasil; Rede Nossa São Paulo; W3C Brasil.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Novembro 2018

Perfil do compromisso	Especificidade	Valores da OGP (originalmente descritos)	Impacto potencial	Pontualidade	Progresso
-----------------------	----------------	--	-------------------	--------------	-----------

	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Accountability pública	Tecnologia e inovação para transparência e accountability	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador		Não iniciado	Limitado	Substantial	Finalizado
1. Dados Abertos no Governo Federal			✓		✓	✓		✓		✓			Não		✓		

Contexto e objetivos

Apesar da crescente oferta de dados abertos pelo governo, o uso desses conjuntos de dados por organizações da sociedade civil, por jornalistas e pelo setor privado é baixo. O compromisso busca alinhar melhor a oferta governamental de dados abertos com a demanda por dados pelo público. Com vistas a alcançar isso, o compromisso gerará novos processos de dados abertos que identifiquem as necessidades da sociedade civil e a oferta de dados por parte do governo.

O compromisso aborda uma questão frequente levantada pela sociedade civil. Eventos de dados abertos como Abrelatam e Condatos de 2017, por exemplo, destacam a necessidade de medir o impacto e os esforços de uso de dados abertos. Beth Noveck do GovLab enfatizou no evento de agosto de 2017 a ideia de que "é menos relevante quantos conjuntos de dados foram abertos, quando se evidencia quantas vidas foram melhoradas ou quantos problemas foram resolvidos com os dados abertos¹." Thiago Ávila, da Open Knowledge Foundation, sugere, em um relatório da McKinsey and Company, que, até 2020, 67% de todos os dados abertos no mundo serão inúteis para resolver problemas, a menos que estejamos atentos às necessidades dos usuários e das utilizações de procedimentos de dados abertos².

A especificidade do texto do compromisso é média. Por um lado, o texto descreve o objetivo final de executar dois experimentos piloto com a utilização de dados abertos. Também especifica uma série de etapas intermediárias, que incluem a avaliação dos canais de participação em questões de dados abertos, a realização de treinamentos sobre como identificar problemas que possam ser resolvidos com dados abertos, e a identificação do tipo de dados necessários para solucionar problemas por meio de consenso do governo e da sociedade civil. Por outro lado, o escopo das várias entregas não é claro, o que reduz a mensurabilidade do compromisso geral.

Deve-se notar que o governo propôs uma nova versão dos marcos do compromisso³ em agosto de 2017, com apoio da sociedade civil envolvida, e que é de interesse do governo usar esta versão atualizada do compromisso durante o restante do período de implementação. A nova versão inclui como entrega final os mesmos dois experimentos piloto. Ainda assim, também inclui mais processos de consulta e de colaboração (como uma pesquisa e um relatório de compartilhamento de dados), bem como um prêmio patrocinado pelo setor privado para a melhor inovação. Esses marcos, definidos em Julho de 2017, precisam ainda ser submetidos à OGP para serem considerados como marcos formais do compromisso.

O compromisso é relevante para os seguintes valores da OGP: acesso à informação, participação cívica, e tecnologia e inovação. Isso se deve pelo texto do compromisso propor tanto liberar novos dados abertos quanto envolver os cidadãos na identificação de conjuntos de dados que merecem prioridade na disponibilização

O impacto potencial do compromisso é, contudo, pequeno. A liberação de conjuntos de dados a partir da identificação inicial das demandas do usuário final constitui importante melhoria no processo de abertura de dados. Os experimentos piloto, entretanto, são mais propensos a inspirar projetos futuros do que a produzir um impacto direto em si, especialmente dentro de um período de dois anos. Um representante do governo (Augusto Herrmann) compartilhou este ponto de vista, mas reconheceu que o impacto potencial no longo prazo pode ser maior. Em última análise, o sucesso do compromisso dependerá dos experimentos piloto selecionados, que por sua vez dependerão da qualidade do processo de priorização e das questões abordadas.

Progresso

O nível de conclusão do compromisso é limitado.

Os marcos 1.1 a 1.5 foram concluídos: a identificação dos atores com os recursos para alcançar os marcos, a avaliação da participação social no campo de dados abertos, as atividades de mobilização e de conscientização, e a sistematização das informações. Todos esses pontos foram entregues. Já os marcos 1.6-1.9 não foram iniciados a partir de 2017, como planejado.

A avaliação do IRM baseia-se no Plano de Ação formal apresentado à OGP (e não em marcos novos e não oficiais). Ainda assim, o progresso do compromisso segue um ritmo ligeiramente diferente nos novos marcos propostos. O primeiro marco proposto reflete os marcos 1.2 e 1.3, pois envolve a coleta de informações para identificar áreas-chave nas quais se poderiam usar conjuntos de dados mais abertos. Com vistas a implementar esse marco, o governo desenvolveu uma pesquisa para identificar os problemas da sociedade civil que podem ser resolvidos com dados abertos⁴. O governo igualmente iniciou uma análise das solicitações de informação por parte de representantes da sociedade civil provenientes da Colab/USP, um centro de pesquisa da USP. A análise não foi publicada até a redação deste relatório. Esta informação tem sido sistematizada e elaborada como um relatório com a participação da sociedade civil⁵.

As ações referentes aos outros quatro novos marcos propostos ainda não foram iniciadas. O governo e o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) - ambos entrevistados pelo avaliador IRM - confirmaram isso.

Conforme descrito no Plano de Ação, o marco 1.4 original foi planejado para ser entregue em Outubro de 2017, de modo que o compromisso se encontra atrasado. Conforme o representante do governo mencionou durante a entrevista, a equipe responsável pelo compromisso mudou - e diminuiu - desde o início do Plano de Ação. Consequentemente, o governo precisava reformular os marcos e fornecer uma abordagem mais dirigida. Assim, a nova concepção atrasou a implementação. Essa informação foi confirmada pelo INESC, entrevistado pelo avaliador IRM.

Resultados preliminares (se existentes)

Com base no esboço preliminar do relatório sobre a natureza dos requerimentos de informações atuais⁶, a sociedade civil exige, principalmente, dados relacionados aos gastos públicos em saúde e em educação. Além dessa avaliação inicial, no entanto,

foram alcançados apenas resultados limitados. Os resultados em si pendem que os projetos piloto sejam iniciados.

Próximos passos

O compromisso constitui um primeiro passo para promover políticas de dados abertos mais eficazes, e deve continuar a ser implementado. O governo pode definir outras atividades específicas que alinhem as necessidades da sociedade civil com Plano de Ações de dados abertos do governo e que avancem esses esforços, como no uso de dados já abertos e pouco utilizados. O trabalho também deve ser feito no sentido de alinhar as necessidades da sociedade civil com a divulgação de outras informações e documentos (não apenas conjuntos de dados).

¹ Elza Maria Albuquerque e Natalia Mazotte, “Look at the Problem and Measure the Impact: Key Findings at the Meeting of the Latin American Open Data Community,” Open Knowledge Brasil, 1 September 2017, <https://br.okfn.org/2017/09/01/olhe-o-problema-e-meca-o-impacto-principais-achados-no-encontro-da-comunidade-latino-americana-de-dados-abertos/>.

² Elza Maria Albuquerque and Thiago Avila, “What Will We Do with the 40 Trillion Gigabytes of Data Available in 2020?” Open Knowledge Brasil, 29 September 2017, <https://br.okfn.org/2017/09/29/o-que-faremos-com-os-40-trilhoes-de-gigabytes-de-dados-disponiveis-em-2020/>.

³ Ministerio da Transparencia, Fiscalizacao e Controladoria-Geral da Uniao, *Relatorio de Status de Execucao de Compromisso*, http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/2017-30-agosto-rse_1.pdf.

⁴ “Questionário para Direcionar os Esforços do Governo Federal na Abertura de Dados,” Google Groups, 3 de Agosto de 2017, <https://groups.google.com/forum/#!msg/inda-br/NnwFPtVFVjQ/I7KvDSysDQAJ>.

⁵ “Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão,” Google Drive, <https://docs.google.com/document/d/1yld6v8n8AyVhYSKd1SqwRzNGXPqkJHqSDV1yikA0-do/edit>.

⁶ “Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão,” Google Drive.

2. Transparência sobre os Recursos Públicos

Texto do compromisso:

Elaborar matriz estratégica de ações em transparência, com ampla participação social, com vistas a promover melhor governança e garantir acesso e apropriação de dados e informações dos recursos públicos.

O compromisso tem como objetivo principal melhorar os mecanismos de transparência ativa, ou seja, melhorar as ações relacionadas às informações que o Estado deve fornecer acerca de sua atuação, independente de provocação. Estabelece, portanto, maneiras de garantir que as informações divulgadas sejam apropriadas e qualificadas para uso pela sociedade, o que permitirá melhor entendimento e ampliará a participação social, tornando o acompanhamento mais efetivo.

2.1 - Construção de Plano de Mobilização e Divulgação do tema para ampliar participação, garantindo a difusão de boas práticas em aprendizado e conhecimento sobre recursos públicos

2.2 - Reestruturação do Conselho de Transparência

2.3 - Mapeamento das iniciativas, normativos, sistemas e dados (públicos ou não) sobre transparência e recursos públicos federais

2.4 - Elaboração de matriz estratégica de ações em transparência com a identificação dos responsáveis e definição dos prazos

2.5 - Validação e difusão das ações

2.6 - Publicação de Relatório final

Instituição responsável: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União

Instituições de apoio: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União; Ministério da Justiça e Cidadania; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Ministério da Fazenda; Banco Central do Brasil; Prefeitura de São Paulo; Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação Instituto de Estudos Socioeconômicos Observatório Social do Brasil; Open Knowledge Transparência Brasil.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Novembro 2018

Perfil do compromisso	Especificidade				Valores da OGP (originalmente descritos)				Impacto potencial				Pontualidade	Progresso			
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Accountability pública	Tecnologia e inovação para transparência e accountability	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador		Não iniciado	Limitado	Substantial	Finalizado
2. Transparência			✓		✓	✓				✓			Não		✓		

Contexto e objetivos

O compromisso aborda a necessidade de melhorar os mecanismos de transparência ativa nos níveis federal. O governo pretende atingir esse objetivo por meio do aperfeiçoamento da revelação de dados pelo governo em importantes iniciativas de transparência, como o Portal da Transparência Federal. Além disso, o governo espera desenhar uma matriz estratégica de modelo de governança com as principais ações de transparência. A matriz destacará ações que promovam o uso apropriado e efetivo da informação do governo pela sociedade civil no monitoramento das atividades do governo, particularmente no caso de pedidos de informações solicitadas pela sociedade civil.

Em dezembro de 2015, o governo divulgou um índice de transparência ativa, o Escala Brasil Transparente¹. O governo baseou o índice nas respostas de suas agências a solicitações de informações nos níveis federal, estadual e municipal. O relatório deixa claro que as cidades, em particular, precisam melhorar seus processos de transparência ativa. No índice de 2017, apenas 2% das cidades atingem a pontuação máxima². No nível estadual, os resultados também foram ruins: o estado do Amapá pontuou zero, e o Rio de Janeiro teve a segunda menor pontuação (5 pontos em 10).

O nível de especificidade do compromisso é médio. O compromisso lista várias entregas, incluindo a formulação e a publicação de uma matriz estratégica com ações de transparência, a reestruturação do Conselho de Transparência, e um levantamento das iniciativas de transparência relacionadas aos recursos públicos federais. Apesar disso, o escopo completo de muitos dos marcos não é claro, o que dificulta a avaliação adequada das atividades.

O compromisso tem um impacto potencial pequeno, em função de sua natureza majoritariamente estratégica. No que tange à sociedade civil, o Instituto de Estudos Socioeconômicos relatou ao avaliador IRM que o compromisso poderia ter grande impacto. O Instituto observou que os atuais portais de transparência ativa não incluem (ou incluem de forma restrita) dados fiscais e a composição das despesas do orçamento federal. Conquanto o compromisso possa levar a melhorias importantes no futuro, a maioria dos marcos refere-se a etapas preliminares de desenvolvimento. A principal entrega, por exemplo - a publicação da matriz e do relatório com as principais ações de transparência -, incluiria reformas a serem implementadas após a data final do Plano de Ação.

O compromisso concentra-se no uso de tecnologia (como o Portal da Transparência e processos de dados abertos), a fim de aumentar os mecanismos de transparência ativa, inclusive canais de ouvidoria, como o Sistema Eletrônico de Serviços de Informação para o Cidadão e sistemas de ouvidorias como o e-OUV (sistema federal de ouvidoria). Assim, o compromisso é relevante para os valores da OGP no que concerne a acesso à informação e a tecnologia e inovação. Além disso, o compromisso também endereça o tema de participação cívica com base no planejamento de desenvolver as ações em parceria com a sociedade, mas em particular por propor a reforma de um mecanismo de participação social específico (i.e. o Conselho de Transparência)³.

Progresso

O nível de conclusão do compromisso é limitado.

Conforme declarado no relatório de implementação de Julho de 2017⁴, o Ministério da Transparência, Supervisão e Controladoria Geral produziu o Plano de Ação de mobilização (marco 2.1). O Plano de Ação foi submetido a consulta pública entre os parceiros da sociedade civil listados como instituições de apoio no texto do compromisso. O governo, porém, não recebeu nenhum feedback sobre o conteúdo proposto.

Quanto à reestruturação do atual Conselho de Transparência (marco 2.2), o governo apresentou uma proposta de política de consulta cívica no portal do Participa.br entre 25 de setembro e 24 de outubro de 2017⁵, recebendo mais de 40 contribuições no período⁶. A nova proposta visa dar ao conselho um papel mais ativo e permitir que ele exija que outras agências respondam às suas perguntas. Mas como o governo propôs a política após a data limite para essa avaliação (Junho de 2017), o marco será considerado completo no próximo relatório do IRM.

O mapeamento de iniciativas, de normas, de sistemas e de conjuntos de dados relacionados a recursos federais (marco 2.3) está em andamento. O portal de dados abertos Dados.gov.br armazena uma lista atualizada de conjuntos de dados disponíveis para download⁷. O Portal da Transparência armazenou um conjunto de normas e de iniciativas sobre os processos de transparência federal antes do início do Plano de Ação⁸. O governo ainda precisa atualizar a lista de iniciativas nos níveis estadual e municipal.

O marco 2.4 tem progresso limitado. Este marco se refere à elaboração de uma matriz estratégica para promover iniciativas de transparência. O marco também inclui iniciativas relacionadas à entrega futura de um novo portal de transparência, um grupo de trabalho sobre padrões de dados e um evento em Brasília para promover o debate sobre a matriz. Segundo um representante do governo, essas atividades são sob planejamento. As discussões começaram, mas as atividades ainda não foram executadas.

Os marcos 2.5 e 2.6 não foram iniciados.

Conforme mencionado no Plano de Ação, os marcos 2.1-2.3 deveriam ter sido entregues até Outubro de 2017, o que coloca o compromisso em atraso.

Resultados preliminares (se existentes)

Dada a conclusão limitada do compromisso, há pouca evidência de resultados. É importante notar contudo que as atividades desenvolvidas pelo governo de planejamento, como encontro de monitoramento realizado em Fevereiro de 2017, e discussão por email com a sociedade civil, foi realizada. O representante observou que espera-se que os marcos previamente projetados sejam redefinidos com a adoção de um foco mais amplo. Os novos marcos distanciam-se do foco em dados detalhados de transparência fiscal.

Próximos passos

O avaliador IRM recomenda concluir o compromisso. Como próximos passos, o governo deve refinar o foco do compromisso, pois há pouco tempo restante no Plano de Ação. Isso significa que, além de mapear as possíveis áreas de ação, o governo deve ser mais específico sobre quais desafios e oportunidades o compromisso abordará.

¹ Mariana Damaceno, “Government Launches Active Transparency Index,” Undersecretariat of Disclosure, last modified 9 Dezembro 2015, <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2015/12/09/governo-lanca-indice-de-transparencia-ativa/>.

² Carolina Pimentel, “Less Than 2% of Municipalities Have a Maximum Grade in Transparency, Says CGU,” *Da Agencia Brasil*, last modified 20 Novembro 2015, <http://www.etc.com.br/noticias/2015/11/menos-de-2-dos-municipios-tem-nota-maxima-em-transparencia-aponta-cgu>.

³ A lista completa de membros: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/conselho-da-transparencia/composicao>

⁴ Ministerio da Transparencia, Fiscalizacao e Controladoria-Geral da Uniao, *Relatorio de Status de Execucao de Compromisso*, http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/2017-31-agosto-rse_2.pdf.

⁵ “Public Consultation: Transparency Council,” Parceria para Governo Aberto, Governo Federal Brasileiro, <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/consulta-publica-conselho-de-transparencia/view>.

⁶ “Consulta Pública: Minuta de Decreto de Reformulação do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção,” Participa.br, 22 September 2017, http://www.participa.br/governoaberto/noticias-da-ogp/consulta-publica-minuta-de-decreto-de-reformulacao-do-conselho-de-transparencia-publica-e-combate-a-corrupcao#comments_list

⁷ “Feature Datasets,” Dados.gov.br, <http://dados.gov.br/>.

⁸ “About the Portal—Legislation,” Portal de Transparencia, Ministerio da Transparencia e Controladoria-Geral da Uniao, <http://www.transparencia.gov.br/sobre/Legislacao.asp>.

3. Política de Acesso à Informação do Governo Federal – celeridade e qualidade das respostas às solicitações de informação

Texto do compromisso:

Ampliar mecanismos para garantir mais celeridade e qualidade das respostas às solicitações de informação e divulgação adequada do rol de documentos classificados

O compromisso pretende aperfeiçoar questões relativas ao serviço de acesso à informação pública prestado pelos órgãos do Governo Federal, que serão orientados e avaliados de forma a adotar novas atitudes em relação à garantia deste direito fundamental, contribuindo para avançar rumo à cultura de transparência no serviço público. O compromisso busca deixar mais transparente o rol de informações classificadas pelos órgãos, bem como estabelecer diretrizes de metodologia para avaliação qualitativa das respostas dos órgãos na prestação do serviço de acesso à informação.

3.1 - Orientação de inclusão do assunto do documento no rol de informações classificadas

3.2 - Normativa para estabelecer limite temporal para esclarecimentos adicionais

3.3 - Criar metodologia de avaliação considerando necessariamente: capacitações, rol de informações, assunto, tempo, qualidade da resposta

3.4 - Realizar avaliação

3.5 - Publicar resultados da avaliação

3.6 - Recomendações aos órgãos, incluindo orientação para que o conhecimento da LAI vincule vida funcional do servidor

3.7 - Divulgação da resposta do órgão

3.8 - Encaminhamentos e resultados

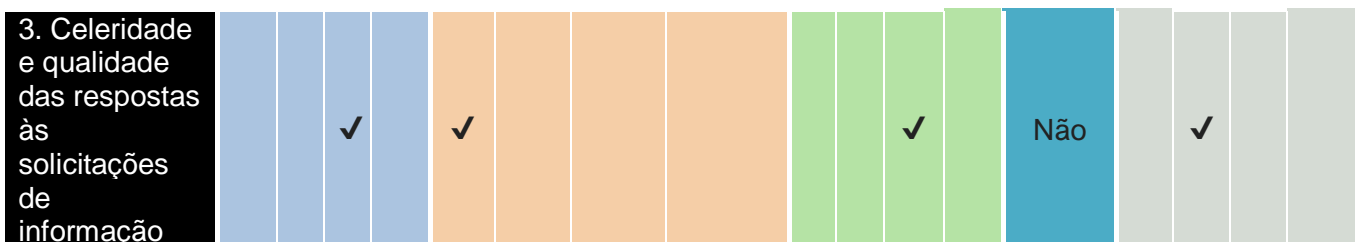
Instituição responsável: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União

Instituições de apoio: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Comissão Mista de Reavaliação de Informações Ministério da Justiça e Cidadania;
Câmara dos Deputados; Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União; Artigo 19; Fundação Getúlio Vargas Transparência Internacional;
Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo Francisco Leali.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Novembro 2018

Perfil do compromisso	Especificidade				Valores da OGP (originalmente descritos)				Impacto potencial				Pontualidade	Progresso			
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Accountability pública	Tecnologia e inovação para transparência e accountability	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador		Não iniciado	Limitado	Substantial	Finalizado



Contexto e objetivos

O compromisso aborda as questões de falta de resposta a solicitações de informações e de uso indevido de recusas (a exemplo da utilização do argumento “informações classificadas”). Dessa forma, o compromisso busca melhorar a efetividade dos pedidos de informação em nível federal, assim como o uso adequado das exceções. Pretende, igualmente, reformar as regras utilizadas para justificar a salvaguarda das informações classificadas. Para alcançar esses objetivos, o governo espera tornar a lista dos atuais documentos classificados o mais transparente possível. Também fornecerá diretrizes metodológicas para uma avaliação qualitativa das respostas aos pedidos de informação. Por fim, o governo avaliará as práticas das agências, publicará os resultados, e oferecerá recomendações para melhorar as práticas.

O nível de especificidade do compromisso é médio. Suas etapas intermediárias incluem agências que entregam uma lista aprimorada de classificação de documentos, de forma a definir prazos para fornecer informações solicitadas e a desenvolver uma metodologia para avaliar a eficácia das respostas das agências governamentais às solicitações de informações. Não está claro, porém, como essas entregas aumentarão a prontidão e a eficácia das respostas às solicitações de informações. O compromisso é relevante para o valor da OGP no tocante a acesso à informação, na medida em que busca melhorar o processo de solicitação de informações.

O compromisso tem um impacto potencial moderado, especialmente se puder aumentar a taxa de resposta das agências do governo e atender aos pedidos negados em casos-chave.

Os mecanismos de transparência do Brasil têm sido cada vez mais utilizados nos últimos cinco anos, o que é positivo. Mesmo assim, a análise apontou para a necessidade de aumentar a eficiência e a transparência do serviço em vários casos¹. Nesse contexto, vale ressaltar que o governo se propôs a avaliar as práticas atuais e a promover uma verdadeira mudança de política até 2018. Essa mudança de política permitirá maior transparência e eficiência na avaliação de mecanismos de transparência. Também avançará disposições para que as agências melhorem suas práticas, inclusive com a publicação de resultados de avaliação, com uma resposta de cada agência, e com reuniões de acompanhamento. Identificar, avaliar e, se necessário, corrigir solicitações de informações negadas com base em informações classificadas (no caso de uso indevido) seria um passo importante para o acesso à informação no Brasil. A lista de documentos classificados pode ainda reduzir o tempo de resposta do governo à pedidos de acesso à informação, e pode permitir maior controle do processo por parte da sociedade civil, uma vez que os motivos de negação de um pedido de informação ser mais preciso e detalhado.

Progresso

O nível de conclusão do compromisso é limitado.

O marco 3.1 está completo. O governo elaborou a proposta de política, apresentou-a à sociedade civil para comentários², e publicou-a³. A política incluiria um campo obrigatório nas solicitações de acesso à informação, para identificar o tipo de informação classificada. Este campo já foi adotado por alguns sites, como o do Ministério da Transparência, Supervisão e Controladoria Geral (CGU), conforme verificado pelo avaliador IRM. Segundo um representante do governo (entrevista com Marcelo de Brito Vidal), outras instituições governamentais, ao citarem a complexidade de seus procedimentos internos, solicitaram mais tempo para adotar a recomendação,

O Marco 3.2, que lida com os requisitos legais para obrigar a meta do compromisso, teve um progresso substancial, mas não está completo. O Plano de Ação original da CGU era atualizar o Decreto Presidencial 7.7214 / 2012, que estabelece os critérios para informações classificadas. A agência, no entanto, atualmente analisa estratégias que possam fornecer as mudanças políticas necessárias dentro do escopo existente da capacidade legal da CGU. A análise jurídica ainda não foi compartilhada com a sociedade civil para comentários, mas o Ministério a enviou ao avaliador IRM, que verificou sua existência.

A metodologia para avaliar as práticas atuais (marco 3.3) está substancialmente completa. O governo elaborou uma proposta da metodologia e a submeteu à sociedade civil para consulta⁴. Segundo o governo, quando o processo estiver concluído, a metodologia será publicada no site da Lei de Liberdade de Informação (www.lai.gov.br).

O marco 3.4 já começou. Como ele depende da conclusão do marco 3.3, somente o trabalho preliminar foi iniciado. O governo informa que reuniões internas entre a CGU e o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão têm acontecido, com a finalidade de definir uma série de capacitação. As informações são internas, mas evidências de trocas de e-mail foram enviadas para o avaliador IRM, que verificou o progresso.

Os marcos 3.5-3.8 não foram iniciados, mas permanecem de acordo com o cronograma.

Conforme mencionado no Plano de Ação, os marcos 3.1-3.3 devem ser entregues até Junho de 2017, o que torna o compromisso atrasado.

Resultados preliminares (se existentes)

Ainda é cedo para analisar os resultados desse compromisso. O governo implantou uma nova política em relação à lista de informações classificadas. Alguns sites receberam os novos campos de informação. Até agora, porém, não houve ampla adoção no âmbito do governo. O Ministério da Transparência, Supervisão e Controladoria Geral é a instituição líder na adoção da nova política. Outros ramos do governo (inclusive no nível subnacional) ainda não o adotaram. Ademias, treinamento e avaliação devem ser implementados antes da análise da contribuição do compromisso para a abertura do governo.

Próximos passos

Um dos principais resultados pretendidos deste compromisso é que a sociedade civil seja capaz de identificar as principais instâncias quando o governo usa o argumento da informação classificada para negar pedidos de informação. Para conseguir isso, no entanto, as várias instituições que processam solicitações de informações devem mudar suas práticas com base nos resultados e nas recomendações da avaliação

descrita acima. Dessa maneira, a implementação dos marcos restantes é apenas o primeiro passo. Um Plano de Ação para acompanhar a adoção das mudanças de política propostas em todo o governo federal será essencial para alcançar o impacto desejado.

¹ Gregory Michener and Irene Niskier, "Law of Access to Information 5 Years Ago with Advances and Limitations," *Folha de S. Paulo*, 30 September 2017, <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/09/1923133-lei-de-acesso-a-informacao-faz-5-anos-com-avancos-e-limitacoes.shtml>.

² Parceria para Governo Aberto, *Memoria de Reuniao—Compromissos 3 e 4*, http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/memoria_reuniao_02ago2017.pdf.

³ *Guia para Publicação do Rol de Informações Classificadas e Desclassificadas e de Relatórios Estatísticos sobre a Lei de Acesso a Informação*, <http://www.acessoainformacao.gov.br/lai-para-sic/sic-apoio-orientacoes/quias-e-orientacoes/guia-informacoes-classificadas-versao-3.pdf>.

⁴ Uma representante da Artigo 19 confirmou este dado.

4. Política de Acesso à Informação do Governo Federal – Proteção a identidade de solicitantes de informação

Texto do compromisso:

Proteger a identidade de solicitantes, em casos justificáveis, por meio de ajustes nos procedimentos e canais de solicitação.

O compromisso pretende contribuir para a proteção do solicitante de acesso à informação.

Além disso, busca realizar estudos jurídicos e comparativos internacionais, de forma a viabilizar um modelo de solicitação de informação pública compatível com a legislação vigente e que exponha de forma mínima os dados dos solicitantes, a fim de garantir a neutralidade no fornecimento das informações.

4.1 – Estudo jurídico

4.2 – Estudo comparativo internacional sobre como funciona a implicação da proteção da identidade do requerente

4.3 – Normativos (s) sobre tratamento de informações de solicitantes

4.4 – Definição dos “casos justificáveis”

4.5 – Revisão do processo para os casos em que cabe anonimamente e implementação no E-SIC

4.6 – Organizar abaixo assinado para proteger dados dos solicitantes, considerando os estudos indicados nesta ação

4.7 – Avaliação de resultados

Instituição responsável: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União

Instituições de apoio: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Comissão Mista de Reavaliação de Informações Ministério da Justiça e Cidadania;
Câmara dos Deputados; Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União; Artigo 19; Fundação Getúlio Vargas Transparência Internacional;
Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo Francisco Leali.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Julho 2018

Perfil do compromisso	Especificidade				Valores da OGP (originalmente descritos)				Impacto potencial				Pontualidade	Progresso			
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Accountability pública	Tecnologia e inovação para transparência e accountability	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador		Não iniciado	Limitado	Substantial	Finalizado
4. Proteção a identidade de solicitantes			✓		✓						✓		Não		✓		

Contexto e objetivos

Os compromissos 3 e 4 estão intimamente relacionados, de modo que seus resultados também estão vinculados uns aos outros. Ambos os compromissos tratam de um problema chave de política: o de melhorar a qualidade e de salvaguardar as solicitações de acesso à informação. O Compromisso 3 aborda o uso indevido do argumento da informação classificada como uma razão para negar o acesso à informação. O Compromisso 4 aborda a necessidade de proteger os dados pessoais dos requerentes de informações. Tais informações podem ser usadas pelo governo para negar informações ou para fins posteriores.

De acordo com o Plano de Ação, as agências governamentais atualmente podem fornecer tratamento subjetivo a solicitações de informações com base na identidade do solicitante (por exemplo, jornalistas investigativos ou organizações da sociedade civil). Esse compromisso visa, portanto, garantir que as informações pessoais dos solicitantes sejam protegidas, sempre que possível. Isso pode impedir o tratamento diferenciado, de modo a garantir uma política neutra de acesso à informação¹.

Para alcançar esse objetivo, o governo estabeleceu sete marcos, os quais compreendem a produção de um estudo jurídico sobre como elaborar políticas para aplicar essa salvaguarda, um estudo de como outros países lidam com o problema, e novas regras sobre o processamento de informações pessoais dos solicitantes. Uma vez que uma solução é concebida, o governo pretende implementar mudanças no processo e avaliar os resultados.

O uso indevido das informações dos solicitantes pelas agências governamentais é uma questão importante. Em um estudo de cinco anos sobre a Lei de Acesso à Informação no Brasil, a Fundação Getúlio Vargas descobriu que a lei é eficaz e muito utilizada pelo governo e pela sociedade civil². Em um relatório separado, o governo reconheceu que a lei é uma das mais eficazes dos últimos tempos³. Evidências científicas, no entanto, mostram que o processo de obtenção de informações públicas de agências governamentais deve ser aplicado de forma cega e não discriminatória. Tais evidências também comprovam que, no Brasil, particularmente em nível municipal, os administradores públicos pesquisam os solicitantes no Google e os discriminam com base na identidade⁴.

O nível de especificidade do compromisso é médio. O escopo de muitas das atividades ainda não está claro (por exemplo, a profundidade dos estudos comparativos e jurídicos internacionais não é especificada). O compromisso, de fato, delinea as etapas necessárias para atingir o objetivo geral.

O compromisso é relevante para o valor da OGP quanto a acesso à informação. A proteção de dados pessoais, por si só, não é diretamente avaliada pelo processo da OGP. Não obstante, o objetivo final deste compromisso é evitar respostas tendenciosas do governo a solicitações de informações, o que claramente melhoraria o processo de acesso à informação. As atividades podem ainda aumentar a confiança de que pedidos de informação feitos não serão respondidos com represálias, o que é essencial por exemplo nos casos de investigação de suspeita de corrupção.

O compromisso tem um impacto potencial moderado. A proteção de dados pessoais em solicitações de informações pode melhorar a neutralidade do processo. Essa proteção também poderia ajudar a prevenir casos de discriminação como os citados acima, que são um problema fundamental no Brasil. Esse quadro é particularmente relevante em instâncias em que o acesso à informação está pouco estruturado, como em governos subnacionais⁵, o que já foi documentado em diversas ocasiões⁶, mas que ainda carece de dados mais estruturados para identificação da extensão do problema⁷. Em última análise, o possível impacto das novas salvaguardas dependerá de como elas são desenhadas e implementadas, atividades que ocorrerão com base nos resultados dos estudos jurídicos e comparativos.

Progresso

O compromisso tem um nível limitado de finalização.

Apenas os dois primeiros marcos, que se referem a estudos preliminares, foram concluídos no meio do ano. O estudo jurídico de como ajustar a política do governo às necessidades de compromisso (marco 4.1) foi publicado em Julho de 2017⁸. Ele fornece uma avaliação de como o princípio constitucional do anonimato deve ser entendido no caso de proteção da identidade do solicitante (marco 4.2). A Fundação Getúlio Vargas executou o estudo comparativo sobre a salvaguarda das informações pessoais dos solicitantes (marco 4.2) e submeteu-as a consulta pública em Abril de 2017⁹.

O marco 4.4 está em andamento. Envolve a identificação de casos justificáveis para proteger a identidade do solicitante no Sistema Eletrônico de Serviços de Informação para o Cidadão, o sistema de liberdade de informação do governo. O Ministério da Transparência, Supervisão e Controladoria-Geral (CGU) solicitou uma análise do Ouvidor Geral da União (OGU), que rejeitou a visão da CGU sobre a proteção da identidade do solicitante, mas que já foi novamente encaminhada para análise legal. A CGU enviou um contra-argumento à OGU e aguardava uma resposta no momento em que escrevo. A comunicação é interna ao governo, mas foi enviada ao avaliador IRM para verificação.

Os marcos 4,3, 4,5 e 4,7 não foram iniciados e aguardam a conclusão do marco 4.3. Conforme mencionado no Plano de Ação, os marcos 4.1-4.4 e 4.6 devem ser entregues até Outubro de 2017, o que significa que o compromisso está atrasado.

Resultados preliminares (se existentes)

Dois grupos da sociedade civil (Artigo 19 e ABRAJI - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) e dois ministérios do governo (o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e o Serviço Florestal Brasileiro) confirmaram a importância do compromisso com o avaliador IRM.

As contribuições positivas residem nos estudos realizados como parte desse compromisso: o trabalho comparativo e o estudo jurídico sobre a proteção da identidade de um solicitante. As análises enfocam a compreensão constitucional de como o anonimato pode ser garantido e como a identidade do solicitante pode ser protegida.

Em termos de resultados adequados, no entanto, é cedo demais para analisar os efeitos desse compromisso no governo aberto. As mudanças nos procedimentos de acesso à informação ainda precisam ser implementadas.

Próximos passos

Depois que esse compromisso for implementado, o governo poderia abordar abusos semelhantes relacionados a dados dos solicitantes nos casos de acesso à informação em outros ramos do governo. O artigo 19 indicou que, quando os tribunais atuam como o último órgão de apelação, eles também retêm dados em casos de acesso à informação, e utilizam a Lei de Acesso à Informação¹⁰. Tanto a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo quanto a Transparência Brasil destacaram a necessidade de transformar o processo de acesso à informação em um processo de divulgação ativa de informações¹¹.

¹ Gregory Michener and Karina Rodrigues, “Who Wants to Know? Assessing Discrimination in Transparency and Freedom of Information Regimes” (paper presentation, 4th Global Conference on Transparency Studies, Lugano, Switzerland, 4–6 Junho 2015), <https://qoo.gl/75pnhG>.

² “Working Paper: From Opacity to Transparency? Evaluation the 5 Years of the Law on Access to Brazilian Information,” Programa de Transparencia Publica, <http://transparencia.ebape.fgv.br/working-paper-opacidade-transparencia-avaliando-5-anos-lei-de-acesso-informacao-brasileira>.

³ Isabela Vieira, “Law on Access to Information ‘Caught Up,’ Experts Say,” *Agencia Brasil*, 21 Agosto 2014, <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-08/lei-de-acesso-informacao-pegou-avaliam-especialistas>.

⁴ Rafael Antonio Braem Velasco, “Who Wants to Know? A Field Experiment to Assess Discrimination in Freedom of Information Regimes,” FGV Digital Repository, Dezembro 2016, <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18220>.

⁵ “Study Shows That States and Municipalities Are Poor in Access to Information,” FGV, 22 Maio 2017, <https://portal.fgv.br/noticias/estudo-mostra-estados-e-municipios-deixam-desejar-acesso-informacao>. Article 19, *Leis de Acesso a Informacao: Dilemas da Implementacao*, <https://monitorando.files.wordpress.com/2011/11/estudos-em-liberdade-de-informaccca7acc83o-1-web.pdf>.

⁶ “Study Shows That States and Municipalities Are Poor in Acesso à informação,” FGV, 22 Maio 2017, <https://portal.fgv.br/noticias/estudo-mostra-estados-e-municipios-deixam-desejar-acesso-informacao>.

⁷ Ver SEI_CGU-0322492 – Nota Técnica (Nota Técnica) and Parecer n. 0166/2017/CONJURCGU/CGU/AGU.

⁸ Ver SEI_CGU-0322492 – Nota Técnica (Nota Técnica) and Parecer n. 0166/2017/CONJURCGU/CGU/AGU.

⁹ “Identification of the Applicant Is a Barrier to Access to Information,” FGV, 25 Abril 2017, <http://portal.fgv.br/noticias/identificacao-solicitante-e-barreira-acesso-informacao-aponta-estudo-ebape>.

¹⁰ “Article 19 Launches Report on Jurisprudence of the Law of Access to Information,” Agencia Patricia Galvao, 18 Agosto 2017, <http://agenciapatriciagalvao.org.br/agenda/artigo-19-lanca-relatorio-sobre-jurisprudencia-da-lei-de-acesso-informacao-sp-28092017/>.

¹¹ Mariana Timoteo da Costa, “Abraji and Transparency Brazil Launch Site Giving Access to Public Information,” Globo.com, 13 Março 2017, <https://oglobo.globo.com/brasil/abraji-transparencia-brasil-lancam-site-que-da-acesso-informacoes-publicas-21050129>.

5. Efetividade de Mecanismos de Participação da Política Nacional de Participação Social

Texto do compromisso:

Integrar ferramentas online em uma plataforma única para consolidar e fortalecer o Sistema de Participação Social.

O compromisso busca, essencialmente, definir maneiras de implementar iniciativas que permitam a evolução do atual modelo de participação social. Para tanto, será necessário disseminar o uso de ferramentas de transparência e de tecnologias digitais livres, principalmente no âmbito local, e desenvolver estratégias que promovam a transformação da participação social em ações de governo concretas e focadas nas necessidades dos cidadãos.

- 5.1 - Formação de GT com representantes da sociedade civil e governamental
- 5.2 - Levantamento de ferramentas de interação online e boas práticas do Sistema de Participação Social
- 5.3 - Hackatom para criar soluções de interação do cidadão com as plataformas de participação social
- 5.4 - Construção da estratégia de acompanhamento e monitoramento das ações dos mecanismos de P.S., proporcionando a socialização de informações e interação entre atores
- 5.5 - Definição da estrutura da plataforma única, bem como o teor das informações disponíveis
- 5.6 – Teste da Plataforma
- 5.7 - Consolidação da Plataforma
- 5.8 - Lançamento da Plataforma

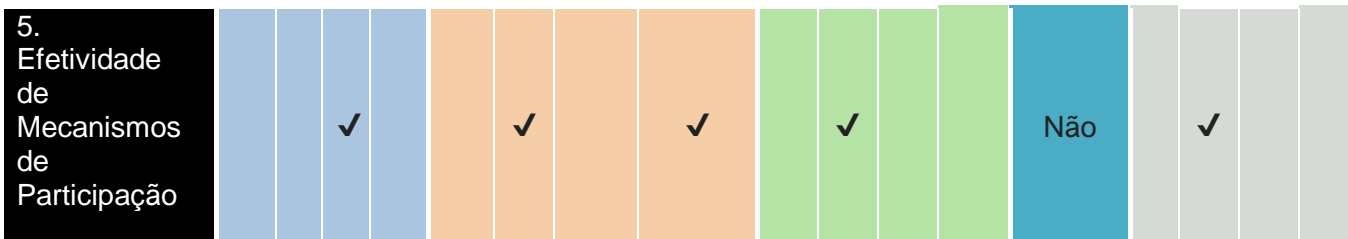
Instituição responsável: Secretaria de Governo

Instituições de apoio: Secretaria de Governo; Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria- Geral da União; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Cidade Democrática Instituto Polis Universidade de Campinas; Conselho Nacional de Saúde.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Novembro 2018

Perfil do compromisso	Especificidade				Valores da OGP (originalmente descritos)				Impacto potencial				Pontualidade	Progresso			
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Accountability pública	Tecnologia e inovação para transparência e accountability	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador		Não iniciado	Limitado	Substantial	Finalizado



Contexto e Objetivos

Conforme declarado no Plano de Ação, o governo federal oferece uma variedade de mecanismos para participação pública, mas seu uso pela sociedade civil é disperso. Organizações da sociedade civil trabalham desconectadas umas das outras. Além disso, o governo reconhece que a prestação de serviços públicos deve incorporar mecanismos de participação pública, para que os usuários dos serviços governamentais possam dar feedback. Para abordar essa questão, o governo busca integrar as ferramentas de participação online em uma única plataforma, de forma a fortalecer o Sistema de Participação Social (que é um conjunto de mecanismos participativos geridos pela Casa Civil).

Como país, o Brasil foi pioneiro em mecanismos de participação cívica online. As primeiras experiências no país datam de 2000¹. Um processo de cocriação entre o governo e a sociedade civil, considerado um divisor de águas, levou à publicação do Marco Civil da Internet brasileira em 2014². Apesar disso, o sucesso geral de tais mecanismos e seu uso pelo governo para implementar decisões não são generalizados³. Mais de 75% dos serviços públicos, por exemplo, não possuem um sistema público de avaliação⁴. Esse compromisso, portanto, aborda uma área de grande expertise nacional que evidencia uma forte necessidade de melhoria e de coesão, particularmente no nível federal⁵.

O nível de especificidade do compromisso é médio. Por um lado, o governo delinea uma série de etapas para lançar o portal unificado de participação. Estas incluem a convocação de um grupo de trabalho composto pelo governo e pela sociedade civil; com a realização de um hackaton para ensejar inovações relacionadas a participação; e o planejamento, o teste e lançamento do portal. Por outro lado, ainda não está claro quem exatamente participará do grupo de trabalho, do hackaton ou do monitoramento. O compromisso também não deixa claras as características e a composição esperadas do portal. O compromisso é relevante para os valores da OGP de participação cívica e de tecnologia e inovação, pois almeja criar um portal para agilizar o acesso a mecanismos de participação cívica.

O compromisso tem um impacto potencial pequeno, por se tratar majoritariamente de melhorar padrões de governo aberto no Brasil. A classificação reflete o foco do compromisso em agrupar os mecanismos existentes em vez de promover diretamente ou de intensificar a participação cívica. No longo prazo, o compromisso poderia causar forte impacto caso aumentasse o nível geral e a eficiência da participação. Isso, porém, exigiria ações e iniciativas complementares que ultrapassam o escopo desse compromisso.

Progresso

O compromisso teve finalização limitada. A maioria dos marcos implementados está relacionada aos pré-estágios da mudança de política.

A formação de um grupo de trabalho colaborativo (marco 5.1) foi implementada, conforme registrado nas reuniões de monitoramento do compromisso⁶. Governo e organizações da sociedade civil participam do grupo de trabalho. Essas organizações incluem acadêmicos (por exemplo, Universidade de Brasília), agências de pesquisa do governo (por exemplo, IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), e sociedade civil (por exemplo, Cidade Democrática). Agências executivas federais (por exemplo, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Ministério da Transparência, Supervisão e Controladoria Geral; Casa Civil) também participam.

O governo concluiu substancialmente o inventário de ferramentas e de melhores práticas dos sistemas de participação social (marco 5.2). A pesquisa sobre as melhores práticas inclui o trabalho anteriormente realizado por órgãos e instituições governamentais como o IPEA⁷, a Secretaria de Governo⁸, e o MPOG⁹. O governo, porém, ainda não publicou nenhum inventário organizado e público de ferramentas de participação.

Os marcos 5.3-5.8 ainda não começaram. Não obstante, um representante do governo (Jailton Almeida) mencionou que a plataforma referenciada no compromisso tem sido estudada.

Os marcos 5.1-5.3 devem ser entregues até Outubro de 2017, o que coloca o compromisso em atraso.

Resultados preliminares (se existentes)

O compromisso delineia seus principais resultados como mecanismos online simplificados (não mais fragmentados) para a participação do público. Esses mecanismos seguiriam referências como o Portal Urna de Cristal, da Colômbia¹⁰. Tais mecanismos poderiam melhorar os serviços públicos e a gestão de recursos públicos. No entanto, em função da conclusão limitada do compromisso, é muito cedo para avaliar os resultados.

Próximos passos

Durante o segundo Plano de Ação, o governo entregou o Participa.br, um portal de consulta que agrupou diversos instrumentos de participação cívica. Várias instâncias governamentais e organizações da sociedade civil utilizam o portal¹¹. O governo deveria prestar atenção nas lições aprendidas e utilizar as tecnologias desenvolvidas como parte do compromisso anterior na implementação do compromisso atual. Outras formas de melhorar o compromisso incluem a construção de iniciativas exemplares do setor privado, como o Colab.re, para aumentar a eficácia da participação do cidadão e das respostas do governo¹². (O Colab.re, por exemplo, utiliza tecnologia móvel e fornece recursos semelhantes a jogos em diálogos com funcionários públicos.)

¹ "Online Deliberation in Brazil between Initiatives of Digital Democracy and Social Networks of Conversation," Repositório Institucional, Universidade Federal de Bahia, <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19267>.

² Carlos Affonso Souza, "Notes on the Creation and Impacts of Brazil's Internet Bill of Rights," *The Theory and Practice of Legislation* 5, no. 1 (2017): 73–94, <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/20508840.2016.1264677>.

³ Aline Camogo, "Engajamento, Participação e Transparência como Meios para Alancar a Democracia Digital: O Potencial do Uso da Internet," *Comunicação—Reflexões, Experiências, Ensino* 11, no. 11 (2016): 77–89, <http://ojs.up.com.br/index.php/comunicacao/article/view/537>.

-
- ⁴ “More Than 75% of Public Services Are Not Evaluated,” Brazilian Army, http://www.eb.mil.br/web/resenha/display/-/asset_publisher/9B8lpAnDp1we/content/mais-de-75-dos-servicos-publicos-nao-sao-avaliados.
- ⁵ “Online Deliberation in Brazil between Initiatives of Digital Democracy and Social Networks of Conversation.”
- ⁶ “Execution and Monitoring Meetings,” Parceria para Governo Aberto, Governo Federal Brasileiro, last modified 13 Abril 2018, [http://www.governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-Plano de Ação-de-acao-brasileiro/participacao/reuniao_meio%20ambiente](http://www.governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-Plano-de-Acao-de-acao-brasileiro/participacao/reuniao_meio%20ambiente).
- ⁷ “IPEA Knowledge Repository,” Repositório do Conhecimento do IPEA, http://repositorio.ipea.gov.br/simple-search?location=%2F&query=participa%C3%A7%C3%A3o+social&rpp=10&sort_by=score&order=desc&filter_field_1=dateIssued&filter_type_1>equals&filter_value_1=%5B2010+TO+2017%5D.
- ⁸ “#MROSC: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil,” 2014, [http://gestao.planejamento.gov.br/ftv/ftvinscricao/sites/default/files/apresentacoes/Painel%2014 Aspectos%20relevantes%20da%20Lei%2013.019 MROSC%20Kathyana%20Buonafina%20-%20SEGOV.pdf](http://gestao.planejamento.gov.br/ftv/ftvinscricao/sites/default/files/apresentacoes/Painel%2014_Aspectos%20relevantes%20da%20Lei%2013.019_MROSC%20Kathyana%20Buonafina%20-%20SEGOV.pdf).
- ⁹ “Government Debates New Culture of Services, Social Participation and Public Transparency,” Parceria para Governo Aberto, Governo Federal Brasileiro, <http://www.planejamento.gov.br/noticias/ultimas-noticias/governo-debate-nova-cultura-de-servicos-participacao-social-e-transparencia-publica>.
- ¹⁰ Urna de Cristal: Portal de Gobierno Abierto de Colombia, <http://www.urnadecristal.gov.co/>.
- ¹¹ “Brazil End-of-Term Report 2013–2016,” Parceria para Governo Aberto, <https://www.opengovpartnership.org/documents/brazil-end-of-term-report-2013-2016>.
- ¹² Home page, <https://www.colab.re/gov>.

6. Recursos Educacionais Digitais

Texto do compromisso:

Estabelecer novo modelo de avaliação, aquisição, fomento e distribuição de Recursos Educacionais Digitais - RED no contexto da cultura digital.

O compromisso busca encontrar formas de incorporar, na política educacional, o potencial da cultura digital, fomentando o uso de recursos educacionais digitais. Neste sentido, o compromisso construído pretende vencer as dificuldades relacionadas à falta de infraestrutura, formação de professores, produção de conteúdos e recursos digitais para estabelecer um novo modelo de avaliação, aquisição, fomento e distribuição de RED.

6.1 - Mobilização nacional, por meio de encontros regionais, para criar uma rede formada por pesquisadores, gestores, professores e empreendedores para gerar proposições de parâmetros de avaliação e processo de curadoria descentralizada

6.2 – Rede formada

6.3 - Rede elabora proposições de parâmetros de avaliação e curadoria

6.4 - Plataforma de avaliação e disponibilização de um conjunto de recursos educacionais digitais plurais e diversos, dando prioridade aos que permitem uso, reuso e/ou adaptação

6.5 - Apresentar proposta de novo modelo de aquisição para consulta pública

Instituição responsável: Ministério da Educação

Instituições de apoio: Ministério da Educação; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Secretaria de Educação do Ceará; Secretaria de Educação do Acre; Ação Educativa; Centro de Inovação para Educação Brasileira EducaDigital; Veduca Instituto Natura.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Junho 2018

Perfil do compromisso	Especificidade				Valores da OGP (originalmente descritos)				Impacto potencial				Pontualidade	Progresso			
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Accountability pública	Tecnologia e inovação para transparência e accountability	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador		Não iniciado	Limitado	Substantial	Finalizado
6. Recursos Educacionais Digitais			✓		✓	✓		✓				✓	Sim			✓	

Nota editorial: Este é um compromisso estrelado, pois é atinge os critérios de ser mensurável (especificidade alta), relevante para os valores da OGP, ter impacto potencial transformador, e nível de progresso substancial ou finalizado.

Contexto e objetivos

O governo brasileiro gasta significativamente em recursos educacionais e tem respondido à crescente demanda por mais diversidade e inclusão na produção e no consumo de materiais educacionais¹. Este compromisso busca fomentar o uso de recursos educacionais digitais. Isso será alcançado mediante o estabelecimento de um novo modelo para avaliar, para adquirir, para fomentar e para distribuir recursos educacionais digitais (RED). Esse novo modelo poderia contornar a atual falta de infraestrutura, de treinamento, de produção de conteúdo e de material digital relacionado aos RED.

"RED" refere-se amplamente a materiais educativos utilizados para ensino, para aprendizagem e para pesquisa em qualquer meio, digital ou de outra forma. Esses materiais residem no domínio público ou foram liberados sob uma licença aberta que permite livre acesso, utilização, adaptação e redistribuição com restrições limitadas ou sem restrições². RED devem baseia-se em uma estrutura de direitos autorais que incentiva o compartilhamento de usos, de comentários, de edições e de distribuições de materiais educacionais³. Dessa maneira, o cumprimento da estrutura de direitos autorais do país constitui um dos muitos desafios na entrega de tais materiais como uma política governamental⁴.

O nível de especificidade do compromisso é alto. Existem poucos detalhes sobre as características esperadas do novo modelo de recursos educacionais digitais. O governo, porém, delineou um processo claro para finalizar os detalhes (mediante, por exemplo, o estabelecimento de uma rede colaborativa que desenhará os parâmetros).

O compromisso está diretamente relacionado ao acesso à informação e ao uso de tecnologia e inovação, na medida em que os REDs aumentam o acesso a recursos educacionais digitais. O compromisso também é relevante para a participação cívica, graças ao uso de um mecanismo participativo (ao incluir pesquisadores, professores e empreendedores), na finalidade de desenvolver o modelo.

O compromisso tem um potencial impacto transformador, porque criaria uma estrutura formal para expandir a adoção de materiais de RED no país. RED consubstanciam uma área ativa de pesquisa⁵, fortemente promovida pela sociedade civil⁶. Ainda assim, o governo adotou-a em casos *ad hoc*⁷. Entre seus benefícios, RED incentivam a produção e a colaboração de novos formatos de aprendizado, como a plataforma de jogos educativos REMAR⁸. RED também aumentam a disponibilidade de oportunidades de treinamento para professores⁹, permitem veicular materiais educacionais por intermédio de uma comunidade de conteúdo¹⁰, e recebem apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, por serem uma solução para tornar as universidades mais acessíveis¹¹. Pesquisadores identificaram outras consequências positivas, como economia significativa de custos, e maior entusiasmo, engajamento e confiança dos alunos¹².

Ao fornecer uma estrutura legal para a aquisição e o uso de RED pelo governo, o compromisso tem o potencial de (1) atender a uma importante demanda da sociedade civil e de agências governamentais e o (2) de colher os benefícios dos RED listados acima. Ou seja, o Brasil seria beneficiário da redução do custo dos

serviços públicos, do aumento do alcance de materiais educacionais e da diversidade de fontes e de pontos de vista¹³.

Progresso

O compromisso teve uma conclusão substancial.

O governo envolveu-se em mobilização nacional em torno do estabelecimento de uma rede de participação. Essa rede desenvolveria benchmarks de avaliação e um processo curatorial descentralizado para recursos educacionais abertos (marcos 6.1 e 6.2). O Centro de Inovação na Educação Brasileira - um centro de inovação da sociedade civil que usa tecnologia para promoção na educação pública - liderou o processo de mobilização. Esse processo incluiu reuniões periódicas (principalmente mensalmente), com a participação tanto do governo quanto de representantes da sociedade civil¹⁴. Duas entrevistas de representantes da sociedade civil (uma da Unicamp e outra da Universidade de São Paulo) confirmaram que o compromisso resultou no engajamento de vários atores.

Em Abril de 2017, o governo apresentou, no Ministério da Educação, uma versão preliminar da metodologia, a fim de analisar e de curar materiais educacionais digitais (marco 6.3)¹⁵. Acadêmicos e representantes da sociedade civil estavam ali presentes¹⁶. O governo apresentou uma nova versão em Julho de 2017. Essa ação levou à criação de um grupo de trabalho sobre o tema. O governo também apresentou parte do material no 2º Congresso Internacional de RED (*2nd World OER Congress*) na Eslovênia, organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e pela *Commonwealth of Learning*¹⁷.

O governo havia empreendido a criação de uma plataforma com recursos educacionais abertos (marco 6.4) no momento da redação do presente relatório. Em Abril de 2017, o governo apresentou uma versão preliminar da plataforma para mais de 30 especialistas do governo e da sociedade civil¹⁸. Os termos de uso estavam em desenvolvimento, com a participação da organização da sociedade civil Instituto EducaDigital¹⁹.

No momento da redação do presente relatório, a submissão de um novo modelo de aquisição para esses recursos educacionais abertos (marco 6.5) não havia sido iniciada. Mas, de acordo com o cronograma para implementação no texto do compromisso, esse compromisso permanece dentro do prazo.

Resultados preliminares (se existentes)

Os representantes da sociedade civil entrevistados pelo avaliador IRM (Colab/USP e Unicamp) expressaram seu apoio a esse compromisso. Como os entrevistados argumentaram, o uso de recursos de educação digital aberta reduz custos ao evitar novas compras de materiais educacionais²⁰. Eles afirmaram que o uso desses recursos também permite uma melhor supervisão das compras governamentais com recursos públicos²¹. Os entrevistados observaram que o uso de recursos educacionais digitais abertos reduz, ainda mais, os incentivos para o uso indevido de material protegido por direitos autorais²².

Quanto aos resultados concretos, o alto nível de participação da sociedade civil nas fases iniciais do compromisso constitui um importante progresso. Ainda assim, o principal impacto do compromisso depende do lançamento do portal com recursos de educação digitais abertos (<https://portalmec.c3sl.ufpr.br/home>). Depende, igualmente, das informações sobre os canais de mídia social relacionados e do lançamento, ademais do uso, de um novo modelo de aquisição governamental para

recursos educacionais abertos. O governo não havia concluído essas entregas no momento desta avaliação. Os resultados completos do compromisso serão, portanto, avaliados no próximo relatório de final do IRM.

Próximos passos

Além da plena implementação do compromisso, os próximos passos possíveis incluem a avaliação do uso de recursos educacionais abertos para reduzir o custo da educação²³, e o combate à corrupção na aquisição de recursos²⁴. O novo modelo de aquisição de recursos de educação digital também representa uma oportunidade para promover uma transparência ativa de forma mais ampla e para adotar princípios de contratação aberta na educação²⁵. O governo também deve mapear o impacto dos recursos da educação digital na obtenção de melhores resultados educacionais, incluindo os impactos em inclusão e presença escolar.

¹ *Produção de Recursos Educacionais Abertos com Foco na Disseminação do Conhecimento: Uma Proposta de Framework*, 2015,

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/135513/334502.pdf?sequence=1>.

² Center for Educational Research and Innovation, *Giving Knowledge for Free: The Emergence of Open Educational Resources*, 2007, <https://www.oecd.org/edu/cei/38654317.pdf>.

³ “Common Questions,” Recursos Educacionais Abertos, <http://www.rea.net.br/site/faq/#a2>.

⁴ Instituto EducaDigital, “Sergio Branco—Direitos Autorais e Recursos Educacionais Abertos,” YouTube, 8 September 2016, <https://www.youtube.com/watch?v=NNQWjhu51qQ>.

⁵ Edmea Santos and Elena Maria Mallmann, “Dossier: Open Educational Resources,” *Em Foco* 5, no. 1 (2017), <http://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/616>.

⁶ “Na OER book on OER,” Recursos Educacionais Abertos, <http://www.rea.net.br/site/livro-rea/>.

⁷ “Map RED Brasil,” Recursos Educacionais Abertos, <http://www.rea.net.br/site/mapa-rea/>.

⁸ “REMAR,” Annals of the Brazilian Congress of Informatics in Education, <http://www.br-ie.org/pub/index.php/wcbie/article/view/7396/5192>.

⁹ “Tecnologias da Informação em Educação,” Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Formadores, <http://revistas.ua.pt/index.php/ID/article/view/5074/4459>.

¹⁰ “Mappings,” Recursos Educacionais Abertos, <http://www.rea.net.br/site/mapeamentos/>

¹¹ Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura, *Diretrizes para Recursos Educacionais Abertos (RED) No Ensino Superior*, 2015, <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002328/232852por.pdf>.

¹² Martin Weller, Bea de Los Arcos, Rob Farrow, Beck Pitt, and Patrick McAndrew, “The Impact of OER on Teaching and Learning Practice,” *Open Praxis* 7, no. 4 (Outubro-Dezembro 2015): 351–361, <http://oro.open.ac.uk/44963/1/227-1106-2-PB-3.pdf>.

¹³ “Common Questions,” Recursos Educacionais Abertos.

¹⁴ Veja “Details on the Open Innovation in Education Study,” Parceria para Governo Aberto, Governo Federal Brasileiro, last modified 5 Dezembro 2016, <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2016/centro-de-inovacao-para-a-educacao-brasileira-lanca-estudo-sobre-inovacao-aberta-em-educacao-em-parceria-com-o-instituto-educadigital>.

¹⁵ Centro de Inovação para a Educação Brasileira, *CIEB Technical Notes: Guidelines for Selection and Evaluation of Digital Content and Resources*, <http://www.cieb.net.br/cieb-notas-tecnicas-orientacoes-para-selecao-e-avaliacao-de-conteudos-e-recursos-digitais/>.

¹⁶ Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, *Relatório de Status de Execução de Compromisso*, http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/2017-18-agosto-rse_6.pdf.

¹⁷ Priscila Gonsales, “2nd RED World Congress: Plano of Action Towards the 4th ODS,” Iniciativa Educação Aberta, <http://aberta.org.br/2o-congresso-mundial-de-rea-Plano-de-Acao-de-acao-romo-ao-4o-ods/>

¹⁸ Centro de Inovação para a Educação Brasileira, *Advances the Construction of the New Platform of Digital Educational Resources of the MEC*, <http://www.cieb.net.br/avanca-a-construcao-da-nova-plataforma-de-recursos-educacionais-digitais-do-mec/>.

¹⁹ Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, *Relatório de Status de Execução de Compromisso*.

²⁰ “US Begin to Adopt Books with Free Content to Cut Costs in Higher Education,” *Porvir*, 19 Abril 2017, <http://porvir.org/eua-comecam-adoptar-livros-conteudo-livre-para-cortar-custos-ensino-superior/>.

²¹ “Free and Legal Sharing for Better Learning,” Current Affairs, Correio, <http://pt.unesco.org/courier/julho-setembro-2017/compartilhamento-livre-e-legal-uma-melhor-aprendizagem>.

²² Mara Denize Mazzardo, Ana Maria Ferreira Nobre, and Elena maria Mallmann, "Open Educational Resources: Free Access to Knowledge?" *Em Foco*, 30 Abril 2017, <http://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/viewFile/446/228>.

²³ "Public Policy Experiences for OER," Iniciativa Educação Aberta, <http://aberta.org.br/experiencias-de-politica-publica-para-rea/>.

²⁴ TV Morena, "Fraud in Bids Have Caused Losses of at Least R \$670 Thousand in Paranhos, Says PF de MS," *Globo.com* 5 Março 2017, <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/pf-aponta-que-fraudes-em-licitacoes-causaram-prejuizo-de-pelo-menos-r-670-mil-em-paranhos-ms.ghtml>.

²⁵ Home page, Open Contracting Partnership, <https://www.open-contracting.org/>.

7. Dados Abertos e Governança da Informação em Saúde

Texto do compromisso:

Disponibilizar respostas aos pedidos de acesso à informação dos últimos quatro anos em plataforma de transparência ativa e ampliar o número de indicadores da Sala de Apoio à Gestão Estratégica – SAGE, com monitoramento da sociedade civil

O compromisso pretende ampliar e aprimorar, de forma contínua, os dados abertos em saúde, considerando que isso exige um grande esforço para melhoria da coleta, da validação e da disseminação dos dados, além do desenvolvimento de tecnologias adequadas. Não só serão ampliados os números de indicadores e informações voltados à gestão e à geração de conhecimentos no âmbito da Sala de Apoio à Gestão Estratégica/SAGE/Ministério da Saúde, como também serão disponibilizadas, de forma ativa, as informações apresentadas pelo Ministério como resposta aos questionamentos dos cidadãos nos últimos 4 anos.

7.1 - Coleta dos pedidos respondidos (2012 a 2015)

7.2 - Análise e categorização dos pedidos (estruturados – SAGE - ou não – FAQ)

7.3 - Análises dos sistemas para hospedagem da plataforma

7.4 - Estabelecer fluxo de alimentação da plataforma

7.5 - Alimentar a plataforma (e/ou SAGE)

7.6 - Divulgação da plataforma

Instituição responsável: Ministério da Saúde

Instituições de apoio: Ministério da Saúde Ministério Público Federal Fundação Oswaldo Cruz; Companhia de Planejamento do Distrito Federal; Secretaria Municipal de Saúde do Amazonas; Associação Brasileira de Saúde Coletiva Universidade Federal de Minas Gerais Universidade de Brasília; Artigo 19; Centro Brasileiro de Estudos em Saúde Instituto de Estudos Socioeconômicos.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Outubro 2018

Perfil do compromisso	Especificidade				Valores da OGP (originalmente descritos)				Impacto potencial				Pontualidade	Progresso			
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Accountability pública	Tecnologia e inovação para transparência e accountability	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador		Não iniciado	Limitado	Substantial	Finalizado
7. Dados Abertos e Governança da Informação em Saúde			✓		✓			✓			✓		Não		✓		

Contexto e objetivos

Este compromisso visa a expandir a quantidade de dados abertos em registros de saúde e a melhorar os indicadores para gerenciar e planejar serviços de saúde. Especificamente, o governo propõe publicar respostas a solicitações de acesso a esse tipo de informação, nos últimos quatro anos, em uma plataforma de transparência ativa. Também propõe aumentar o número de indicadores e de dados da Sala de Apoio à Gestão Estratégica (SAGE), com colaboração da sociedade civil. A SAGE é uma iniciativa liderada pelo governo, que reúne dados, indicadores, documentos e ferramentas de capacitação online para a tomada de decisões em saúde pública.

Com base na reflexão acerca da importância dos dados abertos no setor da Saúde, o Ministério da Saúde e a Agência Nacional de Saúde publicaram os Planos Institucionais de Dados Abertos. Estes são Plano de Ações estratégicas e operacionais oficiais para iniciar e sustentar iniciativas de dados abertos. Uma instituição científica administrada pelo governo, a Fundação Oswaldo Cruz, produz pesquisas nesse campo e introduziu um selo de qualidade (Selo Sergio Arouca), para divulgação de dados abertos de alta qualidade¹. Além disso, a KPMG divulgou um relatório global segundo o qual o Brasil tem liberado, cada vez mais, dados abertos relacionados à saúde. Essa ação está intimamente relacionada com a institucionalização dos sistemas de ouvidores no setor da Saúde².

Este compromisso procura aproveitar esse progresso passado e enfrentar os desafios pendentes. Como exemplo, tem-se que dados abertos relacionados à saúde apresentam baixos níveis de uso pelo governo, pelo setor privado e pela sociedade civil³. Como Barbara Paes, do Artigo 19, argumentou, o compromisso tem o potencial de promover melhores respostas do governo às solicitações dos cidadãos. Ela observa que também pode permitir o desenvolvimento e o uso de mais indicadores de saúde sobre a qualidade e a abertura do serviço.

Apesar da importância do tópico, o compromisso tem um impacto potencial moderado. Ele se concentra na abertura e na organização de dados públicos, em vez de usar ou de incentivar o uso de dados para resolver um problema público específico. Assim mesmo, a publicação ativa de respostas a solicitações de acesso à informação, especialmente em uma área potencialmente sensível como a Saúde, constitui um importante progresso.

O nível de especificidade do compromisso é alto. O governo tem um resultado claro e mensurável: a publicação de respostas aos pedidos de acesso à informação dos últimos quatro anos. O compromisso é relevante para os valores da OGP de acesso à informação e de uso de tecnologia e inovação, uma vez que se concentra em publicar respostas a solicitações de acesso à informação por meio de uma plataforma digital.

Progresso

O compromisso tem progresso limitado.

A implementação dos marcos do compromisso começou em Fevereiro de 2017⁴. O governo não participou das entrevistas do IRM (isto é, não completou a entrevista online ou não respondeu a dois convites por e-mail para uma entrevista detalhada.) Da parte da sociedade civil, o Artigo 19 completou uma pesquisa conduzida pelo IRM, e confirmou o andamento das reuniões. A organização, porém, não forneceu

informações específicas para confirmar a implementação dos marcos. Os registros da reunião de implementação de Julho de 2017⁵ sugerem que vários marcos foram substancialmente concluídos. Mas isso está relacionado a processos internos que não puderam ser verificados pelo IRM.

Por exemplo, em termos de coleta de respostas a solicitações de informações de 2012 a 2015 (marco 7.1), os registros da reunião de Julho de 2017 afirmam que o Controlador-Geral reuniu os dados para análise. No entanto, não existe registro da publicação desse conjunto de dados⁶. Os registros também indicam que a análise e a categorização de solicitações de informações (marco 7.2) foram pré-condições para os marcos restantes e têm conclusão limitada⁷.

O relatório de autoavaliação publicado pelo governo fornece uma explicação: ele declara que os marcos relacionados à coleta de solicitações respondidas e ao lançamento da mencionada plataforma não foram realizados devido a uma mudança na parte responsável pela gestão do Sistema Eletrônico de Serviços de Informação ao Cidadão (e-SIC) dentro do Ministério da Saúde. Este relatório reconhece que menos de 5% do compromisso foi implementado em meados de 2017.

Deve-se notar que, durante as reuniões de implementação, o governo acrescentou novos marcos ao compromisso. Um marco inclui uma disposição para abrir conjuntos de dados relacionados a duas populações vulneráveis (quilombolas e populações indígenas). Outro diz respeito à criação de uma plataforma colaborativa com os dados. Essas novas atividades podem ser passos importantes em frente. Estudos revelam que essas duas comunidades têm menos acesso a cuidados de saúde que o resto do país⁸. De forma a corroborar a lacuna abordada por esses novos marcos, as organizações da sociedade civil haviam comentado sobre a dificuldade de encontrar dados precisos sobre esses grupos⁹.

Até Outubro de 2017, esperava-se que os marcos 7.1 e 7.3 fossem entregues, o que atrasa o compromisso. Cabe ressaltar que o compromisso é mencionado nas informações contextuais do Plano de Ação de dados abertos da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde (2016-18). Não existe, porém, um Plano de Ação detalhado para os dados mencionados no compromisso¹⁰.

Resultados preliminares (se existentes)

O principal impacto esperado do compromisso é o alcance de uma maior transparência ativa relacionada aos dados de Saúde. Em função do caráter limitado da finalização do compromisso, é muito cedo para avaliar os resultados.

Próximos passos

Além de implementar os marcos pendentes, o governo poderia concentrar-se na solução de um problema específico de política pública mediante o uso do conjunto de dados abertos que será lançado. Isso pode incluir a identificação de usos específicos para os indicadores de saúde que serão gerados com o conjunto de dados. Ademais de publicar respostas a solicitações de informações, o governo poderia explorar como aumentar a eficiência e a eficácia das solicitações de informações no setor da Saúde. Poderia, por exemplo, explorar a redução de atrasos na resposta a solicitações e a publicação dos dados solicitados para todas as solicitações anteriores.

-
- ¹ “New Seal of Fiocruz Evaluates Quality of Health Sites,” Government of Brazil, 1 Junho 2017, <http://www.brasil.gov.br/saude/2016/12/novo-selo-da-fiocruz-avalia-qualidade-de-sites-da-saude>.
- ² Claudia Collucci, “Access to Health Data Grows, and the Public Network Remains Inefficient,” *Folha de S. Paulo*, 30 Março 2017, <http://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2017/03/1870822-acesso-a-dados-da-saude-cresce-e-a-rede-publica-segue-ineficiente.shtml>.
- ³ Eokoe, “Live: ‘Dados Abertos sobre a Saude,” YouTube, 1 Junho 2017, <https://www.youtube.com/watch?v=TxeV8kQ3It0>.
- ⁴ Parceria para Governo Aberto, *Memoria de Reuniao—Compromisso 07*,” <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/memoria-saude-20-02-17.pdf>.
- ⁵ Parceria para Governo Aberto, *Memoria de Reuniao—Compromisso 07*,” <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/memoria-saude-27-07-2017.pdf>.
- ⁶ “Base e Dados,” table, http://sage.saude.gov.br/sistemas/apresentacoes/pda/Lista_datasets_PDA_MS.pdf.
- ⁷ Ministerio da Transparencia, Fiscalizacao e Controladoria-Geral da Uniao, *Relatorio de Status de Execucao de Compromisso*, http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/2017-30-agosto-rse_7.pdf
- ⁸ “BIS. Bulletin of the Institute of Health,” Saude Portal de Revistas—SES, Agosto 2010, http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-18122010000200009&lng=pt&nrm=iso.
- ⁹ Jose Mauricio Arruti, “Public Policies for Quilombos: A Test of Conjuncture from the Example of Health,” *Contexto Quilombola* 3, no. 11 (Julho 2008), http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=208&cod_boletim=12&tipo=Artigo.
- ¹⁰ Ministério da Saude, *Plano dados Abertos para o Ministério da Saude*, <http://sage.saude.gov.br/sistemas/apresentacoes/Plano de Ação de dados abertos do ms.pdf>.

8. Prevenção à Tortura, a Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes no Sistema Prisional

Texto do compromisso:

Implementar um sistema informatizado, único e de formato aberto de inspeção prisional, garantindo a participação da sociedade civil na sua construção e gestão

O compromisso busca, essencialmente, disponibilizar uma base de dados nacional, em formato aberto e gerada a partir de inspeções realizadas por diversos atores no sistema prisional, que não somente promova a melhoria dos trabalhos de coleta, gestão e organização de dados e informações sobre o sistema penitenciário brasileiro, mas também que seja capaz de fornecer subsídios de qualidade para a efetiva participação social.

8.1 - Mapear atores do GT e articular sua constituição

8.2 - Instituir GT com atribuição de definir formulário padrão e banco de relatório de inspeção, considerando especificidades institucionais

8.3 - Promover consulta pública sobre os campos do formulário

8.4 - Desenvolvimento e implementação das melhorias

8.5 - Lançamento do Sistema

8.6 - Mobilização, engajamento de outras entidades para integrar o sistema

8.7 - Capacitação das instituições sobre inspeções

Instituição responsável: Ministério da Justiça e Cidadania

Instituições de apoio: Ministério da Justiça e Cidadania; Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; Conselho Nacional de Justiça; Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública de São Paulo; Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura Universidade de Brasília; Pastoral Carcerária; Associação de Juízes pela Democracia Associação para Prevenção da Tortura.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Novembro 2018

Perfil do compromisso	Especificidade				Valores da OGP (originalmente descritos)				Impacto potencial				Pontualidade	Progresso			
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Accountability pública	Tecnologia e inovação para transparência e accountability	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador		Não iniciado	Limitado	Substantial	Finalizado

8. Prevenção à Tortura, a Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes no Sistema Prisional				✓	✓	✓												Não		✓			
---	--	--	--	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----	--	---	--	--	--

Contexto e objetivos

O sistema penitenciário no Brasil carece de um sistema de dados centralizado, atualizado e coerente. O compromisso visa à implementação de um sistema de inspeção prisional computadorizado, de formato aberto e integrado. O compromisso também exige a participação da sociedade civil no desenvolvimento e na gestão do sistema. O sistema será capaz de coletar, de gerenciar e de organizar, de forma permanente, dados do Sistema Penitenciário brasileiro relacionados a insumos, a documentos, a contratos e a serviços criminais.

O Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo, com mais de 600.000 prisioneiros, a maioria proveniente de populações vulneráveis¹. Muitos níveis do sistema prisional, no entanto, carecem de bons dados para a análise de políticas. As organizações da sociedade civil referiam-se ao sistema como um problema político do tipo "caixa preta"². O compromisso visa a reunir informações provenientes de inspeções realizadas dentro do sistema prisional. Depois de categorizadas e analisadas, as informações podem ser usadas para esclarecer questões políticas.

O nível de especificidade do compromisso é alto. A classificação reflete a clareza do produto-chave: o lançamento de um sistema de dados que integrará informações penitenciárias em formato aberto de dados. Embora as especificidades do sistema de dados não sejam claras, o governo delinea uma série de marcos cumulativos segundo os quais o portal será concebido. O governo colaborará com organizações da sociedade civil no projeto. Os passos incluem o mapeamento dos principais intervenientes neste campo, o estabelecimento de um grupo de trabalho com múltiplos intervenientes, e uma consulta pública sobre os campos de dados do portal.

O compromisso visa a abordar o valor da OGP de acesso à informação, com o auxílio de tecnologia e inovação (isto é, por meio do lançamento de conjuntos de dados em um portal de dados abertos). Também aborda o valor da participação cívica, com o papel da sociedade civil no desenvolvimento do portal de dados.

O compromisso tem um impacto potencial transformador, porque aborda uma prioridade nacional e responde a uma grande demanda de organizações da sociedade civil. O sistema penitenciário brasileiro tem, historicamente, passado por problemas como superlotação, má administração, atividades criminosas e problemas de saúde³. Só em janeiro de 2017, mais de 100 presos morreram por conta da violência entre facções criminosas⁴. Em 2017, um membro do Conselho Nacional de Justiça relatou que havia cerca de 660.000 prisioneiros no Brasil, apesar de as prisões terem uma capacidade de apenas cerca de 400.000. A organização não-governamental Conectas Direitos Humanos também observou que os cidadãos brasileiros têm seis vezes mais chances de morrer na prisão do que se não fossem encarcerados⁵.

Em resposta a essas questões, a sociedade civil consistentemente exigiu maior transparência e supervisão do sistema prisional. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, “até hoje, a qualidade dos dados produzidos deixa muito a desejar e revela pouco da realidade do sistema prisional brasileiro”⁶. Grupos da sociedade civil também notaram a falta de informação sobre especificamente mulheres prisioneiras⁷, assim como a escassez de dados sobre gastos públicos neste setor⁸. Neste contexto, um portal de dados aberto com informações padronizadas sobre o sistema penitenciário, projetado em colaboração com a sociedade civil, tem o potencial de transformar as práticas usuais.

Progresso

Há um progresso limitado nesse compromisso.

Os Marcos 8.1-8.4 começaram, porém com progresso limitado. O governo mapeou os principais participantes, para formar um grupo de trabalho (marco 8.1). Atualmente, esses principais participantes refletem a composição do grupo de monitoramento do compromisso⁹. O governo, porém, não criou o grupo de trabalho (marco 8.2). Representantes do governo (Victor Martins Pimenta) e da sociedade civil (Neide de Sordi) confirmaram isso.

O governo apresentou um documento com filtros de coleta de dados para consulta pública (marco 8.3). O Ministério da Justiça enviou o documento para aqueles que acompanham a implementação do compromisso. A entrevistada da organização da sociedade civil, Neide de Sordi, confirmou ter recebido a informação. Apesar disso, de acordo com Sordi, o método de consulta foi limitado, e o documento não obteve muito feedback. Sordi observou que o feedback enviado não foi abordado com uma reação estruturada por parte do governo. O avaliador IRM confirmou que o material ainda não havia sido publicado.

Quanto ao desenvolvimento e à implementação do sistema (marco 8.4), em Setembro de 2017, o governo publicou um convite à apresentação de propostas¹⁰, para selecionar e coordenar a organização da sociedade civil que ajudará a implementar essa atividade. A proposta oferece alta remuneração (R\$ 600.000) e está alinhada aos marcos do compromisso e às datas de entrega. O Plano de Ação estipulou meados de dezembro como a data estimada de conclusão para a seleção.

Os outros marcos (8.5-8.7) ainda não foram iniciados.

Esperava-se que primeiros três marcos fossem entregues até Outubro de 2017, o que coloca o compromisso em atraso.

Resultados preliminares (se existentes)

Os resultados esperados do compromisso incluem melhoria dos serviços públicos, maior integridade pública, gestão mais eficaz dos recursos públicos, e maior responsabilização. Dado o estado atual do sistema penitenciário, a produção de dados abertos, conforme previsto pelo compromisso, pode ser transformadora. Mesmo assim, devido à conclusão limitada do compromisso, não há resultados até o momento.

Próximos passos

Depois que o compromisso for implementado, um possível próximo passo seria usar os dados para a prestação pública de contas, particularmente em colaboração com organizações da sociedade civil. O governo poderia estabelecer um canal por meio do qual os cidadãos possam solicitar respostas, explicações ou consequências do

governo. A Conectas Direitos Humanos argumenta que, se isso acontecesse, a prestação de contas poderia reduzir os níveis de tortura no sistema penitenciário. A organização afirma que tal medida também poderia reduzir o encarceramento provisório ilegal, além de aumentar o acesso à justiça e de intensificar a proteção de grupos vulneráveis, inclusive de mulheres e de outros prisioneiros de gênero¹¹.

¹ “Os números do cárcere,” *Conectas Direitos Humanos*, 5 de Fevereiro de 2016

² “A caixa-preta dos presídios,” 8 de Novembro de 2013, <https://web.archive.org/web/20171017011039/http://www.conectas.org/pt/acoes/justica/noticia/41543-os-numeros-do-carcere>

³ Samira Bueno, “Transparência para Transformar,” *Criminal Justice Network Newsletter* no. 8 (Janeiro 2016), <http://bit.ly/2Gtedjv>.

⁴ Raquel da Cruz Lima, Anderson Lobo da Fonseca, and Felipe Eduardo Lazaro Braga, “O Silêncio Eloquente sobre as Mulheres no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias,” *Criminal Justice Network Newsletter* no. 8 (Janeiro 2016), <http://bit.ly/2Gtedjv>.

⁵ “Falta Transparência em Custos do Sistema Carcerário no Brasil,” *University of São Paulo Newspaper*, 18 Julho 2016, <https://jornal.usp.br/ciencias/falta-transparencia-em-custos-do-sistema-carcerario-no-brasil/>.

⁶ Parceria para Governo Aberto, *Memoria de Reuniao—Compromisso 8*, http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/memoria_reuniao_31jul2017.pdf.

⁷ “Depen Launches Public Call Notice for Innovation and Data Entry in Prison Inspections,” Ministry of Justice, Governo Federal Brasileiro, <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/noticias-depen/depen-lanca-edital-de-chamamento-publico-para-inovacao-e-abertura-de-dados-nas-inspecoes-prisionais-1>.

⁸ “10 medidas para o sistema prisional,” 6 Janeiro 2017, <https://web.archive.org/web/20171016210447/http://www.conectas.org/pt/acoes/justica/noticia/47027-10-medidas-para-o-sistema-prisional>

⁹ Parceria para Governo Aberto, *Memoria de Reuniao—Compromisso 8*, http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/memoria_reuniao_31jul2017.pdf.

¹⁰ “Depen Launches Public Call Notice for Innovation and Data Entry in Prison Inspections,” Ministry of Justice, Governo Federal Brasileiro, <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/noticias-depen/depen-lanca-edital-de-chamamento-publico-para-inovacao-e-abertura-de-dados-nas-inspecoes-prisionais-1>.

¹¹ “10 medidas para o sistema prisional,” 6 Janeiro 2017, <https://web.archive.org/web/20171016210447/http://www.conectas.org/pt/acoes/justica/noticia/47027-10-medidas-para-o-sistema-prisional>

9. Espaços de Inovação para Gestão e Serviços Públicos

Texto do compromisso:

Consolidar uma rede aberta no setor público de forma colaborativa e transparente com a sociedade

O compromisso se relaciona com a melhoria da gestão pública e da prestação de serviços públicos, no âmbito do Governo Federal, por meio da criação e da disseminação de ferramentas e métodos inovadores. Com base nesta perspectiva, prevê-se o fortalecimento das iniciativas de inovação aberta no setor público por meio da consolidação de uma rede que abra espaço para o trabalho colaborativo e transparente entre governo e sociedade

9.1 - Construção de manifesto da Rede de Inovação com a participação da sociedade (oficinas + consulta online)

9.2 - Promover e apoiar atividades (uma por semestre) de formação, troca de experiências e disseminação de boas práticas (4 atividades)

9.3 - Capilarização da Rede de Inovação (comunicação) – (ativação, mobilização e engajamento)

9.4 - Sistematizar as formas de interação da sociedade com a Administração Pública nos processos de inovação

9.5 - I Encontro da Rede de Inovação com a sociedade civil (manifesto, iniciativas) – (eventos simultâneos regionais)

9.6 - Consolidar uma plataforma para: registrar experiências de inovação existentes, disponibilizar repositório de ferramentas, processos e metodologias de fácil acesso

9.7 - II Encontro da Rede

Instituição responsável: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Instituições de apoio: Min Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Ministério da Justiça e Cidadania; Escola Nacional de Administração Pública
Secretaria de Governo; Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados Ministério da Saúde; Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Fundação Getúlio Vargas/DAPP
Ceweb.br; Agenda Pública Wenovate Bruna Santos; Universidade de São Paulo/COLAB.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Novembro 2018

Perfil do compromisso	Especificidade				Valores da OGP (originalmente descritos)				Impacto potencial				Pontualidade	Progresso			
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Accountability pública	Tecnologia e inovação para transparência e accountability	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador		Não iniciado	Limitado	Substantial	Finalizado
9. Espaços de Inovação para Gestão			✓			✓				✓			Sim			✓	

Contexto e objetivos

Este compromisso visa a abordar a falta de apoio coerente para a inovação do governo, de modo a expandir as práticas de inovação aberta no setor público com o envolvimento de múltiplos interessados. O governo procura estabelecer uma rede aberta dentro do serviço público por meio da colaboração com a sociedade civil. O governo espera que a rede crie e promova ferramentas e métodos inovadores para a gestão pública e para a prestação de serviços públicos em nível federal. Graças à rede, o governo permitirá ao governo e à sociedade civil cocriar políticas públicas.

Nenhuma rede de inovação liderada pelo governo existiu anteriormente no Brasil. O compromisso visa a endereçar essa lacuna. O governo aberto representa uma nova fronteira para o governo e a sociedade civil. Essas partes precisam, destarte, reunir iniciativas e líderes dentro e fora do governo, a fim de promover a inovação aberta do governo. Esse trabalho pode incluir organizações internacionais (como a Organização dos Estados Americanos e seu Programa de Bolsas Abertas para Governo)¹ ou fundações internacionais (como a Fundação John D. e Catherine T. MacArthur e sua Rede de Pesquisa sobre Governança Aberta)². A própria OGP incentiva o desenvolvimento de redes de inovação, por exemplo, por meio de seus grupos de trabalho³.

O nível de especificidade do compromisso é médio. O Plano de Ação lista várias entregas mensuráveis, como o lançamento de uma rede de inovação, atividades de treinamento (uma vez por semestre), e duas reuniões da rede. No entanto, poucos detalhes no compromisso descrevem as características esperadas desta rede. Além disso, o governo espera desenhar o principal produto durante a implementação do Plano de Ação.

O compromisso poderia abordar indiretamente todos os valores da OGP. Não obstante, ele se refere sobretudo ao valor da participação cívica, dada a ênfase na criação de uma rede de atores do governo e da sociedade civil voltada para o trabalho em iniciativas governamentais abertas.

O compromisso tem um impacto potencial pequeno dado o desenho do compromisso em si, que é, em grande parte, limitado à criação de uma rede. A conscientização das iniciativas e das ferramentas inovadoras existentes constitui um objetivo positivo. No entanto, o maior potencial reside em usar a rede, uma vez implementada, para conectar atores que possam transformar os padrões de governo aberto no país. Essa ação, no entanto, se estende além do escopo e do cronograma do compromisso conforme apresentado.

Progresso

O compromisso teve uma conclusão substancial.

Os marcos 9.1-9.3 estão substancialmente concluídos. O marco 9.1 compreende o manifesto da inovação, concebido com a participação da sociedade civil por meio de workshops e de consultas online. O manifesto ainda não estava pronto. No entanto, a página Web do compromisso fornece informações detalhadas sobre o papel de cada parte interessada, sobre partes da rede⁴, sobre seu trabalho⁵, e sobre mecanismos de participação⁶. O governo criou a rede antes do início do Plano de Ação, mas há evidências claras de que novas atividades relacionadas ao compromisso ocorreram depois disso.

O marco 9.2 refere-se à implementação de quatro atividades de treinamento destinadas à troca de experiências e à disseminação de melhores práticas. Em maio de 2017, o governo realizou vários workshops. A seção de notícias do site da rede lista uma série de eventos de outras agências⁷. Quanto às atividades de comunicação para aumentar a conscientização sobre a rede (marco 9.3), o site fornece registros de vários esforços de comunicação, o que inclui seis boletins publicados após o início do compromisso⁸.

Os marcos 9.4 e 9.6 são menos específicos, o que dificulta sua avaliação. O marco 9.4 visa a sistematizar a interação pública com o serviço civil. O marco 9.6 refere-se à consolidação de um portal que documente iniciativas e ferramentas inovadoras existentes. O portal em questão contém conteúdo relevante para os marcos 9.4 e 9.6. Materiais lá incluem uma biblioteca de documentos de leitura, relatórios, legislação anotada, relatórios de atividades de grupos de trabalho, benchmarking de projetos em andamento e informações de contato. No entanto, a plataforma foi lançada no início de 2016, antes do início do Plano de Ação (foi atualizada desde então), e as informações exibidas não estão devidamente organizadas. Assim, o progresso nesses marcos é considerado limitado.

Em 25 de maio de 2017, o governo realizou a primeira reunião de rede de inovação de um dia⁹ (marco 9.5), em Brasília. A agenda incluiu palestras e workshops sobre inovação. Entre os palestrantes, figuravam acadêmicos (como da Fundação Getúlio Vargas e Universidade de Brasília), instituições governamentais estrangeiras (por exemplo, Nesta), representantes de órgãos executivos (Tribunal de Contas da União, entre outros) e a câmara baixa do Congresso (LabHacker).

Esperava-se que a segunda Reunião da Rede de Inovação (marco 9.7) ocorresse durante o Dia do Governo Aberto, em Novembro de 2017. Esta data está fora do período abrangido por este relatório¹⁰.

O governo concluiu os marcos 9,1 e 9,3 até a data prevista, Outubro de 2017. Portanto, considera-se o compromisso dentro do cronograma.

Resultados preliminares (se existentes)

O compromisso visa, em última análise, a melhorar os serviços públicos, a aumentar a integridade pública e aperfeiçoar a gestão dos recursos públicos. Todos esses resultados esperados alinham-se com o compromisso conforme escrito. No entanto, nenhum registro claro conecta as atividades da rede de inovação diretamente a essas metas.

O compromisso envolve uma longa lista de organizações participantes (55 do governo, 10 do setor privado, 4 da sociedade civil, e 4 da academia). Além disso, o uso de ferramentas e de métodos inovadores promovidos pelo governo para analisar adequadamente os resultados do compromisso é notável. Não obstante, o número de iniciativas mencionadas no site é mediano (6 projetos relatados com atualizações, 6 grupos de trabalho com atualizações, e cerca de 40 publicações e documentos), embora diversos (que abrangiam, por exemplo, a promoção de tópicos como eficiência pública, participação cidadã, e elaboração de políticas).

Próximos passos

Para as etapas futuras, o governo poderia adotar um papel mais ativo na promoção da inovação do governo aberto no escopo do serviço civil. Em colaboração com a sociedade civil, poderia incubar projetos, fornecer mentores para promover iniciativas, publicar resultados, e avaliar o impacto.

-
- ¹ “Fellowship OEA de Gobierno Abierto en las Americas,” Organizacion de Los Estados Americanos, <https://www.oas.org/es/sap/dgpe/opengovfellowship/>.
- ² “Meet the Network,” MacArthur Foundation Research Network on Opening Governance, <http://www.opening-governance.org/#the-context>.
- ³ “Civil Society,” Parceria para Governo Aberto, <https://www.opengovpartnership.org/resources/civil-society>
- ⁴ “Who We Are,” InovaGov, <https://redeinovagov.blogspot.com.br/p/quem-somos.html?zx=df640c41b466c01>.
- ⁵ “The Net Today,” InovaGov, <https://redeinovagov.blogspot.com.br/p/a-rede-hoje.html>.
- ⁶ “The Net Today,” InovaGov, <https://redeinovagov.blogspot.com.br/p/a-rede-hoje.html>.
- ⁷ “How to Post,” InovaGov, https://redeinovagov.blogspot.com.br/p/blog-page_6.html.
- ⁸ Home page, InovaGov, <https://redeinovagov.blogspot.com.br/>.
- ⁹ “Eventos,” Inovação Aberta, <https://web.archive.org/web/20170720042003/http://portal.tcu.gov.br/eventos-1/inovacao-aberta.htm>
- ¹⁰ Ministerio da Transparencia, Fiscalizacao e Controladoria-Geral da Uniao, *Relatorio de Status de Execucao de Compromisso*, http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/2017-28-agosto-rse_9.pdf.

10. Avaliação e Simplificação de Serviços Públicos

Texto do compromisso:

Realizar inventário dos serviços do Poder Executivo Federal e implementar avaliação por meio de mecanismos de satisfação, priorizando serviços para melhoria

O compromisso buscou encontrar mecanismos para aumentar a divulgação de informações sobre as políticas e os serviços públicos e, em paralelo, desenvolver e aprimorar métodos e instrumentos de avaliação, promovendo a participação social de forma mais efetiva, com vistas a enfrentar dois grandes problemas: i) a desarticulação entre governo e sociedade civil e ii) a carência de informações por parte dos cidadãos

10.1 - Plataforma para inventário e metodologia, com manual, sobre como fazer isso

10.2 - Definição do escopo do conteúdo - realizar reunião para levantar escopo da pesquisa junto à sociedade sobre conteúdo de avaliação

10.3 - Realizar levantamento e análise de requisitos de funcionalidade para implantação de mecanismos de avaliação no Portal de Serviços

10.4 - Órgãos incluam as informações no Portal, conforme metodologia/padrão estabelecido

10.5 - Implantação - esforço conjunto entre MP e sociedade civil para desenvolver funcionalidade no Portal e biblioteca para aplicações abertas (conteúdo que necessita ser discutido na funcionalidade)

10.6 - Divulgação - trabalho conjunto com a sociedade civil para promover ações de divulgação

10.7 - Disponibilizar mecanismo de avaliação pelo usuário e divulgar resultados

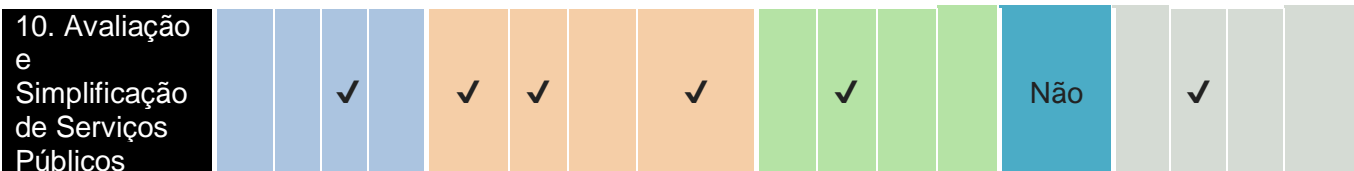
Instituição responsável: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Instituições de apoio: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União; Agência Nacional de Telecomunicações Secretaria de Governo; Ministério da Justiça e Cidadania; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Instituto de Defesa do Consumidor MariaLab; Reclame Aqui Proteste Microsoft.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Novembro 2018

Perfil do compromisso	Especificidade				Valores da OGP (originalmente descritos)				Impacto potencial				Pontuação	Progresso			
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Accountability pública	Tecnologia e inovação para transparência e accountability	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador		Não iniciado	Limitado	Substantial	Finalizado



Contexto e objetivos

O governo reconhece a necessidade de aumentar a responsabilização pelos serviços públicos no nível federal, particularmente por meio da colaboração com a sociedade civil e da análise da percepção dos usuários finais dos serviços. Para atingir esse objetivo, o governo compromete-se a realizar e a inventariar serviços do Poder Executivo Federal e a implementar melhores metodologias para os usuários avaliarem os serviços públicos.

Este compromisso visa a melhorar as métricas de serviço público que ajudam os cidadãos a avaliar os serviços que recebem. Esse objetivo está alinhado com iniciativas internacionais semelhantes, como a International Budget Partnership¹. O governo tem trabalhado nessa estratégia política há mais de 10 anos². O feedback dos cidadãos, e, particularmente, as perspectivas do usuário final, são importantes para melhorar as métricas de governo eletrônico e os serviços públicos³.

O nível de especificidade do comprometimento é médio. Ele lista o principal produto como o desenvolvimento e a implementação da funcionalidade de dados no portal de serviço público existente (<https://servicos.gov.br/>). O governo delinea uma série de etapas intermediárias que contribuirão para a concepção e a implementação do produto final. Essas etapas incluem uma metodologia, uma reunião para determinar o escopo das avaliações, e a disseminação. No entanto, os recursos esperados e o escopo da nova funcionalidade de dados não são claros.

O compromisso está relacionado aos valores da OGP de acesso à informação e a participação cívica, com o uso de tecnologia e inovação para atingir seus objetivos. O objetivo do compromisso compreende o trabalho com os cidadãos, para aprimorar os mecanismos de avaliação dos serviços públicos, e a publicação dos resultados no portal de serviço público.

O compromisso tem um impacto potencial pequeno. O governo executou as principais atualizações do portal desde 2009⁴. Mas a maioria dos serviços incluídos no portal refere-se aos serviços de governo para empresa (como a verificação de identificação do cidadão e os serviços relacionados a impostos). O stakeholder corporativo entrevistado pelo avaliador IRM (Microsoft) concordou que o potencial do compromisso é pequeno, dada a ausência de métricas sobre o uso do portal pelo cidadão. Esta ausência constitui um elemento essencial que a iniciativa carece.

Progresso

O compromisso tem progresso limitado.

Os marcos 10.1 e 10.2 foram implementados. A plataforma para o inventário e a metodologia (marco 10.1) estão disponíveis online⁵. Esse mesmo site define o escopo esperado do conteúdo (marco 10.2)⁶. A metodologia de pesquisa concentra-se principalmente em serviços de governo eletrônico. A metodologia procura descobrir as principais características da prestação de serviços, os recursos e os serviços disponíveis, o nível de digitalização do serviço, e o uso de serviços pelo público.

A pesquisa e a análise das funcionalidades necessárias (marco 10.3) estão em andamento. O prazo para concluir a pesquisa, Dezembro de 2017, está fora do período de avaliação deste relatório. O governo publicará uma análise detalhada dos serviços disponíveis no portal de serviços, com o apoio da Escola Nacional de Administração Pública, administrada pelo governo⁷. Os serviços da pesquisa serão classificados e avaliados quanto à qualidade das ferramentas disponíveis ao público.

Os marcos 10.4-10.7 não foram iniciados. Durante as sessões de monitoramento, representantes do governo afirmaram que as atividades internas do governo foram iniciadas. No entanto, dado o caráter limitado dos resultados até agora, essas atividades não foram compartilhadas publicamente. O compromisso agora tem um novo marco: fornecer um banco de dados de serviço público⁸ a partir da mesma agência de implementação.

O Plano de Ação delineou uma data de entrega em Outubro de 2017 para os marcos 10.1-10.4. Assim, o compromisso está atrasado.

Resultados preliminares (se existentes)

Os resultados esperados do compromisso são de grande alcance e incluem a melhoria dos serviços públicos e uma gestão mais eficaz dos recursos públicos. No entanto, é muito cedo para analisar os resultados, dada a fase preliminar das avaliações no momento da escrita. O stakeholder corporativo entrevistado (Microsoft) sugeriu que os inputs da sociedade civil sobre a entrega de compromissos foram limitados. Além disso, é importante notar que a principal fonte de informação para as avaliações do serviço público é o próprio governo, e não os cidadãos. Por exemplo, o governo serve como a principal fonte de informação para avaliar os serviços de participação cívica.⁹ Ao mesmo tempo, é importante considerar que o compromisso incluiu a sociedade civil no desenvolvimento do formato e da linguagem do Portal, como também na avaliação de decisões de design adotadas. O governo ainda considera importante que no Portal o cidadão poderá fazer com a implementação do compromisso de forma mais clara reclamações sobre os serviços prestados pelo governo.

Próximos passos

No futuro, para obter resultados sólidos, o governo precisa fornecer evidências de como o processo de avaliação foi usado para melhorar os serviços públicos no país. Outro próximo passo sugerido inclui a publicação dos resultados da pesquisa no formato de dados abertos. A plataforma também deve vincular as informações a outros conjuntos de dados abertos. Todos devem estar disponíveis para uso da sociedade civil, para que as organizações possam analisar a qualidade dos serviços. Desta forma, o governo pode colaborar com a sociedade civil, no sentido de avaliar e de melhorar a prestação de serviços públicos. Essas ações também ajudarão a integrar pesquisas de opinião pública sobre a avaliação de serviços públicos, para que esses mecanismos não dependam apenas de avaliações centradas no governo.

¹ Home page, International Budget Partnership, <https://www.internationalbudget.org/>.

² Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, *Indicadores e Métricas para Avaliação de e-Services*, Outubro 2007, https://www.governoeletronico.gov.br/documentos-e-arquivos/LivroFina_04102007.pdf.

³ Gustavo Herminio Salati Marcondes de Moraes and Fernando de Souza Meirelles, "User's Perspective of Electronic Government Adoption in Brazil," *Journal of Technology Management and Innovation* 12, no. 12 (2017), http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-27242017000200001&script=sci_arttext&tlng=en.

⁴ Elise Sueli Pereira Goncalves and Andrea Thalhoffer Ricciardi, *Plataforma de Servicos Publicos*, IX Congresso Consad de Gestao Publica, 8–10 Junho 2016, <http://consad.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Painel-32-02.pdf>.

⁵ “Digital Citizenship,” Governo Federal Brasileiro, <http://www.planejamento.gov.br/cidadaniadigital>.

⁶ “Census of Public Services,” Ministry of Planning, Development, and Management, <http://www.planejamento.gov.br/cidadaniadigital/censo-de-servicos-publicos>.

⁷ Ministerio da Transparencia, Fiscalizacao e Controladoria-Geral da Uniao, *Relatorio de Status de Execucao de Compromisso*, http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/2017-28-agosto-rse_10.pdf.

⁸ Ministerio da Transparencia, Fiscalizacao e Controladoria-Geral da Uniao, *Relatorio de Status de Execucao de Compromisso*.

⁹ Cristiane Sinimbu Sanchez and Patricia Zeni Marçoiari, “Popular Participation in the Context of Open Government Initiatives: A Systematic Review of the Literature,” *Brasilian Journal of Public and International Policies* 2, no. 2(2017), <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rppi/article/view/34564>.

11. Inovação Aberta e Transparência no Legislativo

Texto do compromisso:

Criar e difundir repositório para institucionalização de Parlamento Aberto contendo normas, ferramentas, capacitações, guias e práticas

O compromisso busca a soma de esforços de diferentes atores, entre os quais parlamentares, servidores e sociedade civil, para a fomentar ações de governo aberto nos parlamentos. Entre as primeiras iniciativas de trabalho estão previstas a realização de mapeamento de ferramentas, práticas e normas que poderiam compor um repositório de informações e a elaboração de um guia para orientação acerca de diretrizes e competências

11.1 - Mapeamento de ferramentas, práticas e normas elegíveis para o repositório

11.2 - Elaboração de guia contendo conceito, diretrizes, processos, governanças e competências

11.3 - Integração e divulgação de tecnologias e conteúdos selecionados para o repositório ao Interlegis e seus produtos

11.4 - Promoção de ações de divulgação e capacitação sobre os produtos específicos do repositório

11.5 - Criação e divulgação de programa de mensuração e premiação do desempenho das Casas na adoção de práticas de Transparência e Participação

11.6 - Realização e Divulgação de Conferência Anual de Parlamento Aberto

Instituição responsável: Câmara dos Deputados

Instituições de apoio: Câmara dos Deputados Senado Federal Interlegis; Câmara Municipal de São Paulo; Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Transparência Internacional Labhacker São Paulo; Instituto de Fiscalização e Controle; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar; Instituto de Estudos Socioeconômicos.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Novembro 2018

Perfil do compromisso	Especificidade				Valores da OGP (originalmente descritos)				Impacto potencial				Pontualidade	Progresso			
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Accountability pública	Tecnologia e inovação para transparência e accountability	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador		Não iniciado	Limitado	Substantial	Finalizado
11. Inovação Aberta e Transparência no Legislativo			✓		✓			✓		✓			Não		✓		

Contexto e objetivos

Este compromisso visa à melhoria do nível de transparência nas casas legislativas. Especificamente, o compromisso envolve a criação e a publicação de um repositório para as ferramentas do Parlamento Aberto, para contemplar treinamentos, diretrizes e práticas. Além disso, o governo propõe a criação de um programa que meça e que conceda práticas de transparência e de participação na legislatura, assim como a realização de uma Conferência Anual do Parlamento Aberto. Uma preocupação identificada pelo governo foi o baixo nível de conhecimento sobre Parlamento Aberto nas casas legislativas sub-nacionais, sobretudo pelas câmaras legislativas de municípios de menor porte, que se constituem na maioria dos municípios brasileiros.

A legislatura no Brasil tem uma forte tradição em adotar inovações de governo aberto. O LabHacker é um centro de inovação em governo aberto promovido pela Câmara dos Deputados do legislativo federal. O laboratório tem uma reputação nacional e internacional em iniciativas de governo¹. O centro é responsável por iniciativas importantes, como o principal portal de participação cívica da Câmara dos Deputados, o site e-Democracia e a cocriação de ferramentas legislativas, como o Wikilegis². Além disso, o Senado lançou o Índice de Transparência Legislativa em 2015³. A sociedade civil, no entanto, ainda percebe o legislativo como não-participativo e não transparente, já que o Congresso é confiável para apenas 10% da população⁴.

O compromisso é relevante para o acesso à informação, e pela tecnologia e inovação, dado seu foco na publicação das melhores práticas online em transparência legislativa. O LabHacker tem uma longa tradição de colaboração com organizações da sociedade civil e com hackers. Suas páginas no Facebook⁵ e no YouTube apresentam ilustrações das atividades recorrentes de consulta e de colaboração com a comunidade de hackers⁶. Esse compromisso, no entanto, não possui marcos específicos que intensifiquem a participação cívica.

O nível de especificidade do compromisso é médio. Existem vários produtos entregues que são mensuráveis. Estes incluem o mapeamento para o repositório de ferramentas, de práticas e de padrões elegíveis para a abertura do Legislativo, um programa de premiação para as melhores práticas de transparência e de participação, e uma Conferência Anual do Parlamento Aberto. No entanto, o conteúdo e o escopo desses produtos ainda não estão claros. O compromisso, por exemplo, não especifica quais tipos de ferramentas e de práticas serão reunidas e divulgadas, ou quem deve participar da conferência. Como argumenta o governo, foi essencial adotar uma lista de entregáveis mais aberta, visto a necessidade de sensibilizar casas legislativas (principalmente as sub-nacionais) de forma colaborativa. A realização de eleições durante o compromisso, foi outro fator que motivou a adoção de uma agenda mais aberta.

O impacto potencial é pequeno, pois o compromisso concentra-se apenas no destaque das melhores práticas. Um maior impacto potencial reside na proposição de reformas específicas e de inovações nas práticas legislativas. Mesmo assim, destaca-se como ponto positivo do compromisso a promoção de inovações governamentais abertas em um ramo do governo do qual o nível de confiança dos cidadãos está em queda.

Progresso

O compromisso tem progresso limitado.

O relatório de monitoramento de Agosto de 2017⁷ observou que o mapeamento de materiais elegíveis para o repositório (marco 11.1), a preparação de diretrizes

(marco 11.2), e o estabelecimento do repositório (marco 11.3) foram iniciados. O relatório de autoavaliação do governo observa que a atividade de mapeamento foi concluída, mas que as diretrizes e o repositório ainda estavam em “estágios iniciais de implementação (cerca de 30%)”. De acordo com o governo, desde Abril 2017 foi criada uma rede de parceiros incluindo membros da sociedade civil para coletar conteúdo para o repositório. E este material foi agrupado e discutido online⁸, e há evidência do material em curso disponível para consulta também⁹.

Um funcionário do governo (Cristiano Ferri) entrevistado pelo avaliador IRM afirmou que o nível de participação de instituições governamentais legislativas tem sido alto. No entanto, o funcionário observou que a participação da sociedade civil tem sido baixa. O relatório e o entrevistado também confirmaram que o planejamento foi iniciado para as atividades de divulgação e de treinamento (marco 11.4) e para a Conferência Anual do Parlamento Aberto (marco 11.6). A criação e a disseminação de um programa de avaliação e de premiação (marco 11.5) não foram iniciadas.

O Plano de Ação estabeleceu o prazo de Outubro de 2017 para o marco 11.1, o que coloca o compromisso em atraso com relação ao cronograma.

Ações adicionais ao compromisso foram também desenvolvidas. Elas incluem a inclusão do portal e-Democracia entre as ferramentas de participação oferecidas para todas as casas legislativas do país, que favorece tanto a adoção de ferramentas de cocriação tanto quanto facilita a comunicação de rede colaborativa, composta por representantes das casas legislativas federais, estaduais e municipais. Foi desenvolvida ainda apoio à tramitação de marcos regulatórios que ampliam as atividades de governo aberto e participação cidadão¹⁰.

Resultados preliminares (se existentes)

Dado o progresso limitado na implementação do compromisso, não há resultados prévios para relatar.

Próximos passos

O compromisso aborda uma questão política importante e deve ser continuado. Será fundamental documentar as conquistas do repositório do Parlamento Aberto, de modo a incluir análises independentes realizadas pela sociedade civil (por exemplo, acadêmicos). Além disso, futuros compromissos relacionados à legislatura devem buscar, implementar reformas específicas de abertura. Essas reformas devem basear-se nas melhores práticas publicadas, como o crowdlaw, que é “a prática de usar a tecnologia para explorar a inteligência e o conhecimento do público a fim de melhorar a qualidade do processo legislativo”¹¹.

¹ Julie Simon, Theo Bass, Victoria Boelman, and Geogg Mulgan, *Digital Democracy: The Tools Transforming Political Engagement*, Nesta, Fevereiro 2017, http://www.nesta.org.uk/sites/default/files/digital_democracy.pdf.

² “Nossas Atividades,” Lab Hackers, <https://web.archive.org/web/20171008212559/http://labhackercd.net/activities.html>

³ “Senado lança Índice de Transparência do Legislativo,” Parceria para Governo Aberto, Governo Federal Brasileiro, 28 Dezembro 2015, <http://bit.ly/2GyLCcG>.

⁴ Julia Affonso, Fausto Macedo, and Mateus Coutinho, “Confidence in the Judiciary Is Only 29% of the Population, Says FGV,” *Estadao*, 28 Outubro 2016, <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/confianca-no-judiciario-e-de- apenas-29-da-populacao-diz-fgv/>.

⁵ Hacker Laboratory—Chamber of Deputies, Facebook, <https://www.facebook.com/LabHackerCD>.

⁶ LabHacker Chamber of Deputies, YouTube, <https://www.youtube.com/user/LabHackerCD/videos>.

⁷ Ministerio da Transparencia, Fiscalizacao e Controladoria-Geral da Uniao, *Relatorio de Status de Execucao de Compromisso*, http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/2017-29-agosto-rse_11.pdf.

⁸ Conforme posicionamento do governo, a troca de emails que discute o projeto estava disponível em <https://discourse.interlegis.leg.br/.../marco-1.../15>. Além disso, é mencionada a criação de um document de edição colaborativo, sobre ações referentes à parlamento aberto, disponível anteriormente em http://pad.w3c.br/p/Parlamento_Aberto. Essa informação foi adicionada ao relatório após o período de análise de informações, em 24 Abril 2018.

⁹ O governo disponibilizou um link de Documento Google com informação relevante, mas enviado após o período de análise desse relatório em 24 Abril 2018.

¹⁰ Em particular, ver: PRC 229/2017 – Nova forma de participação dos cidadãos nos trabalhos legislativos (<https://goo.gl/XYbgsX>); PRC 235/2017 – Regime especial de tramitação para Projetos de Lei de Iniciativa Popular (<https://goo.gl/yVvEkK>); PRC 217/2017 – Institucionaliza a participação popular no regimento da Câmara (<https://goo.gl/eM7JbU>); PL 7574/2017 – Institui novo marco legal para o exercício da soberania popular direta (<https://goo.gl/a8P6YW>).

¹¹ Beth Noveck, Gabriella Capone, and Victoria Alsina, “Re-Imagining Lawmaking,” *Legislature 2.0: CrowdLaw and the Future of Lawmaking*, GovLab, 14 Novembro 2017, <http://thegovlab.org/legislature-2-0/>.

12. Fomento a Governo Aberto em Estados e Municípios

Texto do compromisso:

Implementar ações de fomento a governo aberto com o envolvimento da sociedade civil, considerando experiências já existentes em estados e municípios.

O objetivo principal deste compromisso é ampliar o conhecimento dos atores estratégicos das instâncias governamentais subnacionais e das organizações da sociedade civil sobre ferramentas de governo aberto. Com base nesta perspectiva, a ação pactuada pretende disseminar boas práticas em governo aberto já implementadas em estados e municípios e estimular o desenvolvimento colaborativo de instrumentos voltados ao fortalecimento da participação social.

12.1 - Realizar um levantamento de programas e experiências governamentais e não governamentais de promoção ao governo aberto, com mais participação da sociedade civil

12.2 - Desenhar um conjunto de ações e ferramentas que contemplem todos os princípios de governo aberto com participação da sociedade

12.3 - Aplicar Piloto com a participação da sociedade civil

12.4 - Ajustes formais das ações e ferramentas com participação da sociedade civil

12.5 - Realização de Seminário por governo e sociedade civil para apresentar soluções e ferramentas a gestores e pactuar ações por meio de Termo de Adesão

12.6 - Divulgação parcial do nível de implementação do programa

12.7 - Balaço da apropriação das ferramentas de governo aberto

Instituição responsável: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União

Instituições de apoio: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações; Secretaria de Governo Interlegis; Ministério Público Federal; Governo do Estado do Mato Grosso; Governo do Distrito Federal; Prefeitura de São Paulo; Instituto de Fiscalização e Controle; Meu Município; Observatório Social de Brasília; Transparência Internacional; Rede pela Transparência e Participação Social; Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Novembro 2018

Perfil do compromisso	Especificidade				Valores da OGP (originalmente descritos)				Impacto potencial				Pontuação	Progresso			
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Accountability pública	Tecnologia e inovação para transparência e accountability	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador		Não iniciado	Limitado	Substantial	Finalizado

12. Fomento a Governo Aberto em Estados e Municípios



Contexto e objetivos

O governo aberto avançou mais no nível federal do que nos níveis estadual e municipal. Assim, o objetivo deste compromisso é o de ampliar o conhecimento de ferramentas de governo aberto entre atores estratégicos de órgãos governamentais subnacionais e de organizações da sociedade civil. Para isso, o governo espera disseminar aos estados e aos municípios as boas práticas relacionadas às iniciativas de governo aberto em nível federal. O governo, ademais, propõe pilotar um projeto com a participação da sociedade civil, com a organização de um evento temático e a implementação de um programa de apoio a iniciativas subnacionais.

No Brasil, os padrões de governo aberto são, geralmente, piores nas cidades e nos estados quando comparados com o nível federal. Isso se evidencia por índices de portais de transparência do governo¹ e por índices municipais de transparência e de participação cívica da sociedade civil². Os níveis mais baixos de governo aberto, de acordo com o indicador da sociedade civil Transparência Municipal, ocorrem na região norte do Brasil. As cidades capitais têm uma pontuação na média. Além disso, existem alguns padrões, como o anúncio de consulta pública e de reuniões de audiência pública, que nenhuma cidade ofereceu³.

O compromisso tem um nível médio de especificidade. Mesmo que o compromisso aponte para várias entregas importantes, há alguns detalhes sobre as características esperadas desses produtos. Por exemplo, a natureza do projeto-piloto e do evento organizado em parceria com a sociedade civil permanece obscura.

O compromisso é relevante para o acesso à informação e para a participação cívica por meio do uso de tecnologia e inovação. O compromisso poderia, potencialmente, abordar todos os valores da OGP se os atores subnacionais usassem as novas ferramentas para adotar reformas específicas de governo aberto. No entanto, as atividades explicitadas acima concentram-se apenas na publicação de práticas recomendadas (acesso à informação) e no engajamento dos cidadãos (participação cívica).

O compromisso tem um impacto potencial pequeno. As reformas de governo aberto no nível subnacional poderiam ser particularmente impactantes, dado o *status quo* descrito acima. As atividades propostas neste compromisso constituem um passo preliminar. Coletar e promover as melhores práticas não são grandes melhorias por conta própria. No entanto, essas atividades podem indiretamente levar a um impacto futuro maior caso as novas ferramentas sejam usadas pelo governo e pela sociedade civil com o fito de empreender reformas transformadoras.

Progresso

O compromisso tem progresso limitado.

Os marcos 12.1 e 12.2 foram concluídos. O governo inventariou as políticas governamentais abertas (marco 12.1) por meio de uma pesquisa online que ficou disponível por 30 dias. O governo então agrupou as respostas. Um grupo de trabalho com membros da sociedade civil e do governo deliberou as respostas. As

partes interessadas incluíram o Ministério da Transparência, Supervisão e Controladoria Geral; o gabinete do Prefeito de São Paulo; e o Observatório Social do Brasil e Agenda Pública. Essa deliberação resultou em uma lista de 21 iniciativas mapeadas. A lista não havia sido publicada até o momento, mas foi enviada ao avaliador IRM para verificação, juntamente com detalhes sobre a participação da sociedade civil no processo. Uma lista de priorização fornecida pelo marco 12.1 informou o estabelecimento de um conjunto de ações e de ferramentas para uso (marco 12.2). O IRM recebeu e-mails que confirmam a criação de uma lista. O governo elaborou a lista em colaboração com representantes da sociedade civil, por meio de um processo em que as decisões foram tomadas pelo consenso dos participantes do grupo de trabalho. A documentação foi enviada ao avaliador IRM.

A implementação de um projeto piloto com a participação da sociedade civil (marco 12.3) havia começado no momento da redação. Era então provável que o projeto ocorresse em Novembro de 2017 em duas cidades do estado de Pernambuco. O gabinete do promotor público, a sociedade civil e acadêmicos participarão. As informações enviadas por email para o avaliador IRM confirmaram isso.

Os marcos 12.4-12.7 não foram iniciados. O Plano de Ação havia definido uma data de Outubro de 2017 para a conclusão dos marcos 12.1 e 12.2. Assim, o compromisso está dentro do cronograma.

Resultados preliminares (se existentes)

O compromisso visa a aprofundar o governo aberto no nível subnacional, fortalecer a participação social e expandir o conhecimento público por meio de ferramentas governamentais abertas. Todos esses objetivos estão alinhados com o novo kit de ferramentas esperado. No entanto, em função da conclusão limitada no momento da escrita, não há resultados imediatos para relatar.

Próximos passos

O compromisso precisa ser totalmente implementado. Posteriormente, será importante focar a implementação do programa e especificar os problemas públicos abordados no final da implementação. O governo também deve avaliar e alavancar o processo e os primeiros resultados da participação de São Paulo no Programa Local da OGP. O avaliador IRM recomenda, ademais, melhorar a documentação pública das ferramentas mapeadas. O governo também deve usar métodos mais estruturados para coletar ferramentas governamentais e experiências de governos subnacionais, inclusive com a ajuda de acadêmicos no campo.

¹ Home page, Ministry of Transparency and Comptroller General of the Union,

<http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/escala-brasil-transparente>.

² Home page, Transparent City, <http://www.cidadetransparente.org.br/Default.aspx>.

³ "Most Capitals Go Poorly on Transparency Assessment," Article 19, 25 September 2015, <http://artigo19.org/blog/2015/09/25/maioria-das-capitais-vai-mal-em-avaliacao-de-transparencia/>.

13. Transparência e Inovação no Judiciário

Texto do compromisso:

Implantar Processo Judicial Eletrônico na Justiça Eleitoral

O compromisso ambiciona melhorar o desempenho do Tribunal Superior Eleitoral por meio da implantação do Processo Judicial Eletrônico nos Tribunais Regionais Eleitorais até o ano de 2017. A iniciativa visa a garantir maior celeridade, transparência e segurança na tramitação dos processos judiciais e administrativos, representando, ainda, uma ferramenta relevante para a promoção da transparência

13.1 - Articular a forma de viabilizar a entrega os marcos previstos no planejamento

13.2 - Ações de comunicação integrada para a mobilização e sensibilização dos usuários internos e externos quanto ao uso do sistema

13.3 - Capacitação dos atores envolvidos

13.4 - Entrega da infraestrutura necessária para hospedar o sistema

13.5 - Identificar dados com potencial para mitigar os problemas enfrentados nas implantações, de forma a assegurar a harmonia das futuras implantações

Instituição responsável: Tribunal Superior Eleitoral

Instituições de apoio: Tribunal Superior Eleitoral Advocacia-Geral da União Defensoria Pública da União; Procuradoria-Geral Eleitoral; advogados e cidadãos.

Data de início: Outubro 2016

Data de término: Dezembro 2017

Perfil do compromisso	Especificidade				Valores da OGP (originalmente descritos)				Impacto potencial				Pontualidade	Progresso			
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Accountability pública	Tecnologia e inovação para transparência e accountability	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador		Não iniciado	Limitado	Substantial	Finalizado
13. Transparência e Inovação no Judiciário			✓		✓			✓		✓			Não			✓	

Contexto e objetivos

Os tribunais eleitorais regionais do Brasil sofrem com o manuseio lento dos processos, com a burocracia excessiva durante os procedimentos, com a falta de acesso simultâneo aos materiais dos casos e com possíveis problemas de segurança. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os processos judiciais eleitorais regionais levam, em média, mais de dois anos para serem concluídos, tempo que excede o de outros tribunais¹. O CNJ é a instituição judiciária encarregada de melhorar a eficiência e a transparência do poder Judiciário). Como parte da solução para essa questão mais ampla, este compromisso busca aumentar a eficiência dos tribunais eleitorais por meio da utilização de processos judiciais eletrônicos em nível estadual. O Tribunal Superior Eleitoral iniciou esse processo em

Julho de 2012². A mudança em direção a processos judiciais eletrônicos é uma iniciativa importante do governo eletrônico para digitalizar a burocracia do Judiciário. Especificamente, este compromisso planeja (1) desenvolver uma metodologia, (2) comunicar os usuários sobre o novo sistema, (3) treinar as partes interessadas no novo sistema digital, (4) criar a infraestrutura necessária para hospedar o novo sistema e (5) identificar dados para mitigar possíveis problemas durante a implantação.

O uso de processos judiciais eletrônicos tem as vantagens típicas dos sistemas de governo eletrônico: reduz a papelada e aumenta a velocidade, a verificabilidade e a consistência³. Os tribunais eleitorais registraram um novo aumento recorde de 843% em 2017, ao passo que o aumento global nacional foi de 5,6%⁴. Os tribunais eleitorais também registraram os menores índices de produtividade em diversos indicadores analisados pelo CNJ. Esse foi, particularmente, o caso nos tribunais inferiores, onde um julgamento leva, em média, mais de dois anos para ser concluído⁵. Consequentemente, a situação exige, com urgência, a adoção de melhores práticas, a exemplo de processos digitais, para melhorar o desempenho. Também existe a necessidade de melhorar a segurança do processo. Isso pode ser feito mediante a proteção de informações pessoais, a definição de restrições de nível de acesso e a utilização de criptografia e de outros métodos de proteção de dados.

A especificidade do compromisso é média. Pretende, como objetivo geral, implementar processos judiciais eletrônicos nos tribunais eleitorais regionais até 2017. No entanto, não fornece detalhes sobre as atividades que serão realizadas, como a natureza dos treinamentos ou a infraestrutura prevista.

O compromisso é relevante para o acesso à informação e para o uso de tecnologia e inovação, pois o processo judicial eletrônico aumenta o nível de transparência dos processos eleitorais. Este é o caso em termos de acesso à informação e de entrega de registros de serviço público.

Apesar de sua importância, o compromisso tem um impacto potencial pequeno. A instituição de processos judiciais eletrônicos reflete um processo político em vigor desde 2012⁶. Assim, o compromisso expande um programa pré-existente para digitalizar processos judiciais. Deve-se notar, também, que o compromisso é restrito à implementação de processos judiciais eletrônicos em tribunais estaduais. Não inclui os tribunais eleitorais de zona (os mais locais, com um maior número de casos dado seu papel principal de iniciar a maioria das ações judiciais).

Progresso

A maioria dos marcos de compromisso está substancialmente concluída.

O governo articulou uma maneira de permitir a entrega dos marcos e iniciou a implementação do compromisso (marco 13.1). Isso pode ser verificado com base nos relatórios publicados no portal nacional da OGP.⁷

O governo completou substancialmente as atividades para mobilizar e para sensibilizar os usuários internos (por exemplo, juízes, forças de segurança, promotores públicos) e externos (como advogados e demandantes) (marco 13.2). Realizou treinamentos com os interessados (marco 13.3) e completou a infraestrutura necessária (marco 13.4). Existem provas de vários eventos mobilizadores organizados em tribunais regionais⁸. O governo também realizou um curso de dois dias e um evento público, e disponibilizou material de treinamento

online. (Não há registros públicos de quantos usuários fizeram o curso ou de seus resultados.)⁹.

Conforme declarado no relatório de entrega de 30 de agosto de 2017, 21 dos 27 tribunais regionais começaram a executar processos eletrônicos. O pesquisador confirmou que os sites de vários tribunais regionais foram atualizados com os processos judiciais eletrônicos para acesso ao público (por exemplo, AM, BA, MT, PR, SC, SP, RJ). Essas atualizações ilustram a implementação da infraestrutura necessária. (Os sites de processos judiciais eletrônicos regionais são, em sua maioria, muito semelhantes aos usados pelo Tribunal Superior Eleitoral. A similaridade indica que a infraestrutura do sistema federal também foi usada para os tribunais regionais).

Não há evidências de progresso na identificação de dados que possam ajudar a mitigar problemas durante a implementação (marco 13.5).

O Plano de Ação definiu a data de Outubro de 2017 para a conclusão para os marcos 13.3 e 13.4, o que torna o compromisso atrasado. Segundo o relatório de autoavaliação do governo, uma razão para o progresso lento é que o governo percebeu que é necessário financiamento adicional para prosseguir. Esse financiamento cobriria a viagem dos funcionários públicos do Tribunal Superior Eleitoral aos tribunais estaduais, para implementar os processos.

Resultados preliminares (se existentes)

Há poucos resultados iniciais por conta dos estágios iniciais de implementação e do baixo número de casos por tribunal sob o novo sistema. No momento da redação, AC e RJ, por exemplo, haviam executado menos de cinco processos cada com a utilização do novo sistema. O maior número de casos hospedados no novo sistema foi o PE, com 239 processos¹⁰. Em média, o processo judicial eletrônico registra apenas entre 50 e 75 processos por tribunal regional. Consequentemente, não é possível determinar o efeito do compromisso sobre o principal problema político identificado: a ineficiência do serviço público e o potencial comprometimento da segurança do processo judicial.

Não obstante, como argumentou a organização da sociedade civil Artigo 19 durante as sessões de monitoramento de Julho de 2017, não está claro como o compromisso melhora diretamente a transparência da justiça eleitoral. Em alguns casos, o governo reserva acesso ao conteúdo completo de documentos eletrônicos para cidadãos que possuem um certificado eletrônico específico¹¹. (Menos de 2,5% da população do Brasil tem acesso a esse certificado¹²).

Os críticos do compromisso também observaram que ele se concentra mais nas mudanças do governo eletrônico (que poderiam indiretamente promover mais transparência e responsabilidade) que em governo aberto. O Artigo 19 por exemplo indicou como positivo o fato de que a dificuldade de antes fazer uma consulta ao processo físico, que agora pode ser feita por vias digital, é bem-vinda para eficiência do sistema judicial. Contudo, considera que como o acesso dos documentos é restrito às partes envolvidas no processo, a digitalização do processo não representa uma melhoria direta para abertura do sistema judiciário nacional.

Próximos passos

O avaliador IRM recomenda incluir esse compromisso no próximo Plano de Ação, mas com melhorias. O governo e a sociedade civil percebem que o Judiciário tem baixa transparência. Menos de um terço da população confia no Judiciário, e esse

número está em constante declínio¹³. É fundamental, portanto, vincular a introdução de procedimentos judiciais eletrônicos não apenas à eficiência do serviço público, mas também a ações específicas de transparência.

O governo, por exemplo, poderia publicar conjuntos de dados do processo eleitoral. Também poderia elaborar um Plano de Ação estratégico, para manter os conjuntos de dados e para incentivar o uso desses registros. O avaliador IRM também recomenda a promoção de padrões de acesso aberto em relação aos dados e a exigência de credenciais de alta segurança (como certificados digitais) apenas quando a identificação dos usuários online for sensível. O governo também deve abordar reformas em outras áreas, conforme solicitado pelo Conselho Nacional de Justiça. Essas áreas incluem a divulgação de pessoal judicial em páginas de transparência, um processo em andamento que foi adiado por, pelo menos, 10 anos.¹⁴ E aumentar o acesso de documentos que possam ser públicos acessíveis para as partes não envolvidas no processo em si.

¹ Previously available at:

<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/09/904f097f215cf19a2838166729516b79.pdf>

² "Electoral Justice Joins the PC," Conselho Nacional de Justiça, 7 Julho 2012,

<http://cnj.jus.br/noticias/cnj/58943-justica-eleitoral-adere-ao-pje>.

³ "Campaign of the CNJ Announces Advantages of the PJe," *TRT2 São Paulo*, last modified 20 Fevereiro 2015, <http://www.trtsp.jus.br/indice-de-noticias-ultimas-noticias/19117-campanha-do-cnj-divulga-vantagens-do-pje>.

⁴ Previously available at:

<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/09/904f097f215cf19a2838166729516b79.pdf>

⁵ Ibid.

⁶ "Electoral Justice Joins the PC."

⁷ Ver, por exemplo, o report de 30 Agosto 2017,

http://www.governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/transparencia-judiciario/reuniao_meio%20ambiente.

⁸ "Judges of the TRE-CE Court Are Aware of the States of Implementation," Tribunal Regional Eleitoral, 21 Fevereiro 2017, <http://www.tre-ce.jus.br/imprensa/noticias-tre-ce/2017/Fevereiro/juizes-da-corte-do-tre-ce-tomam-conhecimento-das-etapas-de-implantacao-do-pje>.

⁹ "PJe Electronic Judicial Process," Open Courses, Educação Corporativa do TSE,

<https://educacao.tse.jus.br/course/index.php?categoryid=81>.

¹⁰ Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, *Relatório de Status de Execução de Compromisso*, http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/2017-30-agosto-rse_13.pdf.

¹¹ *Resolução No 121, de 5 de Outubro de 2010*,

http://www.cnj.jus.br//images/atos_normativos/resolucao/resolucao_121_05102010_23042014191654.pdf.

¹² "Digital Certification Is Future of Public Services, but Still Expensive in Brasil," *Folha de S.Paulo*, 7 Outubro 2017, <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/ronaldolemos/2017/07/1899775-certificacao-digital-e-futuro-de-servicos-publicos-mas-ainda-e-cara-no-brasil.shtml>.

¹³ Pedor Canario, "In 2017, Public Confidence in Justice and MP decreased, Says FGV Study," *Consultor Jurídico*, 25 Agosto 2017, <https://www.conjur.com.br/2017-ago-25/2017-confianca-judiciario-mp-diminuiu-estudo>.

¹⁴ Janaina Penalva, "CNJ Debates 10 Years Ago Salaries above the Ceiling," *Jota*, 9 Fevereiro 2017, <https://jota.info/artigos/cnj-debate-ha-10-anos-salarios-acima-do-teto-02092017>.

14. Participação Social no Ciclo de Planejamento do Governo Federal

Texto do compromisso:

Ampliar a participação social no PPA por meio do Fórum Interconselhos

O compromisso busca alternativas para ampliar a participação social e melhorar sua atuação no processo de formulação e gestão do Plano Plurianual, considerado a principal ferramenta de planejamento do Governo Federal. Assim, pretende viabilizar a realização de um monitoramento participativo do PPA, com foco nas agendas transversais e nas metas e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com o uso de ferramentas digitais

14.1 - Formular a proposta de metodologia de monitoramento participativo do PPA, especialmente das agendas transversais e das metas e objetivos do desenvolvimento sustentáveis (ODS)

14.2 - Aperfeiçoar ferramentas digitais para acompanhamento da implantação de metas e objetivos do PPA e dos ODS

14.3 - Criar estratégia de comunicação para ampliar o acesso/uso das ferramentas digitais de monitoramento do PPA

14.4 - Realizar a prestação de contas da implementação do PPA por meio do Fórum Interconselhos (1 por ano)

14.5 - Realizar a prestação de contas da implementação do PPA por meio de audiências públicas temáticas digitais (2 por ano)

14.6 - II Encontro do Fórum Interconselhos

14.7 - II Rodada de Audiências Digitais

Instituição responsável: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Instituições de apoio: Ministério da Educação Secretaria de Governo; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Instituto de Estudos Socioeconômicos Rede Urbana de Ações Socioculturais Open Knowledge Brasil; Rodas da Paz.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Junho 2018

Perfil do compromisso	Especificidade				Valores da OGP (originalmente descritos)				Impacto potencial				Pontuação	Progresso			
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Accountability pública	Tecnologia e inovação para transparência e accountability	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador		Não iniciado	Limitado	Substantial	Finalizado
14. Participação Social no Ciclo de Planejamento do Governo Federal			✓		✓		✓		✓				Não	✓			

Contexto e Objetivos

O Plano Plurianual (PPA) é a principal ferramenta de planejamento do governo federal. O compromisso visa a melhorar e a consolidar métodos de participação social no PPA. Também visa a maximizar a participação social durante as fases de implementação e de monitoramento do PPA. Para fazer isso, o governo usará reuniões do Fórum Interconselhos e de fóruns públicos online.

O PPA cobre quatro anos e descreve objetivos, metas e estratégias para a alocação de recursos públicos, como despesas orçamentárias. O governo tentou incluir a participação cívica no PPA em nível federal em 2011. No entanto, tanto o governo como a sociedade civil sentiram que a tentativa alcançou sucesso limitado¹. O governo atualmente executa o PPA 2016-2019, implementado durante o Plano de Ação, em meio a uma crise econômica e uma redução de despesas². Dessa maneira, a participação da sociedade civil em sua implementação é percebida como crítica³.

O compromisso tem um alto nível de especificidade. As principais atividades incluem o aperfeiçoamento de ferramentas digitais para monitorar a implementação do PPA e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e para monitorar o PPA por meio do Fórum Interconselhos e do feedback público. Existem poucos detalhes sobre as características esperadas das ferramentas de monitoramento. O governo, no entanto, especifica que a metodologia de monitoramento será projetada durante a implementação do Plano de Ação.

O compromisso está principalmente relacionado ao valor da OGP de participação cívica. Tem um impacto potencial pequeno, principalmente em função do foco do compromisso nas etapas preliminares e da existência de programas políticos anteriores relacionados aos produtos (por exemplo, os aplicativos do PPA e as reuniões do Fórum Interconselhos). O compromisso não especifica as características das novas ferramentas de monitoramento. Portanto, não é possível determinar, no início do Plano de Ação, se os novos mecanismos de participação terão mais sucesso que os esforços anteriores.

Progresso

O compromisso tem progresso limitado.

O governo elaborou a metodologia de monitoramento (marco 14.1). Desenvolveu o projeto em parceria com a sociedade civil em duas reuniões: uma em Abril de 2017, e outra em Maio de 2017⁴. Uma entrevista com uma representante da sociedade civil (Neide de Sordi) confirmou essa informação. A metodologia inclui o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as iniciativas priorizadas pelos conselhos envolvidos no Plano Plurianual (PPA). A minuta também estava aberta para consulta pública no portal do Participa.br⁵.

De acordo com o relatório de monitoramento de Agosto de 2017, as ferramentas de monitoramento digital (marco 14.2) encontram-se em desenvolvimento. Incluem a atualização de duas ferramentas anteriormente utilizadas para monitorar o PPA: o PPA Mais Brasil⁶ e o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). O PPA Mais Brasil⁷ (antigamente chamado PPA Cidadão) permite aos usuários individualizar seus programas rastreados e ODS no PPA. O SIOP permite aos usuários monitorar informações orçamentárias⁸.

O governo começou a estabelecer uma estratégia de comunicação, a fim de expandir o acesso e o uso de ferramentas digitais para o monitoramento do PPA

(marco 14.3). Uma representante da sociedade civil entrevistada (Neide de Sordi) confirmou isso. O governo planeja lançar as ferramentas no Fórum Intercoselhos no início de 2018.

Os marcos restantes não foram iniciados.

O Plano de Ação definiu a data de Outubro de 2017 para a conclusão dos marcos 14.1, 14.2 e 14.4, o que torna o compromisso atrasado.

Resultados preliminares (se existentes)

Uma vez que o progresso é limitado e que as ferramentas de monitoramento ainda não estão em uso, seria precipitado analisar os resultados do compromisso.

Próximos passos

O avaliador IRM recomenda concluir o compromisso. O compromisso constitui uma tentativa positiva de alcançar uma gama mais ampla de colaboradores para comentar o PPA, de modo a criar ferramentas de monitoramento que possam ser usadas por qualquer pessoa. O compromisso visa a incluir membros de parceiros subnacionais e acadêmicos, que, nas cidades e nos estados, também possam se engajar e monitorar seus Planos Plurianuais locais (PPAs). Como próximos passos, o governo deve envolver mais organizações da sociedade civil para participar do processo. O PPA é um processo complexo, o qual exige que parceiros especializados da sociedade civil se envolvam adequadamente. Organizações da sociedade civil com conhecimento sobre o tema participaram de consultas anteriores do PPA. Essas organizações incluem a Rede Observatório Social, o Instituto de Estudos Socioeconômicos, e Mata Atlântica.

De acordo com a International Budget Partnership (IBP), o governo brasileiro deve priorizar mecanismos piloto, para que o público comente sobre questões orçamentárias durante a implementação do orçamento (como por meio de auditorias sociais). A organização também recomenda a realização de audiências legislativas para o relatório de auditoria. O IBP sugere que o governo forneça ao público um registro escrito dos dados recebidos durante o processo de auditoria e que esclareça como eles influenciaram o resultado.⁹

¹ “III Inter-Council Forum for Democratization and Transparency of the Public Budget,” INESC, 11 Julho 2012, <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2015/marco/ppa-2016-2019-retomada-da-participacao-social/2012/novembro/carta-aberta-pela-democratizacao-e-transparencia-do-orcamento-publico>.

² “Dilma Sanctioned Pluriannual Plan from 2016 to 2019 with Vetoes,” *Agencia Brasil*, 14 Janeiro 2016, <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/dilma-sanciona-plano-plurianual-de-2016-a-2019-com-vetos/>.

³ “PPA 2016–2019: Resumption of Social Participation?” INESC, 3 Março 2015, <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2015/marco/ppa-2016-2019-retomada-da-participacao-social>.

⁴ Ministerio da Transparencia, Fiscalizacao e Controladoria-Geral da Uniao, *Relatorio de Status de Execucão de Compromisso*, http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/2017-31-agosto-rse_14.pdf.

⁵ Previously available at: <http://www.participa.br/interconselhos17/consulta-sobre-metodologia-de-monitoramento-do-ppa>

⁶ PPA Mais Brasil,

<https://web.archive.org/web/20170730143644/http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br/sitioPPA/>

⁷ Ibid.

⁸ Ministerio da Transparencia, Fiscalizacao e Controladoria-Geral da Uniao, *Relatorio de Status de Execucão de Compromisso*.

⁹ “Open Budget Survey 2017, Brasil,” International Budget Partnership, <http://bit.ly/2BIDoe7>.

15. Dados Abertos e Transparência Ativa em Meio Ambiente

Texto do compromisso:

Criar espaço de diálogo entre governo e sociedade para a geração e implementação de ações voltadas à transparência em meio ambiente

O compromisso busca aprimorar os mecanismos de transparência ativa na área de meio ambiente, bem como avançar na construção de espaços para uma maior interação entre os setores do governo e da sociedade civil, com vistas à construção de ações mais efetivas para a disponibilização de informações ambientais em maior quantidade e qualidade.

15.1 – Sociedade apresenta contribuições ao Plano de Dados Abertos

15.2 – Instituições apresentam: documento- síntese do que foi implementado em transparência, seus planos estratégicos de compromissos em transparência e status do Plano de Dados Abertos

15.3 – Sociedade civil apresenta expectativas de informações/formatos a serem disponibilizados (survey)

15.4 – Evento para consolidar informações e construir ações conjuntas e consolidar um grupo de monitoramento

15.5 – Gerar documento- síntese com ações, responsáveis e prazos (para o próximo ano)

15.6 – Execução das ações definidas

Instituição responsável: Ministério do Meio Ambiente

Instituições de apoio: Ministério do Meio Ambiente; Conama; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Serviço Florestal Brasileiro; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; World Wild Fund; Coalizão Brasil Clima, Floresta e Agricultura Imaflora; Infoamazônia Imazon; Observatório do Código Florestal.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Novembro 2018

Perfil do compromisso	Especificidade				Valores da OGP (originalmente descritos)				Impacto potencial				Pontualidade	Progresso			
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Accountability pública	Tecnologia e inovação para transparência e accountability	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador		Não iniciado	Limitado	Substantial	Finalizado
15. Dados Abertos e Transparência Ativa em Meio Ambiente			✓		✓	✓		✓		✓			Não		✓		

Contexto e objetivos

Este compromisso visa melhorar os mecanismos de transparência ativa para questões ambientais, em particular licenças ambientais, desmatamento e conservação florestal. O compromisso exige a participação da sociedade civil. O governo espera estabelecer um diálogo entre departamentos governamentais e organizações da sociedade civil. Também identificará desafios, oportunidades e demandas pela abertura de conjuntos de dados ambientais.

Há uma necessidade crescente de dados abertos sobre o Meio Ambiente no Brasil. A legislação, por exemplo, criou o conjunto de dados abertos do Registro de Meio Ambiente Rural (CAR, Cadastro Ambiental Rural), em 2012. O governo, porém, divulgou o conjunto de dados em 2016¹. O CAR, um conjunto de dados de transparência ativa, identifica todas as propriedades rurais no Brasil. Também fornece informações importantes sobre o impacto ambiental. A sociedade civil considera o conjunto de dados a chave para o mapeamento do desmatamento e de outros fenômenos.² Com base no conjunto de dados do CAR, por exemplo, um estudo de 2017 mostrou que os proprietários rurais fizeram pouco para reverter seu impacto socioambiental nos últimos anos³. Motivado pelas demandas da sociedade civil, o compromisso visa a construir a publicação de conjuntos de dados como o CAR.

O nível de especificidade do compromisso é alto. Entregas concretas incluem a melhoria de um Plano de Ação de dados abertos, a realização de um evento, e o estabelecimento de um grupo de monitoramento.

O compromisso é principalmente relevante para o valor da OGP de acesso à informação. É, igualmente, relevante para a participação cívica, graças à sua natureza colaborativa. Dada a esperada liberação dos conjuntos de dados abertos, o compromisso também é relevante para o valor da tecnologia e inovação.

O compromisso tem um impacto potencial pequeno, principalmente em função de seu foco nas etapas preliminares. Apesar disso, maior transparência nas informações ambientais é uma questão prioritária no Brasil. O compromisso concentra-se em reunir expectativas da sociedade civil, resumir os esforços atuais e elaborar um Plano de Ação com novos compromissos. Quando implementado, o Plano de Ação pode levar a resultados transformadores. No entanto, sem conhecer o conteúdo do Plano de Ação ou o nível de ambição das reformas propostas, não é possível considerar o impacto como importante.

Progresso

O compromisso tem progresso limitado.

Em Maio de 2017, o governo publicou contribuições da sociedade civil para o Plano de Dados Abertos Ministeriais (Marcos 15.1). Dois membros da sociedade civil entrevistados pelo avaliador IRM confirmaram o processo de consulta (Dário Cardoso e Joara Marchezini). Suas confirmações basearam-se em conversas com os envolvidos na fase de implementação do compromisso. Os entrevistados também confirmaram que o governo solicitou seus pedidos de conjuntos de dados. O Plano de Ação de dados abertos estabeleceu a data de Novembro de 2017 como prazo para a lista de conjuntos de dados a serem liberados. A publicação de dados deveria começar em Dezembro de 2017.⁴

O governo começou a redigir o resumo das iniciativas atuais, dos compromissos estratégicos e do status do Plano de Ação de dados abertos (marco 15.2). O governo, porém, não concluiu o trabalho até Junho de 2017.⁵ O avaliador IRM não conseguiu encontrar nenhum registro do resumo e não recebeu informações diretamente do governo. O restante dos marcos não foi iniciado em Junho de 2017, e tampouco foi estabelecido um grupo de monitoramento.

O Plano de Ação estabeleceu Outubro de 2017 como prazo para os marcos 15.1-15.5, o que coloca o compromisso em atraso.

Resultados preliminares (se existentes)

Dado o nível limitado de conclusão do compromisso, não é possível avaliar os resultados iniciais.

Próximos passos

O compromisso deve ser totalmente implementado durante o período restante do Plano de Ação. Em seu relatório de autoavaliação de meio de mandato, o governo reconheceu os principais desafios para progredir. Estes incluem a determinação dos processos de fornecimento, de integração e de compartilhamento de novos dados ambientais e a criação de um portal único para divulgar informações e dados ambientais.

Um entrevistado da sociedade civil declarou que esse compromisso poderia ter um impacto importante se três conjuntos de dados específicos fossem aprimorados: o CAR, a Declaração de Origem Florestal (DOF) e o Guia de Trânsito Animal (GTA). Conforme descrito acima, o CAR refere-se ao registro de propriedades rurais e seus esforços para reduzir seu impacto ambiental. O DOF é o certificado de origem dos produtos florestais e pode ser usado, por exemplo, para investigar o comércio ilegal de produtos ambientais⁶. O GTA envolve dados sobre o transporte de animais e pode ser usado para rastrear, por exemplo, o tráfico ilegal de gado⁷.

O governo também poderia incentivar o uso de conjuntos de dados abertos para aumentar a responsabilidade pública. Esses esforços podem incluir o desenvolvimento de ferramentas ou de aplicativos do setor privado e da sociedade civil que utilizem os dados para aumentar a transparência no setor ambiental.

¹ Portal Brasil, "Governo divulga dados do cadastro de imóveis rurais," 29 Novembro 2016,

<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2016/11/governo-divulga-dados-do-cadastro-de-imoveis-rurais>

² Bruno Calixto, "Why Environmental Data Such as the Rural Environmental Registry Should Be Public," *EPOCA*, 1 Outubro 2017, <http://epoca.globo.com/ciencia-e-meio-ambiente/blog-do-planeta/noticia/2017/01/por-que-dados-ambientais-como-o-cadastro-ambiental-rural-devem-ser-publicos.html>.

³ Phillippe Watanabe, "Rural Environmental Registry Does Not Prevent De-registration or Encourages Restoration," *Folha de S.Paulo*, 3 Julho 2017, <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2017/07/1898079-cadastro-de-propriedade-rural-nao-impede-desmame-nem-incentiva-restauro.shtml>.

⁴ Consulted in Outubro 2017. Previously available at <http://wiki.dados.gov.br/GetFile.aspx?File=%2fPlanos%20de%20Dados%20Abertos%20Publicados%2fPlano%20de%20Dados%20Abertos%20MMA%202017%202018.pdf>.

⁵ Ministerio da Transparencia, Fiscalizacao e Controladoria-Geral da Uniao, *Relatorio de Status de Execucao de Compromisso*, http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/2017-17-ago-rse_15.pdf

⁶ G1 AC and Rio Branco, "Without Issuance of DOF, Businessmen Complain of Problems in the Transportation of Wood in the AC," *Globo.com*, 18 Julho 2017,

<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/sem-emissao-de-dof-empresarios-reclamam-de-problemas-para-transporte-de-madeira-no-ac.ghtml>.

⁷ Miguel Oliveira, "Ibama Crosses Data on Illegal Deforestation with GTA to Discover Meat Route to Refrigerators in Para," *Journal of the State of Tapajos* 14, no. 3338 (24 Março 2017), http://www.oestadonet.com.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=11613:ibama-cruza-dados-de-desmatamento-ilegal-com-gta-para-descobrir-rota-de-carne-ate-frigorificos-no-para&Itemid=88.

16. Mapeamento e Gestão Participativa para a Cultura

Texto do compromisso:

Consolidar o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, SNIIC, para a produção, difusão e uso compartilhado de dados, informações e indicadores para a cogestão da cultura

O compromisso pretende promover um avanço na gestão compartilhada e participativa para produção, difusão e uso de dados, informações e indicadores culturais, melhorando a organização das informações sobre a gestão da cultura no país e garantindo a participação social nos mecanismos de gestão das políticas públicas da área.

16.1 - Definir critérios, padrões e diretrizes para a realização de ações de divulgação e capacitação da sociedade civil, Estado e iniciativa privada no uso efetivo da plataforma SNIIC

16.2 Realizar, no mínimo 200 ações, para capacitar os atores para produção, difusão, uso compartilhados de dados, informações e indicadores de forma colaborativa

16.3 - Implantar plataforma tecnológica do SNIIC nas diferentes instâncias de governo (estadual 60% e municipal ao menos 50 municípios)

16.4 - Construção de um vocabulário comum de base para padronização das informações

16.5 - Aprimoramento, customização e desenvolvimento contínuo da plataforma do SNIIC, para produção, difusão e uso de dados, informações e indicadores da cultura, incluindo a dimensão orçamento

Instituição responsável: Ministério da Cultura

Instituições de apoio: Instituto Brasileiro de Museus Ministério da Cultura Ministério do Turismo; Prefeitura Municipal de São Paulo; Secretaria de Cultura do Distrito Federal; Casa das Redes; ONG THYDÊWÁ - Potyra Te Tupinambá (Mensagens da Terra); Colegiado Setorial Música e GT Glossário da Cultura.

Data de início: Dezembro 2016

Data de término: Novembro 2018

Perfil do compromisso	Especificidade				Valores da OGP (originalmente descritos)				Impacto potencial				Pontualidade	Progresso			
	Nenhuma	Baixa	Média	Alta	Acesso à informação	Participação cívica	Accountability pública	Tecnologia e inovação para transparência e accountability	Nenhum	Pequeno	Moderado	Transformador		Não iniciado	Limitado	Substantial	Finalizado
16. Mapeamento e Gestão Participativa				✓	✓	✓		✓			✓		Não		✓		

Contexto e objetivos

Conforme afirmado no Plano de Ação, a sociedade civil no Brasil tem dificuldade para monitorar ações relacionadas a políticas culturais. Com vistas a endereçar o problema, o compromisso pretende usar mecanismos participativos que promovam a difusão e o uso compartilhado de dados culturais. Destina-se a melhorar não só o acesso à informação, mas também a responsabilidade pelas políticas nesse setor. O governo espera realizar treinamentos das partes interessadas na plataforma do Sistema Nacional de Informações e de Indicadores da Cultura (SNIIC). O SNIIC serve como o principal repositório de políticas culturais, e tem como objetivo ser um centro de divulgação de programas e de iniciativas culturais em todas as cidades. O governo também espera implantar a plataforma em diferentes níveis de governo (em, pelo menos, 60% dos estados e em, pelo menos, 50 municípios). Outras atividades incluem a criação de um dicionário de sinônimos e a inclusão de ferramentas de customização de dados no portal.

Além dos benefícios do compromisso de acesso a dados culturais, outra clara motivação para a iniciativa é o maior monitoramento público das políticas culturais. Antes de 2017, o Brasil não possuía um portal dedicado a políticas culturais, apesar da existência de conjuntos de dados ativos publicados em outros portais de dados abertos e em outras iniciativas dispersas¹. Houve, no entanto, vários casos de corrupção que envolviam benefícios de políticas culturais. Em particular, isso aconteceu com relação ao uso da Lei Rouanet², que fornece incentivos fiscais a empresas e a indivíduos para contribuições culturais. Esses tipos de irregularidades poderiam ser mais bem monitorados pela sociedade civil por meio do portal do SNIIC³. A Lei Rouanet também recebeu escrutínio por sua falta de transparência, como evidenciado por uma baixa taxa de resposta aos pedidos de liberdade de informação⁴. Como resultado, o Ministério da Cultura atualizou a regulamentação aplicável à lei em 2017, a fim de melhor promover a transparência e a prestação pública de contas⁵.

A especificidade do compromisso é alta. Ele lista atividades mensuráveis e seu alcance (por exemplo, o número de estados e de municípios que receberão o novo portal e o número de treinamentos). Ao trabalhar diretamente com a sociedade civil na divulgação de dados culturais e de informações sobre políticas, o compromisso aborda os valores da OGP de acesso à informação, de participação cívica, e de uso de tecnologia e inovação.

O compromisso tem um impacto potencial moderado. Por um lado, o compromisso concentra-se em etapas preliminares, como treinamentos na existente plataforma SNIIC. Por outro lado, o governo prevê a expansão do portal de dados abertos para pelo menos 60% dos estados e 50 municípios. Tal expansão seria significativa em comparação com o *status quo*. O nível de investimento do governo em atividades culturais é significativo, mas a falta de conhecimento das atividades patrocinadas é uma grande barreira para o consumo cultural. Assim, ter um portal público atualizado com atividades culturais poderia aumentar consideravelmente o consumo do serviço público.⁶

Progresso

O compromisso tem progresso limitado.

O governo iniciou a implementação da plataforma do Sistema Nacional de Informação e Indicadores da Cultura (SNIIC) (marco 16.3) em diferentes níveis de governo. O objetivo era expandir para 60% dos estados e para, pelo menos, 50 municípios brasileiros. Em Agosto de 2017, a plataforma foi implementada em 37% dos estados e em 23 cidades.⁷

Há progresso limitado nos 200 treinamentos para geração e para uso de dados (marco 16.2). A página oficial da plataforma lista apenas duas atividades recentemente executadas: uma pequena mesa redonda em Novembro de 2016⁸ e dois eventos maiores em Março de 2017. No evento de Março, cerca de 70 participantes de 10 estados e de 10 municípios reuniram-se para compartilhar experiências e para discutir o assunto relativo à expansão de mapas culturais (um dos principais pilares do portal do SNIIC)⁹. Além disso, em Abril de 2017, uma oficina em São Paulo reuniu cerca de 60 pesquisadores, que discutiram indicadores de cultura e novas maneiras de medir o sucesso¹⁰.

Quanto à atualização do sistema SNIIC para geração de dados, comunicação e indicadores (marco 16.5), o relatório de implementação¹¹ menciona que algumas funções menores foram adicionadas (por exemplo, um novo link do Instagram). O IRM, no entanto, testou a plataforma e não conseguiu identificar essas novas funções¹².

Não há progresso visível nos marcos 16.1 e 16.4. Não existem registros que indiquem progresso na definição de critérios, de padrões e de diretrizes (marco 16.1). Um grupo de trabalho lançou atividades de construção enciclopédica (marco 16.4) em 2015¹³, mas seus relatórios mais recentes datam de Julho de 2016¹⁴, período anterior ao início do Plano de Ação em questão.

O Plano de Ação definiu a data de conclusão do marco 16.1 para Outubro de 2017, o que atrasa o compromisso.

Resultados preliminares (se existentes)

O compromisso visa a aumentar a integridade pública e a gerenciar melhor os recursos públicos por meio da criação, da divulgação e da utilização de dados culturais. Estes resultados são alcançáveis se o compromisso for totalmente implementado. No entanto, é importante observar que o Sistema Nacional de Informações e Indicadores sobre Cultura (SNIIC) envolve um programa de políticas que antecede o Plano de Ação. A maioria dos marcos do compromisso lista as atividades que eram devidas antes do início do Plano de Ação, inclusive o portal e as atividades de capacitação.

Além disso, membros da sociedade civil entrevistados pelo avaliador IRM (Sebastian Gerlic e Neide de Sordi, da Thydewa e da Open Knowledge Foundation, respectivamente) afirmaram que alguns dados usados para alimentar o sistema SNIIC estão desatualizados e precisam urgentemente de atenção, em particular a base de dados de bibliotecas públicas – que é atualizada pelos municípios – gerando o efeito de registro de bibliotecas em duplicidade, ou não as registrando. As entrevistas mostram, contudo, que há bases atualizadas no sistema, como a de museus e acervos públicos, que é atualizada, confiável e relevante.

Além dessas observações, o progresso na implementação do comprometimento é muito limitado para avaliar os resultados iniciais. A última entrada da seção de

notícias do portal, por exemplo, é de Janeiro de 2017. Além disso, o número de entradas de eventos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro é menor que 10 por cidade.

Próximos passos

O compromisso ainda precisa ser implementado. Como próximos passos, é fundamental abordar duas limitações mencionadas pelo grupo de trabalho na fase de consulta: insuficiente cocriação de dados e transparência fiscal¹⁵. O Sistema Nacional de Informações e Indicadores sobre Cultura (SNIIC) apresenta uma importante oportunidade para imprimir transparência, participação cívica e responsabilidade pública às políticas culturais. Apesar disso, o compromisso poderia alcançar um impacto maior se focasse no uso dos dados do SNIIC pelo governo e pela sociedade civil, e não na expansão dos dados.

¹ Marina Gomes de Oliveira Polo, "Government, Civil Society and the Challenges in the Publication of Open Data: The Case of the Database of the National Program of Support to Culture in Brasil," Instituto Universitario de Lisboa, <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/10999>.

² "PF Deflagra Operação para Investigar Desvio de R\$ 180 mi na Lei Rouanet," *Folha de S.Paulo*, 29 Junho 2016, <http://bit.ly/2EuJZMk>.

³ "Transparency: MinC Launches Open Data Plan Portal," Representação Regional Nordeste, 1 Junho 2017, <http://culturadigital.br/mincnordeste/2017/06/01/transparencia-minc-lanca-portal-plano-de-dados-abertos/>.

⁴ Fabio Vasconcellos, "É preciso promover cultura dos dados abertos, diz pesquisadora," *O Globo*, 1 Dezembro 2014, <http://blogs.oqlobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/e-preciso-promover-cultura-dos-dados-abertos-diz-pesquisadora-555695.html>

⁵ "New Rules Make Law Rouanet More Transparent and Accessible," Government of Brasil, <http://www.brasil.gov.br/cultura/2017/03/novas-regras-tornam-lei-rouanet-mais-transparente-e-acessivel>.

⁶ "Culture—The Investment Map," *Desafios do Desenvolvimento*, 3 Janeiro 2005, http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=873:reportagens-materias&Itemid=39.

⁷ Ministerio da Transparencia, Fiscalizacao e Controladoria-Geral da Uniao, *Relatorio de Status de Execucão de Compromisso*, http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/2017-30-agosto-rse_16.pdf.

⁸ Priscila Dorneles, "Treinamento e Formação de Gestores do Mapas Culturais," SNIIC, 3 Janeiro 2017, <http://bit.ly/2BO024U>.

⁹ Médice Bruno Duraes Soares, "Gestores e Desenvolvedores de Mapas se Reúnem," SNIIC, 12 Maio 2017, <http://bit.ly/2nyEdRW>.

¹⁰ "Práticas Culturais e as Novas Tecnologias: Desafios para Produção de Indicadores," SESC São Paulo Education and Research Center, 19 Abril 2017, <http://bit.ly/2BOh6l0>.

¹¹ Ministerio da Transparencia, Fiscalizacao e Controladoria-Geral da Uniao, *Relatorio de Status de Execucão de Compromisso*.

¹² Comparisons of a web archive of the site on 29 Dezembro 2016 (<http://bit.ly/2FDibVh>) and on 6 Junho 2017 (<http://bit.ly/2DP5arh>) reveal that the functionality of the site did not change.

¹³ Priscila Dorneles, "IV Meeting of the SNIIC Commission and I WG Working Glossary of Culture," SNIIC, 24 Fevereiro 2016, <http://sniic.cultura.gov.br/2016/02/24/iv-reuniao-da-comissao-do-sniic-e-i-oficina-do-qt-glossario-da-cultura/>.

¹⁴ Priscila Dorneles, "Meeting of Developers of the 'Cultural Maps,'" 25 Julho 2016, <http://sniic.cultura.gov.br/2016/07/25/encontro-de-desenvolvedores-do-mapas-culturais/>.

¹⁵ "Challenge Prioritization Stage," *Parceria para Governo Aberto*, Governo Federal Brasileiro, last modified 24 Fevereiro 2017, <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/30-plano-de-acao-brasileiro/cultura/priorizacao-dos-desafios>.

V. Recomendações gerais

Como recomendação para o próximo Plano de Ação, um desafio é incluir compromissos mais ambiciosos. Os temas abordados podem continuar a abordar assuntos próximos aos membros da sociedade civil e governo já envolvidos na OGP no país, mas se possível devem endereçar também assuntos mais diretamente relacionados ao contexto nacional, como no caso de combate à corrupção, financiamento partidário e corrupção nas relações entre empresas e governo. Além disso, um maior envolvimento do setor privado, de ainda mais setores não-federais do governo e de mais entidades subnacionais no processo pode também expandir o alcance do governo aberto no país.

Esta seção tem como objetivo informar o desenvolvimento do próximo Plano de Ação e orientar a conclusão do Plano de Ação atual. Está dividido em duas seções: 1) as prioridades da sociedade civil e do governo identificadas durante a elaboração do presente relatório e 2) as recomendações do IRM.

5.1 Prioridades dos setores envolvidos no processo

As prioridades dos setores envolvidos no Plano atual demonstram uma concentração nos temas de acesso à informação, na participação cívica e no uso de inovação e tecnologia. Uma outra tendência é o uso de mecanismos de participação para desenvolvimento dos entregáveis dos compromissos, como mecanismos de cocriação e de co-implementação dos compromissos.

As entrevistas realizadas com governo e sociedade civil sugerem que há amplo apoio ao progresso feito em governo aberto no período. Há, no entanto, um desejo de alcançar resultados mais ambiciosos e de maior impacto, tanto no governo, como por parte da sociedade civil. Não foram priorizadas, diretamente, questões nacionais importantes que receberam muita atenção fora do processo da OGP, por nenhum dos atores entrevistados¹. Algumas entrevistas, tanto do lado do governo, como da sociedade civil, ainda reportam isso como um fator natural do processo de consulta pública e priorização de propostas, como uma consequência das prioridades dos entes envolvidos.

5.2 Recomendações do IRM

O segundo Plano de Ação do Brasil teve 52 compromissos, dos quais apenas um destes atingiu o patamar de compromisso estrelado. O Plano de Ação atual tem 16 compromissos, e novamente apenas um compromisso atingiu o patamar de estrelado (compromisso 6). A qualidade de especificidade dos compromissos é alta (todos são por exemplo ao menos razoavelmente específicos, e todos são relevantes para os valores da OGP). Mesmo assim, como há apenas dois com impacto potencial transformador (compromissos 6 e 8), identifica-se a necessidade de no próximo Plano incluir compromissos mais ambiciosos.

O processo de consulta do Plano de Ação atual representou uma radical melhoria em relação ao processo de consulta adotado no Plano anterior. Na passagem do primeiro para o segundo Plano de Ação a sociedade civil havia abandonado o processo da OGP. No Plano de Ação atual, a sociedade civil não só participou da fase de consulta, como acompanhou o processo de implementação. Atribui-se a essa participação, como verificado nas entrevistas, a comunicação clara dos procedimentos e os mecanismos colaborativos de participação realizada pelo

governo em todas as fases do desenvolvimento do Plano de Ação. E a existência de oportunidades reais de colaboração entre governo e sociedade civil.

Apesar disso, foram relatadas oportunidades de melhoria. Vários entrevistados argumentaram que a fase de consulta foi muito curta para chegar a um consenso adequado, o que pode ter gerado compromissos mais amplos e portanto menos ambiciosos. O processo em si foi percebido como construtivo, mas não necessariamente eficiente em lidar com grandes desafios do governo aberto, em tão pouco tempo, com recursos tão limitados para dois anos de implementação. Como resultado, uma recomendação para o próximo Plano é revisar o processo de consulta para manter os aspectos fortes gerados (como a transparência na comunicação e nos processos colaborativos), mas melhorando a eficiência de tomada de decisão e consenso entre os pares.

Em termos de conteúdo, vale ressaltar que o Plano de Ação não abordou aspectos-chave do debate público, como financiamento de partidos políticos e escândalos de corrupção do setor público-privado. Ainda assim, o Plano de Ação incluiu vários outros tópicos importantes que normalmente não são tão evidentes no debate público geral. Temas como recursos educacionais abertos, dados do sistema penitenciário e dados ambientais foram endereçados no Plano de Ação, são temas relevantes para OGP, e geralmente são temas secundários no debate público amplo. Isso mostra que o processo adotado durante a fase de consulta priorizou os tópicos oferecidos pelos participantes do processo, mas também gerou compromissos relevantes para agenda de governo aberto de uma forma ampla.

Em termos de representatividade, o terceiro Plano de Ação incluiu diversos atores regionais, instituições de outros setores do governo e representantes do setor privado. Um grupo diverso é algo desejável no processo de consulta, e isso foi atingido. Há, no entanto, ainda uma concentração de instituições vindas do governo executivo federal, e de organizações tradicionais já envolvidas em temas de governo aberto da sociedade civil. Isso indica a necessidade de aumentar, continuamente, a diversidade de atores envolvidos no próximo Plano de Ação.

O engajamento do setor privado é uma novidade positiva do Plano de Ação analisado. Uma possibilidade de melhoria é engajar o setor para além do período de consulta. A presença de empresas de ferramentas cívicas (como Colab.re e WeGov) e de empresas de tecnologia (como a Microsoft) sugere que há interesse em seguir as atividades da OGP. O governo poderia, no entanto, ampliar a participação do setor privado em áreas temáticas, como meio ambiente e prestação de serviços. Um membro da sociedade civil (Alexandre Gomes, especialista independente), reclamou das poucas oportunidades de empresas (desde grandes empresas a pequenas *start-ups*) para participação no processo da OGP. Do lado do governo, contudo, entrevistas com a CGU demonstram o esforço feito para engajar atores do setor privado, mas também a dificuldade de manter o engajamento na fase de implementação do Plano².

O aumento do papel da participação da sociedade civil é ainda mais relevante, dada a posição central que ela ocupa na OGP. As principais organizações da sociedade civil (OSCs) anteriormente envolvidas na OGP no Brasil, como o Artigo 19 e a Open Knowledge Foundation, mantiveram-se como parceiros-chave no processo do Plano de Ação. As agências governamentais envolvidas também trouxeram novas organizações da sociedade civil como parceiros, a exemplo da Rede de Recursos Educacionais Abertos.

Equilibrar o papel das agências executivas federais no processo da OGP também permanece um desafio. Mesmo que as agências executivas estejam em melhor posição para promover uma transformação de todo o governo, o processo da OGP se beneficiaria do aumento da diversidade de atores e de pontos de vista. Uma vez que São Paulo participa do Programa de Governos Sublocais da OGP, e que membros do poder legislativo e judiciário participaram do processo nesse Plano, é provável que haja espaço para incluir uma variedade de demais agências governamentais no processo.

Por fim, com as eleições gerais no Brasil agendadas para Outubro de 2018, será importante desenvolver um Plano de Ação de transição para as atividades da OGP. O processo de cocriação do quarto Plano de Ação provavelmente terminará antes das eleições. Conseqüentemente, o governo deverá preparar medidas concretas com o fim de assegurar que os compromissos resultantes - e o processo da OGP de forma mais ampla - sejam sustentados. Tais medidas poderão incluir a criação de reuniões entre o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil e os novos funcionários do governo. O governo também pode reservar oportunidades para a próxima administração cocriar novos compromissos no próximo ano. Independentemente dos mecanismos específicos empregados, deve haver um Plano de Ação para garantir a continuidade do processo OGP, um objetivo que nas entrevistas do governo há interesse em ser buscado.³

Tabela 5.1: Recomendações Principais

1	Redesenhar a metodologia de consulta, para incentivar o governo e a sociedade civil a alcançar compromissos mais ambiciosos.
2	Abordar temas importantes da agenda pública, como o financiamento de partidos políticos e o combate à corrupção
3	Engajar ainda mais o setor privado na implementação de compromissos, para expandir os modelos de negócios abertos e o interesse do setor na promoção de princípios de governo aberto.
4	Envolver outras áreas do governo, como o Ministério Público, o governo subnacional de São Paulo, e demais casas legislativas que institucionalizaram mecanismos de governo aberto.
5	Estabelecer um Plano de Ação de transição para a OGP, de modo a garantir a sustentabilidade das atividades após as eleições gerais.

¹ Ver <https://www.wilsoncenter.org/blog-post/Brasils-new-political-movements> para uma lista de novos movimentos políticos e organizações no período com foco em reforma política e financiamento de campanhas, com destaque ainda em ações de combate à corrupção.

² O governo submeteu esses comentários após a fase de coleta de informações do relatório, em 24 Abril 2018.

³ Durante a fase de revisão deste relatório o governo comentou ter feito uma forte ação de promoção da agenda de governo aberto, com foco em afirmar o tema como uma agenda permanente de Estado, não associada à uma administração em particular. O IRM acompanhou ações de promoção dessa temática tanto do ponto de vista do governo, como do ponto de vista da sociedade civil, e ambos os lados trabalharam de forma verificável no fortalecimento da agenda de governo aberto como uma agenda de Estado. Informações atualizadas após a fase de coleta de informações do relatório, em 24 Abril 2018.

VI. Metodologia e fontes

Os relatórios do IRM são escritos por pesquisadores baseados em cada país participante da OGP. Todos os relatórios do IRM passam por um processo de controle de qualidade, a fim de garantir que os mais altos padrões de pesquisa e de diligência tenham sido aplicados.

A análise do progresso nos Plano de Ações de ação da OGP é uma combinação de entrevistas, de pesquisa documental e de feedback de reuniões de partes interessadas não-governamentais. O relatório do IRM baseia-se nas conclusões do próprio relatório de autoavaliação do governo e em quaisquer outras avaliações de progresso divulgadas pela sociedade civil, pelo setor privado ou por organizações internacionais.

Cada pesquisador de IRM realiza reuniões de partes interessadas, para garantir uma representação precisa dos eventos. Em função de restrições orçamentárias e de calendário, o IRM não pode consultar todas as partes interessadas ou afetadas. Conseqüentemente, o IRM busca a transparência metodológica e, quando possível, torna público o processo de engajamento dos stakeholders na pesquisa (detalhado mais adiante nesta seção). Alguns contextos exigem anonimato dos entrevistados, e o IRM analisa o direito de remover informações de identificação pessoal desses entrevistados participantes. Em vista das limitações necessárias do método, o IRM encoraja fortemente a existência de comentários sobre esboços públicos de cada relatório.

Cada relatório passa por um processo de revisão e de controle de qualidade de quatro etapas:

1. Revisão da equipe: A equipe do IRM revisa o relatório em termos de gramática, de legibilidade, de conteúdo e de aderência à metodologia do IRM.
2. Revisão do Painel Internacional de Especialistas (IEP): o IEP revisa o conteúdo do relatório em busca de evidências rigorosas para apoiar descobertas, avalia até que ponto o Plano de Ação aplica os valores da OGP e fornece recomendações técnicas para melhorar a implementação de compromissos e a aplicação dos valores da OGP ao longo do Plano de Ação como um todo. (Veja abaixo a composição do IEP).
3. Revisão de pré-publicação: O governo e as organizações da sociedade civil selecionadas são convidadas a fornecer comentários sobre o conteúdo do esboço do relatório do IRM.
4. Período para comentários públicos: O público é convidado a fornecer comentários sobre o conteúdo do relatório preliminar do IRM.

Este processo de revisão, que inclui o procedimento para incorporar os comentários recebidos, é descrito em pormenor na Seção III do Manual de Procedimentos¹.

Entrevistas e grupos focais

Cada avaliador IRM é obrigado a realizar ao menos um evento público de coleta de informações. Os pesquisadores esforçam-se para em uma genuína força tarefa para

convidar as partes interessadas além dos "suspeitos usuais" que já participam dos processos existentes. Meios suplementares podem ser necessários para reunir as contribuições das partes interessadas de uma maneira mais significativa (por exemplo, pesquisas online, respostas escritas, entrevistas de acompanhamento). Adicionalmente, os pesquisadores realizam entrevistas específicas com órgãos responsáveis, quando os compromissos exigem mais informações do que as fornecidas na autoavaliação ou estão acessíveis online.

O avaliador IRM no Brasil participou da reunião de lançamento da fase de consulta. Durante essa reunião, o método do IRM foi apresentado aos grupos de trabalho temáticos. O avaliador IRM também participou de cinco sessões de monitoramento de compromissos (realizadas online). O avaliador IRM convidou 193 participantes (124 do governo e 69 da sociedade civil) de 111 instituições, para participar de duas oportunidades de coleta de dados. Estas incluíram uma pesquisa online (respondida por 21 pessoas) e entrevistas aprofundadas online detalhadas (11 conduzidas).

Respostas à pesquisa online (N=21)

Compromisso	Entrevistado
1	Augusto Herrmann Batista (Gov, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão)
1	Carmela Zigoni (OSC, INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos)
2	Grazielle David (OSC, INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos)
3 and 4	Joara Marçoezini (OSC, Artigo 19)
3 and 4	Marcelo de Brito Vidal (Gov, Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União)
3 and 4	Marina Iemini Atoji (OSC, ABRAJI – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo)
3 and 4	Humberto Mesquita (Gov, Serviço Florestal Brasileiro)
5	Jailton Almeida (Gov, Secretária Nacional de Articulação Social)
6	Tel Amiel (OSC, Unicamp)
6	Jorge Machado (OSC, Colab/USP)
6	Marlicia Amaral (Gov, Ministério da Educação)
7	Bárbara Paes (OSC, Article 19)
10	Ronan Damasco (OSC, Microsoft)
11	Cristiano Ferri (Gov, LabHacker)
12	Telma Tanno (Gov, Secretaria-Geral da Presidência da República;)
14	Neide de Sordi (OSC, Open Knowledge Brasil)
15	Dário Cardoso (OSC, Imazon)
15	Joara Marçoezini (OSC, Artigo 19)
15	Ana Valdiones (OSC, Instituto Centro de Vida)
16	Neide de Sordi (OSC, Open Knowledge Brasil)
16	Sebastian Gerlic (OSC, Thydewa)

Pesquisas semi-estruturadas (N=11)

Compromisso	Entrevistado
1	Alexandre Gomes (OSC, especialista em dados abertos)
1	Augusto Herrmann Batista (Gov, Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União)
2	Otávio Neves (Gov, Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União)

2	Victor Pimenta (Gov, Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União)
3 and 4	Marcelo de Brito Vidal (Gov, Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União)
5	Jailton Almeida (Gov, Secretária Nacional de Articulação Social)
8	Neide de Sordi (OSC, Open Knowledge Brasil)
8	Victor Pimenta (Gov, Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União)
12	Adenísio de Souza (Gov, Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União)
14	Neide de Sordi (OSC, Open Knowledge Brasil)
16	Neide de Sordi (OSC, Open Knowledge Brasil)

Sobre o Mecanismo Independente de Avaliação

O IRM é um dos principais meios pelos quais o governo, a sociedade civil e o setor privado podem acompanhar o desenvolvimento do governo e a implementação dos Plano de Ações de ação da OGP a cada ano. O desenho da pesquisa e o controle de qualidade de tais relatórios são realizados pelo Painel Internacional de Especialistas (IEP), composto por especialistas em transparência, em participação, em responsabilidade e em métodos de pesquisa em Ciências Sociais.

Os membros atuais do Painel Internacional de Especialistas (IEP) são:

- César Cruz-Rubio
- Mary Francoli
- Brendan Halloran
- Jeff Lovitt
- Fredline M’Cormack-Hale
- Showers Mawowa
- Juanita Olaya
- Quentin Reed
- Rick Snell
- Jean-Patrick Villeneuve

Uma pequena equipe baseada em Washington, DC, faz relatórios por meio do processo do IRM em estreita coordenação com os pesquisadores. Perguntas e comentários sobre este relatório podem ser encaminhados para a equipe pelo endereço irm@opengovpartnership.org.

¹ Manual de procedimentos IRM, V.3, <https://www.opengovpartnership.org/documents/irm-procedures-manual>.

VII. Requisitos de elegibilidade

A Unidade de Apoio da OGP reúne critérios de elegibilidade anualmente. Essas classificações são apresentadas abaixo¹. Quando apropriado, os relatórios do IRM discutirão, na seção “Contexto do País”, o contexto em torno do progresso ou do regresso em critérios específicos.

Em setembro de 2012, a OGP oficialmente incentivou os governos a adotar compromissos ambiciosos relacionados à elegibilidade.

Tabela 7.1: Requisitos de Elegibilidade aplicáveis ao Brasil

Critério	2011	Atual	Mudança	Detalhes
Transparência fiscal ²	4	4	Inalterado	4 = Proposta orçamentária executiva e relatório de auditoria publicados 2 = Um dos dois publicado 0 = Nenhum documento publicado
Acesso à informação ³	3	4	Elevação	4 = Lei de Acesso à Informação em vigência 3 = Provisão constitucional para acesso à informação 1 = Lei de Acesso à Informação em minuta 0 = Nenhuma lei de acesso à informação
Divulgação Patrimonial ⁴	4	2	Decréscimo	4 = Lei para divulgação patrimonial com dados publicados 2 = Lei para divulgação patrimonial sem dados publicados 0 = nenhuma lei
Participação cidadão (Indicador bruto)	4 (9.12) ⁵	4 (8.82) ⁶	Inalterado	<i>Índice EIU de Participação Cidadão:</i> 1 > 0 2 > 2.5 3 > 5 4 > 7.5
Total / Máximo Possível (Percentual)	15/16 (94%)	14/16 (88%)	Decreased	É necessário um mínimo de 75% dos pontos possíveis para ser elegível

¹ Para mais informações, ver <http://www.opengovpartnership.org/how-it-works/eligibility-criteria>.

² Para mais informações, ver Tabela 1 in <http://internationalbudget.org/what-we-do/open-budget-survey/>. Para informações mais recentes, veja <http://www.obstracker.org/>.

³ As bases de dados mencionadas são as de Provisões Constitucionais, disponível em <http://www.right2info.org/constitutional-protections> e as de Legislações e Projetos de Lei, em laws at <http://www.right2info.org/access-to-information-laws>.

⁴ Simeon Djankov, Rafael La Porta, Florencio Lopez-de-Silanes, and Andrei Shleifer, “Disclosure by Politicians,” (Tuck School of Business Working Paper 2009-60, 2009), <http://bit.ly/19nDEfK>; Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), “Types of Information Decision Makers Are Required to Formally Disclose, and Level Of Transparency,” in Government at a Glance 2009, (OECD, 2009), <http://bit.ly/13vGtgS>; Ricard Messick, “Income and Asset Disclosure by World Bank Client Countries” (Washington, DC: World Bank, 2009), <http://bit.ly/1clockyf>. Veja <http://publicofficialsfinancialdisclosure.worldbank.org> para informações mais recentes. Em 2014, o Comitê Executivo da OGP aprovou atualizações na forma como a divulgação patrimonial é mensurada.

Passou-se a exigir a demanda de Lei regulatória e amplo acesso público como critérios para divulgação patrimonial dos políticos, frente aos critérios anteriores aplicáveis à políticos e altos cargos do governo. Para mais informação ver as notas dos Requerimentos de Elegibilidade 2014 da OGP em <http://bit.ly/1EjLJ4Y>.

⁵ “Democracy Index 2010: Democracy in Retreat,” The Economist Intelligence Unit (London: Economist, 2010), <http://bit.ly/eLC1rE>.

⁶ “Democracy Index 2014: Democracy and its Discontents,” The Economist Intelligence Unit (London: Economist, 2014), <http://bit.ly/18kEzCt>.